

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	10

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	11
3.2 - Medições não contábeis	12
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	14
3.4 - Política de destinação dos resultados	15
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	18
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	19
3.7 - Nível de endividamento	20
3.8 - Obrigações	21
3.9 - Outras informações relevantes	22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	24
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	38
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	42
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	44
4.5 - Processos sigilosos relevantes	45
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	46
4.7 - Outras contingências relevantes	47
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	48

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	49
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	50
5.3 - Descrição dos controles internos	54
5.4 - Programa de Integridade	56
5.5 - Alterações significativas	59
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	60

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	61
6.3 - Breve histórico	62
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	65
6.6 - Outras informações relevantes	66

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	67
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	75
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	76
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	77
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	98
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	99
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	105
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	106
7.8 - Políticas socioambientais	107
7.9 - Outras informações relevantes	108

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	112
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	113
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	114

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	115
---	-----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	116
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	117
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	118
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	125
9.2 - Outras informações relevantes	126

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	127
10.2 - Resultado operacional e financeiro	179
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	185
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	186
10.5 - Políticas contábeis críticas	187
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	189
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	190
10.8 - Plano de Negócios	191
10.9 - Outros fatores com influência relevante	194

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	195
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	196

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	197
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	205
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	210
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	212
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	213
12.7/8 - Composição dos comitês	216

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	217
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	218
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	220
12.12 - Outras informações relevantes	221

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	222
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	226
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	230
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	233
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	234
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	235
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	236
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	237
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	238
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	239
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	240
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	241
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	242
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	243
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	244
13.16 - Outras informações relevantes	245

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	246
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	249

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	250
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	252
14.5 - Outras informações relevantes	253

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	254
15.3 - Distribuição de capital	257
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	258
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	259
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	261
15.7 - Principais operações societárias	264
15.8 - Outras informações relevantes	265

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	266
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	268
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	277
16.4 - Outras informações relevantes	278

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	279
17.2 - Aumentos do capital social	280
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	281
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	282
17.5 - Outras informações relevantes	283

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	284
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	285

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	287
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	288
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	289
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	290
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	291
18.8 - Títulos emitidos no exterior	292
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	293
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	294
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	295
18.12 - Outras informações relevantes	296

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	297
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	298
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	299

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	300
20.2 - Outras informações relevantes	301

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	302
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	306
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	309
21.4 - Outras informações relevantes	310

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sr. Frank Zietolie

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sr. Gustavo Dall Onder

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

FRANK ZIETOLIE, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9015436299 expedida pela SSP-Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 532.184.260-49, residente e domiciliado na Rua Xingu, nº 1190, Bairro São Bento, cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95703-108, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Comercial da **UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR-470, Km 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95707-540, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), sob nº 90.441.460/0001-48 ("Companhia"), para fins do item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que: (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto da Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 e 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.


Frank Zietolie
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

GUSTAVO DALL ONDER, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador do RG nº 9057492358 SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 022.216.650-90 conforme consta na Carteira Nacional de Habilitação nº 637696070 DETRAN/RS, residente e domiciliado na Rua Luiz Buseti, nº 906, Bairro Vicentina, Farroupilha/RS, CEP 95180-000 na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR-470, Km 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95707-540, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), sob nº 90.441.460/0001-48 ("Companhia"), para fins do item 1.2 do Formulário de Referência da Companhia, declara que: (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto da Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 e 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.


Gustavo Dall Onder
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Período de prestação de serviço	01/01/2013 a 31/12/2013		
Descrição do serviço contratado	Auditoria independente e revisão limitada das Demonstrações Financeiras da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$201.521,00, sendo R\$156.970,00 referente aos serviços de auditoria, R\$7.030,00 referente aos serviços de tradução das Demonstrações Financeiras, R\$13.271,00 referente a revisão do laudo de avaliação da vida útil econômico do ativo imobilizado, R\$12.250,00 referente a revisão de laudos de avaliação do valor de mercado dos direitos de uso das lojas e R\$12.000,00 referente consultoria tributária.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Américo Franklin Ferreira Neto	01/01/2013 a 31/12/2013	045.379.898-58	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: americo@ey.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Período de prestação de serviço	01/01/2014 a 31/12/2014		
Descrição do serviço contratado	Auditoria, revisão limitada e tradução das Demonstrações Financeiras da Companhia		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$254.382,50, sendo R\$216.500,00 referente aos serviços de auditoria, R\$7.382,50 referente aos serviços de tradução das Demonstrações Financeiras, R\$14.000,00 referente a revisão de laudos de avaliação de valor de mercado dos direitos de uso das lojas e R\$16.500,00 referente consultoria tributária.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Américo Franklin Ferreira Neto	01/01/2014 a 31/12/2014	045.379.898-58	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: americo@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2015 a 31/12/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria, revisão limitada e tradução das Demonstrações Financeiras da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total a ser paga aos Auditores Independentes no exercício corrente será de R\$251.830,00, sendo R\$244.045,00 referente aos serviços de auditoria e R\$7.785,00 referente aos serviços de tradução das Demonstrações Financeiras.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Américo Franklin Ferreira Neto	01/01/2015 a 31/12/2015	045.379.898-58	Avenida Mostardeiro, Nº 322, 10º Andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: americo@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2016 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria, revisão limitada e tradução das Demonstrações Financeiras da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total a ser paga aos Auditores Independentes do exercício corrente será de R\$281.000,00, sendo R\$272.400,00 referente aos serviços de auditoria e R\$8.600,00 referente aos serviços de tradução das Demonstrações Financeiras.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Américo Franklin Ferreira Neto	01/01/2016 a 31/12/2016	045.379.898-58	Avenida Mostardeiro, Nº 322, 10º Andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: americo@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes SS
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	01/01/2017 a 31/12/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2017 e revisão especial das informações trimestrais - ITR para os trimestres de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$177.099,96.
Justificativa da substituição	Atendimento ao artigo 31 da ICVM 308/99, em função da rotatividade de auditores independentes a cada período de cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Paulo Sergio Tufani	01/01/2017 a 31/12/2017	007.601.018-09	Rua André Puente, 441, Sala 305, Independência, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90035-150, Telefone (51) 33953065, Fax (51) 33953065, e-mail: paulo.tufani@bdobrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Indepenedntes SS
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria e revisão trimestrais das demonstrações contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício de 31 de dezembro de 2018 será de 175.184,64.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Paulo Sergio Tufani	01/01/2018 a 31/12/2018	007.601.018-09	Rua André Puente, 441, Sala 305, Independência, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90035-150, Telefone (51) 33953065, Fax (51) 33953065, e-mail: paulo.tufani@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	167.871.485,20	174.228.343,49	198.492.575,65
Ativo Total	216.362.629,25	232.636.175,85	267.815.482,34
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	157.940.998,96	185.056.065,44	222.651.520,76
Resultado Bruto	67.010.029,95	79.810.103,87	103.220.431,37
Resultado Líquido	-6.356.858,29	-24.264.231,16	13.104.746,87
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	66.086.364	66.086.364	66.086.364
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,540183	2,636374	3,003533
Resultado Básico por Ação	-0,096200	-0,367200	0,198300
Resultado Diluído por Ação	-0,97	-0,37	0,20

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

Nosso EBITDA é calculado conforme disposto no artigo 3º da Instrução CVM Nº 527 de 04 de outubro de 2012, que é definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. A margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de nosso desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

	<i>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</i>		
	2017	2016	2015
EBITDA (em R\$ mil)	(4.107)	(19.824)	18.696
Margem EBITDA ⁽¹⁾	(2,6%)	(10,7%)	8,4%

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das Demonstrações Financeiras auditadas

Segue abaixo o cálculo do EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Demonstração do EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R\$ Mil)	2017	2016	2015
(+) Lucro líquido do exercício	(6.357)	(24.264)	13.105
(+) Despesas financeiras	2.614	3.975	3.958
(-) Receitas financeiras	7.218	11.796	12.001
(+) Imposto de renda e contribuição social	3.635	1.317	2.951
(+) Depreciações e amortizações	10.489	10.944	10.683
(=) EBITDA	(4.107)	(19.824)	18.696
(=) Receita líquida de vendas	157.941	185.056	222.652

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

3.2 - Medições não contábeis

(c) explicar o motivo pelo qual tal medição é a mais apropriada para correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho operacional e liquidez pela nossa administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. O EBITDA funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do Imposto de Renda e da Contribuição Social ou dos níveis de depreciação e amortização. A nossa administração acredita que o EBITDA é uma medida apropriada para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. Adicionalmente, o EBITDA é frequentemente utilizado por analista de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão de nosso desempenho operacional, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Além disso, nos 3 últimos exercícios sociais, nosso Estatuto Social estabelecia que do resultado do exercício deveriam ser deduzidas:

(i) a participação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido após a dedução da provisão para Imposto de Renda, aos administradores no exercício da função, conforme permite o disposto no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) a reserva legal, prevista no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) as reservas estatutárias e para contingências, se houvessem, constituídas na forma prevista nos artigos 194 e 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) a retenção de lucros, se houvesse, aprovada por Assembleia com obediência aos requisitos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) a reserva de lucros a realizar e as reservas de capital (artigos 197 e 200 da Lei das Sociedades por Ações); e

(vi) o dividendo mínimo obrigatório, era fixado por nosso Estatuto Social em 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, passado para 25% em fevereiro de 2012, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Companhia poderia imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório, na forma e nos limites da lei. Os lucros remanescentes deveriam ter a destinação que aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.

Apresentamos abaixo as informações que refletem as distribuições de nossos lucros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

- No exercício de 2017 a Companhia apurou prejuízo de R\$ 6.356.858,29, dessa forma não foi distribuído dividendos ou Juros sobre Capital Próprio, conforme aprovado na Assembleia Geral de 27 de abril de 2018.

3.4 - Política de destinação dos resultados

- No exercício de 2016 a Companhia apurou prejuízo de R\$ 24.264.231,16, dessa forma não foi distribuído dividendos ou Juros sobre Capital Próprio, conforme aprovado na Assembleia Geral de 26 de abril de 2017.
- Em 11 de dezembro de 2015 foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no valor bruto de R\$ R\$7.500.802,31 (R\$0,1135 por ação) e líquido de Imposto de Renda, R\$6.774.036,28 (R\$0,1025 por ação), sendo a data de pagamento dia 26 de maio de 2016, conforme definido na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2016. Em 17 de março de 2015 o Conselho de Administração aprovou proposta de destinação de R\$4.948.707,22 para a reserva de lucros para expansão de investimento e R\$655.237,34 para reserva legal, conforme tabela abaixo:

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício	2015 em reais
Lucro líquido do período	13.104.746,87
Reserva legal (5%)	(655.237,34)
Lucro líquido ajustado	12.449.509,53
Dividendo mínimo obrigatório	3.112.377,38
Destinação proposta	
Juros sobre o capital próprio	7.500.802,31
Retenção de lucros para reserva estatutária	4.948.707,22
Total	12.449.509,53

Distribuição	
Juros sobre o capital próprio	6.774.036,28
Percentual distribuído	54,4%

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

No exercício social de 2011, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social era de 5% (cinco por cento) do nosso lucro líquido ajustado, passando para 25% em fevereiro de 2012 nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo facultado imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório na forma e nos limites da lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 exercícios sociais, a distribuição dos nossos dividendos foi realizada anualmente, por deliberação da Assembleia Geral, com base na proposta da nossa Diretoria. Ainda, nosso Estatuto Social permite a declaração de dividendos intermediários, baseado em balanços semestrais ou de períodos inferiores, observadas

3.4 - Política de destinação dos resultados

as disposições da Lei das Sociedades por Ações a este respeito. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos últimos 3 exercícios sociais, não existiam restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável a nós, assim como não existiam restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não possuímos uma política de destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	-6.356.858,29	-24.264.231,16	12.449.509,53
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	60,200000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	-3,790000	-13,930000	6,600000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	7.500.802,31
Lucro líquido retido	0,00	0,00	4.948.707,22
Data da aprovação da retenção	27/04/2018	26/04/2017	28/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00			
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária					7.500.802,31	26/05/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Lucro Líquido	-6.356.858,29	-24.264.231,16	-2.408.422,75
Destinação para reserva Legal	-	-	-
Lucro Líquido ajustado	-6.356.858,29	-24.264.231,16	-2.408.422,75
Distribuição de dividendos/JCP	-	-	10.005.474,98
Origem da Distribuição			
Lucro do Exercício	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	10.005.474,98
Reserva Legal	-	-	-

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	48.491.143,04	Índice de Endividamento	22,41000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		38.445.224,05	9.706.419,31	339.499,68	0,00	48.491.143,04
Total			38.445.224,05	9.706.419,31	339.499,68	0,00	48.491.143,04
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) será alocada à reserva de lucros, na sub-conta de reserva de incentivos fiscais, as subvenções de investimentos, no montante que assim determinarem as leis, decretos, convênios, contratos, portarias, resoluções e laudos que regulam a concessão de benefícios a nós; e

(vii) os lucros não destinados às reservas e contingências acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

3.9 - Outras informações relevantes

A Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme informado no quadro 3.4 deste Formulário de Referência, no exercício social de 2011, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social era de 5% (cinco por cento) do nosso lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Esse percentual foi alterado para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2012.

No dia 28 de novembro de 2014 a Companhia divulgou fato relevante sobre o encerramento do relacionamento comercial com um dos maiores lojistas da rede e que atuava em São Paulo, com quem manteve contrato por mais de quinze anos. Maiores detalhes sobre a operação podem ser visualizados no documento mencionado e na nota explicativa 13.c das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Riscos relacionados:

a) Ao emissor.

Caso falhemos na manutenção do valor de nossas marcas, nossas vendas poderão ser negativamente afetadas.

Nosso sucesso depende, em grande parte, das marcas que utilizamos para comercialização dos nossos produtos. As marcas “Dell Anno”, “Favorita” “New” e “Casa Brasileira” perante o mercado são essenciais para nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar nossas marcas dependerá significativamente do êxito de nossos esforços de marketing e de nossa capacidade de manter nossas marcas reconhecidas entre consumidores e mercado. Nossas marcas podem ser afetadas adversamente caso falhemos em atingir estes objetivos ou caso nossa imagem venha a ser atingida por uma publicidade negativa. Caso, por exemplo, nossos revendedores não atinjam nosso padrão de qualidade, a reputação de nossas marcas poderá ser prejudicada. Adicionalmente, caso sejam introduzidos novos segmentos de produtos e os mesmos não sejam bem sucedidos, poderá haver uma alteração na percepção de valor de nossas marcas e impactar negativamente nossas vendas, aumentar custos e/ou despesas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do nosso volume de vendas e em um impacto negativo em nossos resultados.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento consiste na atração de novos revendedores, porém podemos não obter sucesso no seu desenvolvimento.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento está baseada na atração de novos revendedores. Nossa capacidade de atrair novos revendedores depende de inúmeros fatores que não controlamos, tais como:

- (i) a expansão de nossos concorrentes;
- (ii) a dificuldade de encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, bem como a concorrência por tais pontos;
- (iii) a disponibilidade de mão de obra qualificada; e
- (iv) questões econômicas e de mercado que possam afetar a demanda por nossos produtos. Se não tivermos sucesso na atração de novos revendedores, nosso plano de expansão pode ser adversamente impactado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossos revendedores podem não manter suas médias atuais de vendas, o que poderá afetar adversamente nossos volume e margem de vendas atuais, bem como nossos resultados.

Nosso volume e margem médios de vendas para as lojas de nossos revendedores poderão diferir significativamente de nossas médias atuais devido a inúmeros fatores, tais como:

(i) produtos concorrentes;

(ii) falta de demanda por nossos produtos;

(iii) qualidade de serviços oferecidos aos nossos clientes;

(iv) dificuldade dos nossos revendedores de encontrar locais adequados para abertura de lojas; e

(v) alterações de mercado.

Consequentemente, caso nossas médias atuais de volume e margem de venda sejam impactadas negativamente por alguns desses fatores, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Nossos revendedores podem não obter êxito na renovação dos seus contratos de aluguel em seus atuais pontos. Além disso, podemos não obter êxito na renovação de nossos contratos de revenda com tais revendedores.

O sucesso na comercialização das nossas marcas depende, em grande parte, da localização das lojas de nossos revendedores, principalmente os exclusivos. A maioria das lojas de nossos revendedores exclusivos, os quais são responsáveis pela maior parcela de nossas vendas e, consequentemente, de nossa receita, está estrategicamente localizada em pontos que nossos administradores entendem ser de alta visibilidade. Caso:

(i) não consigamos renovar os contratos de revenda, que atualmente tem duração de um ano, com tais revendedores; ou

(ii) tais revendedores não consigam renovar seus contratos de aluguel em termos razoáveis; ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(iii) tais revendedores sejam obrigados a alterar a localização de suas lojas para locais que não tenham a mesma visibilidade que possuem atualmente, as vendas de nossos produtos podem cair e, portanto, impactar negativamente nossos resultados.

Nossas fábricas estão concentradas em um único parque industrial, do qual somos integralmente dependentes.

A fabricação de todos os nossos produtos é feita em unidades fabris concentradas em um único parque industrial, localizado na cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul. Qualquer interrupção significativa na operação de nosso parque industrial devido a qualquer desastre natural, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, interdição e lacração dos imóveis consequentes de ausência de licenças municipais e do Corpo de Bombeiros, podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de produção, o que pode causar queda ou mesmo interrupção nas vendas, afetando nossos resultados operacionais. Adicionalmente, todo o nosso centro administrativo está localizado no mesmo prédio dentro do nosso parque industrial. Qualquer ocorrência nessa localidade que afete nosso parque industrial e, eventualmente, nosso centro administrativo, tal como desastres naturais ou acidentes, poderá afetar adversamente nossas operações e, consequentemente, nossos resultados. Adicionalmente, por estarmos concentrados em um único parque fabril, greves e paralisações da totalidade ou de grande parte de nossos funcionários poderão afetar nossa produção.

Podemos ser afetados adversamente pelo desempenho de nossos revendedores, caso eles não atendam aos nossos padrões de qualidade.

Somos dependentes de nossos revendedores para comercializar nossos produtos e realizar o pós-venda dentro dos padrões de qualidade estipulados por nós. Não podemos assegurar que eles manterão o mesmo padrão de qualidade que julgamos adequado. Caso nossos revendedores não atendam adequadamente às expectativas de nossos clientes quanto à qualidade dos serviços prestados, a imagem de nossas marcas e, consequentemente, as nossas vendas, poderão ser afetadas adversamente. Adicionalmente, não podemos assegurar que nossos revendedores conseguirão contratar, reter e utilizar mão de obra qualificada, com a necessária competência e experiência para a montagem de móveis planejados. Caso nossos revendedores não obtenham sucesso na contratação, retenção e utilização de mão de obra qualificada para esses serviços, o desempenho e a qualidade dos serviços prestados na montagem de móveis planejados poderão ser insatisfatórios, o que poderá afetar adversamente nossas marcas, vendas e resultados.

Podemos não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências do mercado de móveis planejados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Competimos com diversas outras marcas de móveis planejados em relação à:

- (i) preço;
- (ii) qualidade;
- (iii) tendências;
- (iv) serviço ao cliente; e
- (v) localização das lojas de nossos revendedores.

Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e a satisfação dos clientes sejam os pontos mais desafiadores de nosso negócio. A preferência dos consumidores e as tendências do mercado de móveis planejados são voláteis e tendem a mudar rapidamente. O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências do mercado de móveis planejados. Se não formos capazes de adequar nossos produtos à expectativa deste mercado, nossas vendas e margens podem ser negativamente afetadas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência no mercado de móveis planejados poderá afetar negativamente a aceitação de mercadorias nas lojas de nossos revendedores, impactando adversamente nosso negócio e a imagem das nossas marcas perante o mercado.

Se perdermos algum de nossos principais executivos, nosso desempenho poderá ser adversamente afetado.

Nosso desempenho depende, em grande parte, de esforços e da capacidade de nossos principais executivos, incluindo nosso Diretor Presidente, os quais são responsáveis por tomar a maioria das decisões que orientam os nossos negócios. A perda de um de nossos principais executivos poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, nosso resultado operacional e financeiro. Adicionalmente, caso algum de nossos principais executivos se desligue de nossa Companhia por qualquer motivo, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para suprir nossas necessidades. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, podemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso sejamos incapazes de reter e contratar mão de obra qualificada e treinar nosso pessoal, nossas operações e o potencial de expansão dos nossos negócios poderão ser afetados.

O sucesso de nosso negócio e nossa estratégia de expansão depende de nossa capacidade de contratar, reter e utilizar profissionais qualificados atuantes nos diversos segmentos de nossos negócios, com a necessária competência e experiência. Competimos na atração de profissionais qualificados com diversos outros fabricantes de móveis planejados e não podemos assegurar que seremos capazes de atrair pessoal qualificado no prazo requerido ou em número suficiente para acompanhar nossa expansão. Adicionalmente, poderemos ter dificuldades em reter profissionais, o que poderá afetar adversamente nossas operações e o potencial de expansão dos nossos negócios.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los constantemente, poderão impactar adversamente nosso processo fabril e nossas operações.

Nossas operações dependem, em grande parte, do nosso sistema de informação, como ferramenta de administração de nossos recursos e do processo fabril de nossos produtos. A maior parte do nosso processo de produção é realizada por máquinas controladas por sistemas computadorizados elaborados especificamente para este fim, com pouca ou nenhuma intervenção humana. Problemas de administração ou de segurança em nossos sistemas, instabilidade ou a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, inclusive com a eventual interrupção de nossa produção. Se não formos capazes de efetuar atualizações ou reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar, nosso processo fabril e nossas operações poderão ser significativamente prejudicados, afetando adversamente nossos resultados operacionais.

Nós e nossos revendedores podemos ser considerados responsáveis por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos produtos que fabricamos, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa. De acordo com a legislação, somos objetivamente responsáveis por qualquer vício dos produtos que fabricamos, isto é, independentemente de culpa. Ademais, a legislação de defesa do consumidor nos imputa o ônus da prova na demanda de um cliente. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Público ou Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON), com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão afetar adversamente nosso resultado e condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, consequentemente, nossas vendas.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.

Nossas apólices de seguro estabelecem que determinados tipos de risco (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades) não estão cobertos. Na hipótese de ocorrência de eventos não sujeitos à cobertura dos seguros que contratamos, poderemos ser afetados adversamente. Além disso, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir todos os danos decorrentes de tal sinistro, inclusive com relação a acidentes de trabalho, morte ou invalidez ou lucros cessantes decorrentes de um sinistro em nosso parque fabril. Caso nossas apólices não cubram certos sinistros ou não sejam suficientes para cobrir integralmente os danos eventualmente sofridos, inclusive com relação a lucros cessantes, nossos resultados e nossa condição financeira poderão ser negativamente afetados. Adicionalmente, não possuímos apólices de seguro que nos garantam cobertura em decorrência de uma eventual responsabilização civil perante nossos clientes, o que poderá nos afetar adversamente no caso de sermos responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros.

Investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos poderão nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, previdenciária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra nós ou contra nossos lojistas, poderemos ser adversamente afetados. Adicionalmente, estamos sujeitos à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não podemos garantir que essas autoridades não nos autuarão, inclusive por interpretação de procedimentos contábeis, previdenciários e tributários, contingências ou provisões, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco prever o resultado final dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em parcela significativa de tais processos poderão acarretar um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos resultados. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objeto a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado por nós ou por nossos lojistas, o envolvimento nas referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar nossa reputação no mercado e prejudicar nossas marcas. Para mais informações sobre os nossos processos judiciais pendentes ou relevantes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Acreditamos que a identidade de nossas marcas é essencial para o sucesso de nosso negócio. Se não pudermos proteger qualquer uma de nossas marcas, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável em nosso negócio. Atualmente, nossas marcas Dell Anno, Favorita, New e Casa Brasileira, encontram-se registradas perante o INPI. Não podemos garantir que nossas marcas não serão violadas, nem que os nossos pedidos de registro em andamento serão deferidos pelo INPI ou, ainda, que os nossos registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ademais, caso a titularidade de qualquer de nossas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, podemos ser proibidos de continuar a explorá-las. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor de nosso conjunto de marcas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos não conseguir implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

Nossa habilidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- (i) proteger nossas marcas;
- (ii) expandir e qualificar nossa base de revendedores no Brasil e aumentar as vendas, com foco no aumento de nossa produtividade e eficiência operacional;
- (iii) ampliar constantemente nossa oferta de produtos inovadores;
- (iv) avaliar oportunidades de aquisições estratégicas complementares em nosso segmento de atuação; e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(v) incrementos de vendas no segmento corporativo.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Qualquer impacto na implementação de nossas principais iniciativas de crescimento poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A extinção ou redução de benefícios fiscais, o aumento de alíquotas de tributos existentes ou a criação de novos tributos incidentes sobre os nossos negócios poderão nos afetar adversamente.

No passado, o Governo, com certa frequência, extinguiu ou reduziu benefícios fiscais, aumentou alíquotas de tributos, criou novos tributos e modificou o regime tributário. Caso isso ocorra novamente, poderemos ser afetados de maneira adversa na medida em que não pudermos repassar eventuais aumentos de custos aos nossos revendedores. Além disso, um aumento de custos advindo de tais situações que seja repassado aos nossos revendedores, pode vir a aumentar o preço final aos nossos clientes e reduzir, dessa forma, a demanda por nossos produtos ou afetar nossas margens e rentabilidade, causando um efeito adverso em nossos resultados. Adicionalmente, a concessão de benefícios fiscais aos nossos concorrentes, inclusive os que estejam estabelecidos em outros Estados, poderá afetar adversamente a competição e os preços dos produtos adotados por nós.

Podemos ser demandados judicialmente em decorrência do insucesso de nossos revendedores.

O sucesso de nossos revendedores depende de vários fatores que não controlamos, especialmente de natureza econômica e de mercado que podem afetar a demanda por nossos produtos. Nossos revendedores realizam diversos investimentos para atender os padrões que exigimos de nossas vendas exclusivas, no que se refere à identidade visual das lojas, projetos arquitetônicos e contratação e treinamento de profissionais especializados, tais como arquitetos, montadores e vendedores. Caso nossos revendedores não obtenham sucesso, eles poderão propor ações judiciais ou procedimentos arbitrais contra nós buscando nos responsabilizar pelo seu insucesso no negócio. Caso sejamos condenados a indenizar algum de nossos revendedores pelo seu insucesso, nossos demais revendedores podem se motivar a propor ações judiciais contra nós pelos mesmos motivos e poderemos ser afetados adversamente.

Financiamos alguns de nossos revendedores e assim estamos sujeitos aos riscos inerentes à concessão de tais financiamentos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos, de acordo com nossos interesses estratégicos, conceder financiamentos a nossos revendedores. Tais financiamentos têm usualmente por objetivo prover recursos destinados à implantação, ampliação e melhorias de lojas, bem como a mudança de pontos comerciais para endereços que nossos administradores entendem ser mais estratégicos. Não somos garantidores de financiamentos concedidos por instituições financeiras a nossos revendedores. Portanto, estamos sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão deste tipo de financiamento, o que inclui o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros. Caso nossos revendedores não sejam capazes de honrar os compromissos financeiros que possuem conosco e/ou com as instituições financeiras, nossos resultados podem ser afetados adversamente.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores, que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente nosso bloco de acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente nossos negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento existente entre nossos administradores, empregados e principais fornecedores. Ainda, podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os interesses de nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detido e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses

4.1 - Descrição dos fatores de risco

dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais.

Os interesses dos nossos diretores e empregados poderão ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que lhes poderão ser outorgadas opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão.

O fato dos nossos diretores e empregados poderem receber opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão a um preço de exercício inferior ao preço de mercado das nossas ações pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, o que pode causar um impacto negativo aos nossos negócios.

c) A seus acionistas.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro e com isso vir a emitir ações adicionais, ao invés de incorrerem em endividamento, o que pode resultar em uma diluição societária dos titulares de nossas ações.

Podemos precisar de capital adicional e para isso optarmos por realizar uma colocação pública ou privada de títulos de dívida, ações ou títulos conversíveis em ações. No caso de não haver financiamento público ou privado disponível, ou se nossos acionistas assim decidirem, tais recursos adicionais poderão ser obtidos através de um aumento em nosso capital social. Nosso Estatuto Social permite que o nosso Conselho de Administração delibere a emissão de ações até o limite de R\$500 milhões, sem a necessidade de aprovação específica por uma Assembleia Geral. Além disso, nossos acionistas poderão deliberar acerca de eventual emissão de ações adicionais acima deste limite. A realização de um aumento de capital pode, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, excluir o direito de determinados acionistas exercerem seu direito de preferência, diluindo a participação dos titulares de nossas ações em nosso capital social.

Nossos acionistas podem não receber dividendos ou Juros sobre o Capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, ou retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição

4.1 - Descrição dos fatores de risco

obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia.

Os acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, China, União Europeia e em países emergentes, podem nos afetar de forma negativa.

O valor de mercado de valores mobiliários emitidos por nós pode ser afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive nos Estados Unidos, na China, na União Europeia e em outros países da América Latina e nos mercados emergentes. Crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse de investidores em nossos valores mobiliários, o que poderia afetar de forma negativa as cotações das ações de nossa emissão e dificultar nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro.

d) A suas controladas e coligadas.

Podemos não obter êxito na rentabilização da operação de nossa controlada

A Administração da Companhia decidiu encerrar a última operação com lojas próprias, complementando a redução de escopo da controlada Unicasa Comércio, divulgada no Release do 4T16, dessa forma não operamos mais Lojas Próprias. Contudo, o direito de uso dos pontos comerciais permanece sob a propriedade da Unicasa, estando estes sublocados para os novos operadores. Caso os novos operadores não obtenham êxito na rentabilização da operação, e não tenhamos outro empreendedor para quem possamos ceder os direitos de uso do ponto de venda, a perda pela não recuperabilidade dos saldos residuais dos investimentos realizados será lançada integralmente no resultado.

e) A seus fornecedores.

Caso não consigamos adquirir matéria-prima ou caso não consigamos adquiri-la em prazos e preços satisfatórios, nossa produção e nossas vendas podem ser afetadas de maneira negativa e nossa condição financeira pode ser prejudicada.

Fazemos as solicitações de matérias-primas para a fabricação de nossos produtos por meio de ordens de compra e não possuímos contratos de longo prazo com nenhum de nossos fornecedores, o que pode gerar incertezas quanto aos termos e condições das futuras aquisições de matérias-primas. Caso falhemos em manter relações favoráveis com qualquer de nossos fornecedores, ou não consigamos obter matéria-prima de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

qualidade na proporção suficiente e em bases comerciais razoáveis, podemos ter nossos negócios e nossos resultados operacionais prejudicados. Ademais, nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Podemos não ser capazes de repassar aos nossos revendedores, no seu devido tempo e no volume necessário, os aumentos de custos de matérias-primas relacionadas à produção de nossos produtos. Qualquer um desses fatores poderá resultar em queda de vendas e margens, impactando adversamente nossos resultados e condição financeira.

f) A seus clientes.

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos revendedores e de nossos clientes finais.

Atuamos no setor varejista de móveis planejados e realizamos vendas a prazo de nossos produtos para nossos revendedores. Fatores adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos revendedores e clientes finais, causando efeito adverso relevante em nossos negócios, em nossa situação financeira e em nossos resultados operacionais. Adicionalmente, em certas ocasiões, nossos revendedores realizam vendas de produtos com entrega futura e recebem o pagamento à vista, porém não nos repassam os recursos nem os pedidos de produção imediatamente. Na grande maioria destes casos, os pedidos e recursos somente são repassados pelos revendedores a nós em período próximo da data marcada para entrega e montagem dos nossos produtos. Caso nossos revendedores, tendo recebido dos clientes finais, não realizem tal repasse de recursos e pedidos a nós, podemos ser responsabilizados perante estes últimos pela entrega e montagem dos produtos adquiridos, sem qualquer tipo de pagamento. Ademais, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a oferta e demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade dos clientes de nossos revendedores de honrar suas obrigações com relação a eventual crédito concedido seja prejudicada. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá nos afetar adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue.

O setor de varejo de móveis no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competitividade.

O setor de varejo de móveis planejados no Brasil é altamente competitivo. A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias, pelo número de lojas, propaganda, preços, qualidade das mercadorias, atendimento, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, entre outros. Temos muitos e variados concorrentes regionais e nacionais. Se não competirmos de forma eficaz no que diz respeito a esses fatores, nossa participação de mercado, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente.

O setor de varejo especializado de móveis planejados é sensível a diminuições no poder aquisitivo dos consumidores, a redução de crédito e a ciclos econômicos desfavoráveis.

O setor varejista de móveis, incluindo móveis planejados, no Brasil é suscetível a períodos de desaquecimento econômico que podem levar à redução no consumo, por conta de fatores que estão além de nosso controle. Tais fatores incluem renda e crédito disponível de consumidores, inflação, recessão ou sua expectativa, taxas de juros, alíquotas de impostos sobre vendas, salários, níveis de emprego e confiança do consumidor em relação às condições econômicas futuras. O sucesso de nossas operações depende, em grande parte, de fatores macroeconômicos relacionados à manutenção ou ao aumento do poder aquisitivo dos consumidores. A renda e as decisões de compra dos consumidores em geral são afetadas por diversos fatores, como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, níveis de emprego, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e salários. Devido ao impacto desproporcional que uma crise econômica possa ter em nosso mercado consumidor alvo, uma crise ou recessão econômica pode reduzir a demanda por nossos produtos e causar um impacto adverso relevante em nossos negócios, em nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais. Adicionalmente, a demanda por nossos produtos está relacionada ao aumento de renda da população brasileira, ao volume de crédito disponível, ao crescimento de outros setores da economia, inclusive o desenvolvimento do setor imobiliário e programas de incentivo do Governo ao setor, tal como “Minha Casa, Minha Vida”.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue.

Não aplicável, tendo em vista que não atuamos em setores regulados.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, as vendas para o mercado externo foram pouco representativas para nós. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, nossa receita bruta de vendas representou, respectivamente, 2,8%, 2,1% e 3,0% do total da nossa receita. Tendo em vista que não temos presença significativa no mercado externo, entendemos não estar sujeitos a riscos adicionais aos descritos acima.

j) Riscos socioambientais

Consideramos constantemente em nossa gestão de negócios, o potencial de risco de perdas em função da exposição a eventos socioambientais que decorram do desempenho de nossas atividades. Esses eventos que podem ocorrer direta ou indiretamente, podem por nosso intermédio gerar impactos ao meio ambiente bem como a saúde humana e por intermédio de emissores e contrapartes gerar perdas a Companhia.

Gerenciamos nossos riscos socioambientais através de avaliação, gerenciamento, capacitação organizacional e participação das partes interessadas.

Desenvolvemos processos internos que visam gerenciar e controlar e principalmente evitar eventos que possam levar a ocorrência de risco socioambiental sempre visando uma gestão transparente.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Atuamos primordialmente no mercado brasileiro e, portanto, estamos sujeitos às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades. A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal que por vezes realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam alteração das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevêê-las. Os nossos negócios, a situação econômico financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

(i) taxas de juros;

(ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990;

(iii) política monetária;

(iv) flutuações cambiais;

(v) alteração das normas trabalhistas;

(vi) inflação;

(vii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

(viii) expansão ou contração da economia brasileira;

(ix) política fiscal e alterações na legislação tributária;

(x) controle sobre importação e exportação;

(xi) instabilidade social e política; e

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

(xii) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por Companhias brasileiras.

Poderemos ser prejudicados pelas altas da taxa de inflação e pelas medidas do Governo Federal para combatê-la.

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de -0,53%, 7,19% e 10,54% em 2017, 2016 e 2015, respectivamente de acordo com o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), e de 2,95%, 6,29% e 10,67% em 2017, 2016 e 2015, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir um eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais.

Ademais, nossas dívidas ou outras obrigações reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito material adverso em nossos resultados operacionais e financeiros, já que poderemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2015, seguindo os movimentos que aconteceram nos anos de 2013 e de 2014, tivemos uma nova desvalorização do Real contra o Dólar, com a taxa de R\$3,95 por USD1,00, caracterizando assim a maior alta anual do dólar em quase 13 anos.

Em janeiro de 2016 o Dólar atingiu o maior valor da história frente ao Real, cotado a R\$ 4,16 por USD1,00, contudo ao contrário dos últimos anos de movimentos de valorização da moeda americana, em 2016 ocorreu uma valorização do Real, que encerrou o ano cotado a R\$3,25 por USD1,00. Em 2016, o Dólar teve uma queda de 17,69% em relação a 31 de dezembro de 2015, esta foi a maior queda anual desde 2009.

No ano de 2017, diferente do que ocorreu em 2016, houve desvalorização do Real perante moeda americana, em 31 de dezembro de 2017 a taxa de câmbio era R\$ 3,32 por USD 1,00, que representou um aumento de 2,15% em relação ao final de 2016.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, União Europeia e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o valor de mercado dos nossos valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, China, União Europeia e outras economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países serem significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na China, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de Companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permanecerá aberto às Companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por Companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, cível, trabalhista e ambiental. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo dos seguintes processos:

(i) 8 ações tributárias e previdenciárias, representadas, principalmente, por multas administrativas diversas e execução fiscal, envolvendo o valor total atualizado de R\$0,94 milhões que se encontram provisionados e R\$0,54 milhão está vinculado a depósitos judiciais;

(ii) Aproximadamente, 598 processos cíveis¹, dos quais 557 se tratam de processos referente relações de consumo e aproximadamente 41 processos cíveis em geral. O montante discutido nos processos é de, aproximadamente, R\$29,50 milhões, dos quais R\$7,43 milhões se encontra provisionado nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016. Convém ressaltar ainda, o montante de R\$1,91 milhões em depósitos judiciais;

(iii) 119 reclamações trabalhistas, destas, 73 ações movidas por funcionários de terceiros (revendedores exclusivos e prestadores de serviços), cujo principal pedido e causa de pedir é a responsabilidade subsidiária da Companhia nas relações de trabalho e, 46 ações movidas por funcionários da Companhia, que versam principalmente sobre horas extras, adicional de insalubridade, acidentes do trabalho, danos morais. Tais reclamações trabalhistas envolvem o valor total aproximado de R\$7,78 milhões, dos quais R\$1,21 milhões se encontram provisionado e R\$0,51 milhão está vinculado a depósitos judiciais.

(iv) 1 (um) inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face do Grupo Lima Móveis Planejados Ltda, revendedor da marca Favorita para apurar possível infração aos artigos 4º, caput, 6º, VI e 30 do Código de Defesa do Consumidor, tendo a Companhia sido envolvida pela previsão de solidariedade na legislação consumerista, como fabricante.

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis estava composta da seguinte maneira:

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Depósitos judiciais trabalhistas	505	896	871	505	896	871
Depósitos judiciais tributários	536	538	716	536	538	716
Depósitos judiciais cíveis	1.817	1.778	3.290	1.905	1.811	3.304
	2.858	3.212	4.877	2.946	3.245	4.891

¹ No montante citado estão incluídos os processos cíveis indicados no item 4.6 deste Formulário de Referência, os quais, individualmente, não são considerados relevantes para os negócios e atividades da Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A perda estimada foi provisionada em montante considerado suficiente para cobrir as contingências classificadas como perdas prováveis. Estima-se ainda que, em caso de decisões judiciais desfavoráveis referente aos processos em andamento, não haverá efeitos materiais adversos na situação financeira, resultados operacionais ou imagem corporativa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 os processos trabalhistas com perda possível totalizavam aproximadamente R\$3,53 milhões e os processos cíveis R\$14,72 milhões. Não há processo que, individualmente, represente parte significativa desses saldos.

O saldo da provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários está assim dividida:

	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	2015
Trabalhistas	1.212	1.667	2.084
Tributários	937	2.247	1.199
Cíveis	7.426	9.017	3.360
	9.575	12.931	6.643

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	12.931	6.643	6.118
Adições	13.665	15.196	4.575
Recuperações / realizações	(17.021)	(8.908)	(4.050)
Saldo no final do exercício	9.575	12.931	6.643

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, não há nenhum procedimento judicial, administrativo ou arbitral em que a Companhia seja parte e em que a parte contrária seja administrador ou ex-administrador, controlador ou ex-controlador da Companhia ou investidor de alguma das sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem outros processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo de aproximadamente 598 processos cíveis, dos quais 557 se tratam de processos referente relações de consumo e aproximadamente 31 processos cíveis em geral. O valor envolvido nos processos supracitados é de, aproximadamente, R\$29,50 milhões. Deste total, R\$ 7,43 milhões estão provisionados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, bem como R\$1,90 milhões se encontram depositados judicialmente por meio de vinculação a processos judiciais.

Os processos citados, em sua grande maioria, versam sobre pedido e causa de pedir de responsabilidade solidária do fabricante em relação à revenda dos produtos da Companhia através das Lojas Exclusivas ou em Lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”).

Por fim, esclarece que as demandas judiciais em comento estão relacionadas com pedidos de danos morais, entrega e assistência técnica de produtos, decorrentes de erro de projeto, de montagem e de fechamento de lojas.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as contingências que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**(a) restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos:**

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários:

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação:

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável:

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(e) outras questões do interesse dos investidores:

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não possui uma política de controles internos formalizada. A Diretoria é responsável pelo acompanhamento dos riscos e o Conselho de Administração realiza o acompanhamento para mitigação dos principais riscos, portanto, a Administração entende que a formalização de uma política nessas circunstâncias é dispensável.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para quais se busca proteção

Não aplicável. A Companhia não possui uma política de controles internos formalizada.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável. A Companhia não possui uma política de controles internos formalizada.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável. A Companhia não possui uma política de controles internos formalizada.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável. A Companhia não possui uma política de controles internos formalizada.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não possui uma política de controles internos formalizada. A Diretoria é responsável pelo acompanhamento dos riscos e o Conselho de Administração realiza o acompanhamento para mitigação dos principais riscos, portanto, a Administração entende que a formalização de uma política nessas circunstâncias é dispensável.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através do acompanhamento dos nossos principais indicadores de desempenho econômico e evoluções na regulação setorial. Acreditamos que possuímos conhecimento das principais partes envolvidas no nosso mercado de atuação, incluindo fornecedores, clientes e entidades governamentais, o que nos permite proteger e maximizar o desempenho de nossas atividades. Adicionalmente, adotamos foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Não contratamos instrumentos financeiros com derivativos para mitigar riscos dos juros e de taxas cambiais.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Estamos expostos a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas em taxas de juros, taxa de câmbio, risco de preço das *commodities*, riscos de crédito e riscos de liquidez. Buscamos proteção contra tais riscos, conforme descrito no item “ii” abaixo.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

(i) Taxa de Juros: Gerenciamos o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas. Para mitigar esses riscos, adotamos como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, e a análise permanente de riscos das instituições financeiras.

(ii) Taxa de Câmbio: Nossos resultados estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. Temos obtido sucesso em ajustar a nossa estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações cambiais.

(iii) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de sofrermos perdas oriundas de inadimplência de nossas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adotamos como prática a análise das situações financeira e patrimonial de nossas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente realizamos operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco, conforme avaliação de nossa administração. Para contas a receber de clientes, possuímos ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na nota explicativa nº 5 das nossas Demonstrações Financeiras.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida por nós em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A Companhia tem garantias reais para a maioria dos clientes e monitora constantemente sua exposição. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% de nossas vendas. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

(i) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de não dispormos de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. Nosso controle da liquidez e do fluxo de caixa é monitorado pela nossa área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do nosso cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

(ii) Risco de preço das *commodities*: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no nosso processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria-prima, chapas de MDF e MDP, poderemos ter nosso custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

preços destes materiais. Para minimizar esse risco, monitoramos permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utilizamos formação de estoques estratégicos para manter nossas atividades comerciais.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não utilizamos instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial, tais como swaps, compra e venda de contratos de opções e contratos de câmbio a termo como hedge.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os nossos parâmetros de gerenciamento de riscos e a estimativa dos valores de exposição de ativos e passivos financeiros são apurados pelos nossos relatórios e informações disponíveis no mercado financeiro. O gerenciamento de nossos instrumentos financeiros é efetuado por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, solvência, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, acompanhadas por meio de sistemas de informação e bancos de dados disponíveis no mercado – CETIP, Banco Central, FGV e outros. Para minimizar o risco de taxa de juros, buscamos linhas de crédito incentivadas para o financiamento de nossas operações e também diversificamos a aplicação de recursos para reduzir o custo financeiro das atividades operacionais da Companhia. Para a mitigação do risco de preço, gerenciamos o estoque de insumos e matérias-primas e produtos acabados, pela formação de estoques reguladores, e para minimizar o risco de taxa de câmbio avaliamos periodicamente a estrutura de custos e os preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não contratamos instrumentos derivativos financeiros para proteção patrimonial contra riscos de juros e taxa de câmbio.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Atualmente temos uma estrutura de controle de gerenciamento de riscos financeiros diretamente ligada à nossa Diretoria Financeira. Por meio da gerência financeira (tesouraria), são realizadas as operações de proteção patrimonial, de monitoramento de taxas e passivos financeiros e otimização da posição de caixa. O controle, avaliação do crédito e cobrança de clientes também é atribuição da tesouraria. Ademais, a área de controladoria é responsável pela elaboração de demonstrativos financeiros

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

gerenciais, visando corrigir e acompanhar as políticas de risco, verificando se as mesmas estão sendo adequadamente cumpridas.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa Administração monitora e avalia se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas e com os objetivos estabelecidos pelos administradores, visando alcançar as metas estabelecidas.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia adota uma estrutura de controles internos descentralizada e baseada em processos. Anualmente a Companhia prepara uma visão orçamentária de curto e médio prazo, sendo essa disciplina, matéria de deliberação do Conselho de Administração, que posteriormente, realiza a cobrança da Administração baseada na realização dessa visão orçamentária. Esse processo consiste na aplicação dos conceitos de orçamento matricial que conferem um maior grau de controle às despesas da Companhia. Assim como para com as Despesas, a Companhia prepara um orçamento de investimentos. Na execução de ambos os processos, toda a estrutura organizacional da Companhia está envolvida, através da hierarquia da alçada de aprovação de gastos e investimentos.

Anualmente, como parte integrante do serviço de auditoria das Demonstrações Contábeis, a estrutura de controles internos é avaliada e testada pelo Auditores Independentes da Companhia.

A Companhia busca a melhoria continua da sua estrutura de controles internos, tanto para melhoria de seus processos como para garantir a acuracidade dos dados gerados para elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia é auditada por empresas de auditoria independente desde 2004. A escolha da firma se dá pela aprovação da Administração de Companhia, que se baseia na reputação dos auditores, buscando sempre as empresas mais capacitadas e com maior credibilidade no mercado para execução desse tipo de serviço.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

O principal objetivo dos Auditores é o de avaliar a mitigação de riscos que possam alterar materialmente as Demonstrações Contábeis da Companhia. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas Demonstrações Contábeis, nossos auditores podem identificar pontos de melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados. Na avaliação da Administração e dos Auditores nenhum dos pontos de melhoria de nossos controles internos identificados representam deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para a elaboração das nossas Demonstrações Contábeis.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia adota uma política de controle descentralizada, sendo a Diretoria cobrada pelo Conselho de Administração pela mitigação dos riscos.

5.3 - Descrição dos controles internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2017, auditados pela BDO RCS Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

A Administração concorda com o relatório do Auditor Independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores possuem baixa probabilidade e impacto para distorcer as Demonstrações Contábeis.

5.4 - Programa de Integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Embora a Companhia possua um Código de Conduta, aprovado em 27 de fevereiro de 2012, ele não atende aos requisitos estabelecidos no novo regulamento do Novo Mercado que entrou em vigor de 02 de janeiro de 2018 e que estabelece prazo para as empresas se adaptarem até abril de 2021. O código em vigor relaciona conceitos sem, no entanto, estabelecer mecanismos e procedimento, estruturas organizacionais, treinamentos, punições e processos de revisão. A Companhia está revisando seu Código de Conduta para contemplar esses requisitos e atender o prazo de adaptação ao novo Regulamento do Novo Mercado.

Cabe salientar que a Companhia não participa de licitações e tampouco pratica quaisquer fornecimentos de mercadorias ao poder público.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; e

Não aplicável, ver resposta do item 5.4, letra “a”.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e

Não aplicável, ver resposta do item 5.4, letra “a”.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Sim.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

5.4 - Programa de Integridade

Não existe previsão de treinamento periódico.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Não há previsão de sanções.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A empresa possui um código de ética aplicável aos seus colaboradores, aprovado pela Assembleia de Acionistas em 27 de fevereiro de 2012, disponível no site de RI da Companhia e no site da CVM.

<http://ri.unicasamoveis.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-etica-e-conduta>

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia não possui canal de denúncia.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não adota procedimentos de identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas. Entretanto, cabe salientar que a Companhia não esteve envolvida nos últimos exercícios sociais em operações desta natureza.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia não adotou controles neste sentido por não apresentar histórico de relações com o setor público e, o fornecimento para a administração pública não faz parte do plano de negócios da Companhia. Caso essa condição seja alterada, a Companhia revisará sua estrutura de controles para mitigar riscos dessa natureza.

5.5 - Alterações significativas

Nesses últimos anos em que o ambiente macroeconômico tem pressionado o mercado de móveis planejados, a exposição aos fatores de riscos identificados no item 4.1 e 4.2 deste formulário de referência que são relacionados ao desempenho do mercado, dos lojistas e da Companhia tem aumentado. Entretanto, a Administração acredita estar executando as estratégias adequadas para transpor esse momento econômico adverso e se preparando para um cenário mais próspero no futuro.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/09/1985
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída sob a forma de Sociedade Limitada e posteriormente transformada em Sociedade Anônima em 1º de setembro de 2004.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/04/2012

6.3 - Breve histórico

Fomos fundados em setembro de 1985 pelas empresas Grendene S.A, Telasul Artefatos de Arame Ltda e Pozza S.A. - Indústria e Comércio, com a denominação de Premier Móveis Ltda. Nossa sede está localizada em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul, um dos maiores polos moveleiros do Brasil. Ainda em 1985 alteramos nossa razão social para Dell Anno Móveis Ltda. Inicialmente, fabricávamos apenas móveis para cozinhas.

Durante a década de 90, buscamos a expansão de nossas atividades por meio de investimentos em novas linhas de produtos e da diversificação dos canais de distribuição, compostos por revendas Exclusivas e Lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”).

Entre 1987 e 2003, passamos por diversos processos de reestruturação societária, por meio dos quais ocorreram alterações das participações dos sócios em nosso capital.

No ano de 2003, criamos a marca Favorita que, inicialmente, tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em Pontos de Venda Multimarcas. Ainda neste ano, nossa razão social foi alterada para Única Indústria de Móveis Ltda, passando o nome Dell Anno a ser nossa principal marca, que tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em revendas Exclusivas.

Em 2004 houve a transformação do nosso tipo jurídico para sociedade anônima, sendo a nossa razão social alterada para Única Indústria de Móveis S.A.

Em continuidade ao projeto de expansão dos negócios, em 2007, por meio de contrato de licença de uso de marca celebrado com a Telasul S.A., adquirimos o direito, não exclusivo, de utilização da marca Telasul, com um perfil de produto para atender as grandes redes varejistas e focada na produção de móveis seriados. No mesmo ano, criamos também o modelo de Universidade Corporativa para dar suporte ao treinamento de nossos revendedores e empregados, bem como iniciamos a implantação do nosso Programa de *Trainee*.

A partir de 2007 e 2009, respectivamente, as nossas marcas Dell Anno e Favorita passaram por um processo de reposicionamento, visando elevar a percepção das marcas e dos respectivos produtos. Esse reposicionamento resultou na criação, no ano de 2009, da marca New, voltada para atender o crescimento do consumo da classe média no Brasil, completando nosso portfólio de marcas.

Em 2009, nossa razão social foi alterada para Unicasa Indústria de Móveis S.A. Em 2010, criamos a Unicasa Corporate, divisão de negócios com foco em parcerias na construção civil e no ramo hoteleiro, com o intuito de capitalizar a expansão desse mercado e as oportunidades decorrentes dos investimentos no país.

6.3 - Breve histórico

O ano de 2011 foi marcado pela parceria com o estilista Reinaldo Lourenço e pela presença internacional da marca Dell Anno no Salão do Móvel de Milão, patrocinando uma mostra de arquitetura e design. Ainda em 2011, investimos em tecnologias de produção *just in time* e diferenciação de nossos produtos: foram lançados os acabamentos chanfrados em 45º e as marcas Dell Anno e Favorita foram complementadas com as linhas para escritório e infantil (office e kids).

O início do ano de 2012 foi marcado pela consolidação da vinculação da imagem da nossa marca Dell Anno a estilo e moda, por meio do patrocínio à São Paulo Fashion Week. Neste mesmo ano iniciamos o projeto de lojas próprias da Unicasa que culminou com a abertura de 4 lojas Dell Anno em São Paulo e 1 loja Dell Anno em Manaus em 2013.

Ainda em 2012, consolidamos a estratégia de comunicação da nossa marca New por meio do patrocínio do Big Brother Brasil e de inserções programadas para todo o ano no programa Caldeirão do Huck, dentre outras.

Em 2013 lançamos a marca “Casa Brasileira” na Feira de Móveis Estado do Paraná (Movelpar). Desenhada para aqueles que buscam riquezas nos detalhes, nos elementos que compõem a cultura nacional, a Casa Brasileira tem o objetivo de democratizar o móvel planejado, atendendo todas as regiões do país com um preço acessível e busca consolidar e expressar os objetivos da Unicasa de apresentar soluções modernas, dinâmicas e de alta qualidade aos clientes.

Atenta à tendência crescente da utilização de móveis pintados ("lacca"), no segundo semestre de 2013, a Companhia adicionou esse produto a seu portfólio. O processo de pintura realizado por robôs de alta tecnologia, inspirada nos melhores métodos da pintura automotiva, permitiu a entrega de um produto com qualidade de pintura superior, com menor prazo de entrega e com maior disponibilidade de cores do que seus concorrentes.

Em maio de 2014 a Companhia inaugurou sua última loja própria do projeto iniciado em 2012, a Dell Anno Atelier. Situada em uma das regiões mais nobres da cidade de São Paulo, O Atelier possui 450m² e é resultado da materialização do posicionamento da marca que vem permeando o universo *fashion* com o design do mobiliário, inicialmente com a participação de Reinaldo Lourenço, que assinou a Linha Duo Chamalote, e posteriormente da Animale, com a coleção Ashanti. O showroom abriu as portas com o lançamento da superfície MOON, assinada pelo estilista Pedro Lourenço e campanha estrelada pela modelo Izabel Goulart.

6.3 - Breve histórico

No segundo trimestre de 2014, a Companhia decidiu por concentrar seus esforços na fabricação de móveis planejados, buscando aumentar a sua rentabilidade, assim, o fornecimento de móveis modulados a magazines que ocorria através da marca Telasul Modulados foi descontinuado.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

A Administração da Companhia decidiu, em julho de 2014, por encerrar o fornecimento de móveis modulados a magazines que ocorria através da marca Telasul Modulados, concentrando seus esforços para aumentar a rentabilidade da Companhia em sua principal atividade, os móveis planejados. A expectativa da Administração da Companhia é de que o encerramento do canal de móveis modulados reduza a pressão em nossa margem bruta, visto que o canal detinha a menor margem do portfólio de marcas. Portanto, mesmo que o encerramento da marca possa ser traduzido em renúncia de faturamento, acreditamos que o resultado a ser colhido pelo foco nos mercados mais rentáveis cubra essa lacuna de retorno deixada pela ausência da marca.

No último trimestre de 2016, a Administração da Companhia decidiu por reduzir o escopo do projeto de lojas próprias. A decisão foi baseada na convicção de que o projeto cumpriu seu principal papel, o de reposicionar a marca Dell Anno em nosso principal mercado, o Estado de São Paulo. A Companhia manterá a principal loja, a localizada na Avenida República do Líbano, sob sua administração, como uma loja de posicionamento e de relacionamento direto com o consumidor.

No 1T18, a Administração da Companhia decidiu encerrar a última operação com lojas próprias, complementando a redução de escopo divulgada no Release do 4T16. A carteira de clientes remanescentes da operação será atendida em sua totalidade pela Companhia.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Comercializamos móveis planejados em todos os estados do Brasil, por meio de quatro marcas reconhecidas e complementares: Dell Anno, Favorita, New e Casa Brasileira, atingindo todos os segmentos de renda da população. Possuímos uma ampla rede de distribuição que contava, em 31 de dezembro de 2017, com 278 revendas Exclusivas, além de 597 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) no Brasil, e 56 pontos de venda no Exterior, entre revendas Exclusivas e lojas Multimarcas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, vendemos 787,3 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos receita líquida de vendas de R\$157,94 milhões.

Acreditamos que a combinação de nosso portfólio de marcas altamente reconhecidas e com penetração em todas as classes sociais, nossa ampla rede de distribuição e nosso parque fabril com escala de produção e tecnologia de ponta, permitiram-nos um bom posicionamento estratégico no segmento de móveis. Com mais de 30 anos de atuação no mercado, possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias, banheiros, escritórios, entre outros.

Adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, com o objetivo de atender a demanda das incorporadoras e das empresas do segmento hoteleiro e da construção civil.

Nossas marcas recebem grandes investimentos em campanhas de marketing associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Com posicionamentos complementares, nossas marcas são percebidas pelos consumidores e pelo mercado de decoração como de alto valor qualitativo nos seus segmentos. Nossas marcas são:

(i) Dell Anno: é a marca dos consumidores que respiram moda e arquitetura. E o diálogo entre essas disciplinas começa na comunicação, com *top models* reforçando a imagem de marca, que transcende para o produto, por meio de parcerias com estilistas e grifes consagradas, onde estilistas renomados como Reinaldo Lourenço, Animale e Pedro Lourenço já desenvolveram criações para a marca, traduzindo o conceito de “vestir a casa”. Criada em 1985, a Dell Anno pode ser encontrada no Brasil e no exterior em revendas Exclusivas e em Lojas Próprias criadas e administradas pela Unicasa para servir como laboratório de inovação e experiências comerciais em São Paulo e Manaus.

(ii) Favorita: é a opção dos consumidores que apostam em espaços com muita personalidade e conforto. O estilo de vida é o principal ponto de apoio da comunicação

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

e traduz o conceito de versatilidade da marca. Lançada em 2003, Favorita é encontrada em revendas Exclusivas no Brasil e também no exterior.

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos 129 revendas Exclusivas das marcas Dell Anno e Favorita.

(iii) New: é a marca de quem procura a solução perfeita para curtir cada espaço. Tem espírito jovem, é moderna e divertida. Aproveitando cada cantinho da casa e tornando os ambientes ainda mais especiais, aliando design à funcionalidade e tudo em um orçamento na medida. Utilizando-se de uma estratégia comercial com facilidades de pagamento, a marca foi criada em 2008 e pode ser encontrada em todo Brasil em lojas Exclusivas e Multimarcas e também no exterior.

(iv) Casa Brasileira: é a escolha dos consumidores que querem aproveitar a multiplicidade da cultura nacional e usá-la para mobiliar e decorar o seu lar. O que diferencia as linhas da Casa Brasileira é absorver as diferentes expressões estéticas do país e devolver na forma de padrões, revestimentos e ideias flexíveis, que se adaptam aos vários gostos e regiões do Brasil. A Casa Brasileira é uma marca acessível e suas primeiras lojas Exclusivas entraram em operação em 2013.

Nossa administração está tomando certas medidas para aprimorar o controle das informações sobre as revendas Exclusivas, buscando uma administração ativa e mais próxima dos revendedores, buscando aumentar a produtividade por loja. Essas medidas podem ser separadas em quatro fases distintas, descritas abaixo:

- (i) Fase 1: Reposicionamento de nossas Marcas;
- (ii) Fase 2: Obtenção do Controle da Ponta;
- (iii) Fase 3: Aprimoramento do Canal de Vendas; e
- (iv) Fase 4: Conhecer o Varejo.

Fase 1 - Reposicionamento de nossas Marcas (“Reposicionamento”)

As marcas Dell Anno e Favorita foram criadas nos anos de 1985 e 2003, respectivamente. No ano de 2007 iniciamos um processo de reposicionamento da marca Dell Anno, com objetivo de elevar a percepção de valor da marca e de nossos produtos, permitindo, assim, a prática de preços mais elevados. Este processo de reposicionamento contínuo e evolutivo foi estendido para a marca Favorita em 2009. Os principais aspectos do Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita estão descritos a seguir.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Alteração das logomarcas

- (i) Dell Anno: alteração da logomarca no ano de 2007;
- (ii) Favorita: alteração da logomarca no ano de 2009.

Mudança das estratégias de comunicação e marketing

- (i) Dell Anno: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da moda, por meio da utilização de *top models* em suas campanhas publicitárias; e
- (ii) Favorita: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da televisão, utilizando artistas protagonistas de novelas em suas campanhas publicitárias.

Revisão das linhas de produtos

A partir do ano de 2007, a Companhia passou a revisar toda a linha de produtos da marca Dell Anno para a inclusão de novos produtos exclusivos, melhores materiais, maior variedade de acessórios e acabamentos. E desde o ano de 2011, em decorrência de parcerias com estilistas renomados, foram lançadas linhas de produtos com acabamentos exclusivos.

Revisão das marcas utilizadas nos pontos de venda e dos empreendedores adequados ao perfil de cada marca

Um dos aspectos mais relevantes de nosso trabalho diz respeito ao reposicionamento de lojas e lojistas. Para tanto, foram avaliados os seguintes critérios:

(i) Ponto de venda: manutenção da marca Dell Anno caso a localização e o tamanho da loja sejam adequados à marca, sempre considerando o desempenho histórico da loja. Caso não sejam adequados, avaliamos o potencial de adequação do mercado em que estes pontos estão às marcas Favorita ou New. Entre 2009 e 2011, aproximadamente 40 lojas mudaram suas marcas de Dell Anno ou Favorita para a marca New.

(ii) Empreendedor: nosso processo de seleção de empreendedores está mais robusto. Buscamos empreendedores jovens, com experiência em gestão, capitalizados, que tenham dedicação exclusiva ao negócio e que forneçam garantia real, geralmente um imóvel, em nome da Companhia. O perfil do lojista deve atender aos pré-requisitos de cada marca. O lojista que trabalha com a marca Dell Anno, por exemplo, deve ser capaz de desenvolver relacionamento com arquitetos locais e realizar eventos promovam a loja e a marca, bem como se relacionar com a comunidade.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

(iii) Instalações: desde 2007, todas as lojas que trabalham com as marcas Dell Anno e Favorita passaram por reformas de fachada e de showroom, de modo a se adequarem ao novo padrão visual e aos novos produtos das marcas. Com base na avaliação dos critérios acima tomamos as seguintes ações ao longo dos últimos anos:

a) Ponto adequado – empreendedor adequado: reforma das lojas e instalações para atender ao novo padrão de clientela.

b) Ponto inadequado – empreendedor adequado: caso o ponto e o perfil do empreendedor sejam adequados à outra de nossas marcas, realizamos a mudança para a marca mais adequada. Caso o ponto não seja adequado à outra marca, fechamos a loja e buscamos outro ponto para manter o relacionamento com o empreendedor.

c) Ponto adequado – empreendedor inadequado: Caso o empreendedor seja adequado à outra de nossas marcas, localizamos novo ponto para abertura de nova loja de outra marca do nosso portfólio. Caso o empreendedor não seja adequado à outra marca, encerramos o relacionamento com o mesmo, buscando manter o ponto de venda sob a administração de outro empreendedor que esteja adequado às nossas filosofias.

d) Ponto inadequado – empreendedor inadequado: nesse caso, fechamos a loja e encerramos o relacionamento com o empreendedor.

Este processo de Reposicionamento foi realizado ao longo de 2012 e 2013, com impactos de fechamento de lojas ao longo do ano de 2015, o que gerou:

(i) redução no faturamento de algumas marcas, devido a obras e reformas nas lojas ou a períodos de transição entre empreendedores;

(ii) aumento no contas a receber e empréstimos concedidos, uma vez que muitas vezes financiamos as reformas das lojas, a transferência de pontos entre diferentes empreendedores e a aquisição, pelos lojistas, de novos pontos de venda considerados mais adequados à estratégia de nossas marcas; e

(iii) redução da base comparativa de desempenho de mesmas lojas (*Same Store Sales*).

Entre os anos de 2009 e 2011, 230 lojas Dell Anno e Favorita passaram pelo processo de Reposicionamento, seja mudando de ponto, trocando de empreendedor, fechando ou mudando a bandeira para New. Nesse mesmo período, reduzimos em 47 o saldo de lojas das duas marcas e abrimos cerca de 250 lojas New, das quais aproximadamente 40

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

tiveram origem em mudanças de bandeira de Dell Anno ou Favorita. Estas mudanças foram, em parte, financiadas por nós, seja por meio do empréstimo de recursos aos revendedores Exclusivos, seja por meio do alongamento de prazos de duplicatas relacionadas a vendas de mercadorias. No primeiro semestre de 2012, foram fechadas 19 lojas Dell Anno e Favorita, resquício ainda do processo de reposicionamento que na sua maioria encontra-se finalizado.

A segunda etapa do reposicionamento das lojas Dell Anno, envolveu a conversão de lojas pequenas, com baixo faturamento e com pouco impacto no resultado da Companhia, em lojas Multimarcas ou sua descontinuidade. Nessa etapa foram fechadas diversas lojas das marcas Dell Anno e Favorita e algumas convertidas em Casa Brasileira Multimarca. Esta etapa teve pouco efeito no faturamento da Companhia.

A marca New não passou por Reposicionamento, dado que a abertura das lojas, que se iniciou em 2009, contou com todos os aspectos de marketing, produto, preço e posicionamento das lojas já definidos.

Ao final de 2014, essa fase de reposicionamento foi encerrada e todas as etapas descritas acima foram concluídas com sucesso. Atualmente, possuímos uma base de revendedores mais homogênea e alinhada com os princípios da Companhia e das marcas, assim, alinhamos a nossa base de lojista com nossa principal estratégia: aumentar a rentabilidade das vendas e, conseqüentemente, da Companhia.

Fase 2: Obtenção do Controle da Ponta

A Fase 2 abrange as seguintes etapas:

Projeto de implantação do Enterprise Resource Planning ("ERP") nas vendas Exclusivas

Até 2012, as vendas Exclusivas optavam por um dentre três sistemas de informatização sugeridos por nós. Iniciamos em 2012 um projeto por meio do qual passaremos a adotar um único sistema de ERP, que deverá ser utilizado por nossas vendas Exclusivas. Para aqueles lojistas que já trabalham com algum ERP, a Companhia não tornará sua conversão compulsória em função dos custos envolvidos nessa transição, desde que o lojista utilize outra ferramenta disponibilizada pela Companhia para que alguns indicadores chaves das lojas sejam monitorados. Atualmente, já estamos com o ERP instalado em 50% das nossas lojas Exclusivas e sua utilização é mandatória na abertura de uma venda Exclusiva de qualquer marca da Companhia.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Contamos com outra ferramenta, denominada *Manager One*, que atua no software de desenho dos ambientes, através da qual obtemos acesso a informações chave. Dessa forma, contamos com cobertura de todas as revendas Exclusivas para análise do negócio. Toda a rede de lojas exclusivas já está com o *Manager One* instalado nos softwares. Estamos aprimorando a inteligência de consolidação e análise da informação gerada e formando as bases comparativas para análise, assim como orientando os lojistas para a melhor utilização das ferramentas, de forma a nos permitir uma melhor análise da situação de nossa rede.

Programa de Excelência e de Melhores Práticas

Passamos a adotar em 2014 um Programa de Excelência e de Melhores Práticas que tem o objetivo de incentivar as revendas Exclusivas a seguirem as orientações de nosso modelo de negócio por meio de incentivos. O principal resultado almejado com essa medida é guiar as revendas Exclusivas para um padrão de excelência, aumentando o nível de satisfação dos clientes finais e melhorando os índices de performance e rentabilidade das mesmas.

Para alcançarmos este objetivo criamos um *checklist* contemplando itens como atmosfera de loja, iniciativas de marketing, treinamento, planejamento, dentre outros. Um *guide* para a companhia equalizar a marca ao modelo de negócio. Com este *checklist* elaboramos um Score de Performance, onde cada item recebe pontuação para o Programa.

Denominado “Programa de Excelência”, o programa foi iniciado em março de 2014, e classifica as lojas nas categorias Diamante, Ouro e Prata. A classificação tem validade anual, sendo que, ano a ano, as lojas são reavaliadas, tendo oportunidade de gerar planos de ação para um ciclo contínuo de melhoria.

Fase 3: Aprimoramento do Canal de Vendas

A Fase 3 abrange as seguintes etapas:

Ações comerciais direcionadas por marca e região

Passamos a efetuar ações comerciais focadas em determinadas marcas e região, visando à customização das campanhas de acordo com as principais necessidades dos clientes e das revendas Exclusivas localizadas em cada região abrangida. Com isso, os esforços de marketing passaram a ser mais eficientes, o que tende a aumentar o número de vendas.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Estratégia de precificação

O trabalho de precificação de nossos produtos passou a contar com uma participação mais ativa dos revendedores Exclusivos, observando nossa Cadeia de Valor, buscamos informações detalhadas do perfil dos clientes finais. As estratégias de precificação de nossos produtos são customizadas de acordo com o perfil de cada uma de nossas marcas, visando maximizar a nossa rentabilidade e a rentabilidade das vendas Exclusivas, bem como manter a competitividade dos nossos produtos.

Parcerias estruturadas e acompanhamento da venda de produtos sucedâneos

Em linha com o convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor renovado em setembro de 2017, com vencimento em agosto de 2018, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Santander Financiamentos") perante os revendedores Exclusivos e os seus respectivos clientes, por meio do qual recebemos uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os nossos revendedores Exclusivos, buscamos novas parcerias que fomentem nossos canais de vendas. Acreditamos que a nossa ampla rede de revendedores Exclusivos, que atinge todas as classes sociais da população em todos os Estados brasileiros, pode ser um excelente canal de vendas para parceiros como fabricantes de eletrodomésticos, serviços e móveis complementares aos nossos produtos. Acreditamos que o referido convênio apresenta as seguintes vantagens:

(i) Aumento da venda de móveis em razão da existência de linhas de crédito disponíveis a taxas competitivas;

(ii) Redução do risco de crédito dos revendedores Exclusivos contra o consumidor;

(iii) Impacto positivo no nosso capital de giro e rentabilidade, uma vez que recebemos uma remuneração baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os nossos revendedores Exclusivos; e

(iv) Impacto positivo no fluxo de caixa dos revendedores Exclusivos.

Parcerias nacionais com potenciais clientes corporativos

Buscamos parcerias com grandes clientes corporativos, tais como incorporadoras, corretoras de imóveis e redes de hotéis, com o objetivo de aumentar o volume de vendas de nossos produtos. Parcerias desse porte exigem uma grande capilaridade de

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

pontos de atendimento e uma capacidade produtiva de alta qualidade com rapidez de produção, atributos que acreditamos que já conquistamos ao longo de nossa história.

A fase 3 foi completamente implementada e em conjunto com as demais fases contemplam um dos principais focos estratégicos da Companhia: aumentar a rentabilidade e a produtividade de nossas vendas exclusivas e da Companhia.

Fase 4: Conhecer o Varejo.

Em 2013 a Dell Anno iniciou um projeto de Lojas Próprias, administradas pela fábrica, servindo como laboratório de inovação e de experiências comerciais para toda a rede de lojas autorizadas.

Essa foi uma excelente forma de a Dell Anno entender e atender cada vez melhor os desejos do consumidor. Dentre as unidades das lojas de fábrica, destacou-se a Dell Anno Atelier, a primeira loja conceito da marca.

O projeto de conhecer o varejo contou com 5 Lojas Próprias: 4 em São Paulo (Dell Anno Shopping D&D, Dell Anno Morumbi, Dell Anno Atelier e Dell Anno Sumaré) e 1 em Manaus (Dell Anno Manaus).

A Unicasa está convicta de que o projeto cumpriu seu principal objetivo, além de reposicionar a marca Dell Anno no Estado de São Paulo, portanto, decidiu, no 1T18, encerrar a última operação com lojas próprias, complementando a redução de escopo divulgada no Release do 4T16.

Apesar do encerramento do projeto, a Unicasa reconhece a importância de se manter em contato com o consumidor final, dessa forma está ouvindo-o através do contato direto em relação a sua experiência de aquisição de móveis, aplicando a metodologia do Net Promoter® Score, para medir a sua lealdade e intenção de indicação da marca.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Não aplicável, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em função de produzir unicamente móveis planejados, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada e concentrada em um único segmento operacional. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

(a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados em MDF (*Medium Density Fiberboard*) ou MDP (*Medium Density Particleboard*). Adicionalmente, também comercializamos acessórios funcionais e acessórios de decoração para os móveis planejados que produzimos. Possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias, banheiros e escritórios, dentre outros, adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, com o objetivo de atender a demanda das incorporadoras e das empresas do segmento hoteleiro e da construção civil.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a receita líquida de vendas do nosso único segmento (produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados) foi de R\$157,94 milhões, R\$185,06 milhões e de R\$222,65 milhões, respectivamente, o que representou a totalidade da nossa receita líquida nos períodos indicados.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

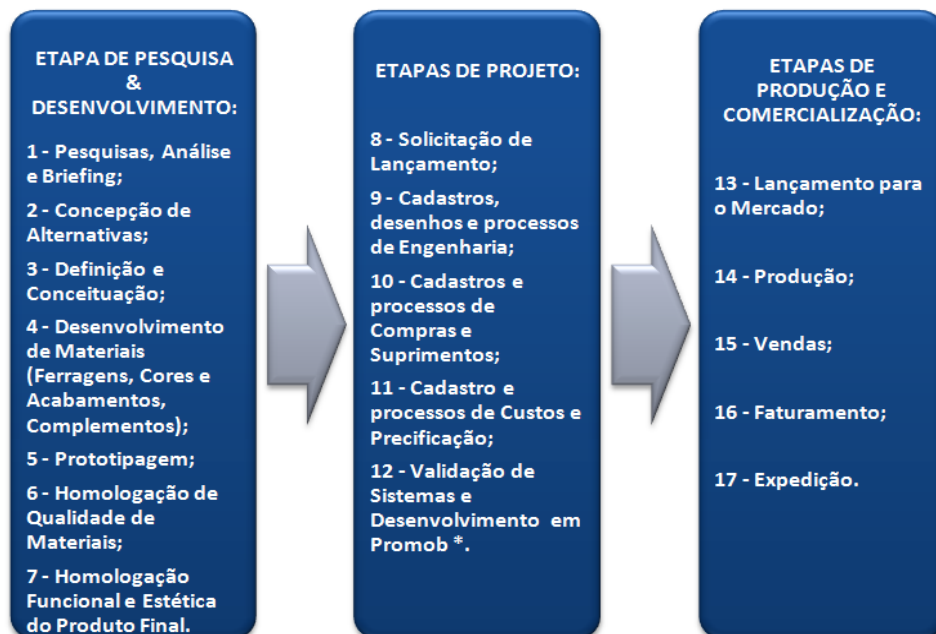
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 registramos prejuízo de R\$ 6,36 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 registramos prejuízo de R\$ 24,26 milhões. Já no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 registramos lucro de R\$13,11 milhões.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Possuímos um parque fabril localizado em Bento Gonçalves - RS, com aproximadamente 50 mil m² de área construída e capacidade média de produção de 184.800 módulos de móveis por mês. Cada módulo de móvel é formado, em média, por 7 peças componíveis, tais como laterais, bases, prateleiras, tampos e ferragens.

Nosso parque fabril conta com alta tecnologia e com um modelo de produção versátil, que nos permite fabricar produtos somente após a realização de pedidos e, mesmo assim, entregá-los com agilidade (prazo máximo de 15 dias por pedido), proporcionando a manutenção de baixos níveis de estoque de produtos acabados. A produção de módulos de móveis atingiu 0,79 milhão em 2017, 1,00 milhão em 2016 e 1,11 milhão em 2015.



* Software utilizado pela indústria de móveis e lojistas para elaboração de projetos de ambientes para clientes, fornecido pela empresa Procad Softwares Ltda.

O processo de desenvolvimento de produtos da Unicasa permeia todas as áreas da empresa, buscando visão sistêmica e compromisso de todos com a criação, desenvolvimento e lançamento dos produtos das quatro marcas: Dell Anno, Favorita, New e Casa Brasileira, além de projetos corporativos e para exportação.

A nossa área de Produto é dividida entre Pesquisa & Desenvolvimento e Engenharia de Produtos. Estrutura que propõe uma maior sinergia entre as áreas de criação e desenvolvimento. A área de Pesquisa & Desenvolvimento, atua na especificação, criação e desenvolvimento do mobiliário, acessórios e acabamentos propondo soluções que vinculam estética e funcionalidade ao produto, levando em consideração o perfil de cada consumidor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

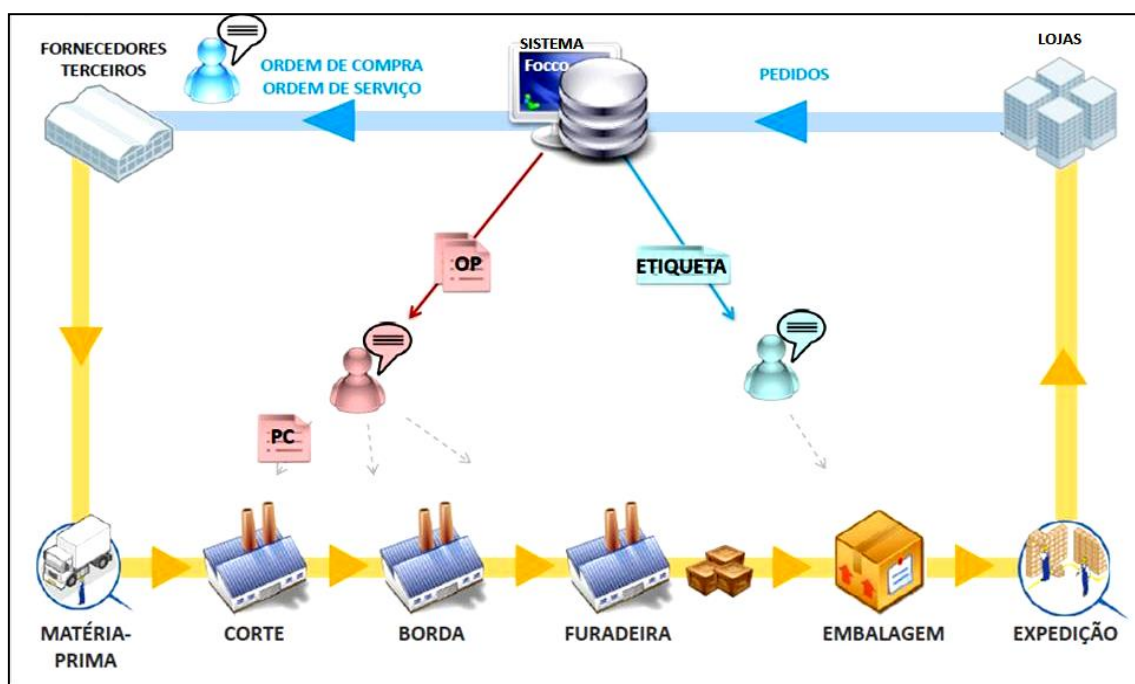
Toda entrada de demanda de produto é direcionada para a área de Pesquisa & Desenvolvimento, que faz a gestão e condução deste processo de desenvolvimento de produtos, passando pela Engenharia, que visa validar tecnicamente todos os projetos e que faz parte de um grupo multidisciplinar que analisa a viabilidade dos projetos, finalizando a manutenção e o lançamento de um produto ou de uma coleção.

São realizadas pesquisas de mercado, visitas à feiras nacionais e internacionais, consultas à site de tendências de acesso restrito, parcerias com estilistas e fornecedores ligados à moda, pesquisas com a rede de lojas, além de oportunidades levantadas pelos setores internos da empresa, as quais passam por avaliações das áreas técnicas.

O compromisso da área de Produto é estar sempre olhando para as necessidades do presente, solucionando demandas do mercado, e identificando oportunidades futuras para satisfazer e surpreender os nossos clientes e consumidores.

Processo de Produção

O fluxograma simplificado (quadro abaixo) mostra o processo de produção até a chegada de nossos produtos às revendas Exclusivas, Multimarcas e Lojas Próprias.



O processo de produção se inicia com o desenvolvimento dos projetos nas revendas Exclusivas, que é realizado por arquitetos ou técnicos, em software específico (Promob). Os clientes participam ativamente na concepção do projeto e na escolha dos produtos que farão parte dos ambientes por eles escolhidos. Por esse motivo, e com o objetivo de preparar equipes qualificadas de atendimento e venda, fornecemos à rede de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

revendas uma estrutura de suporte em treinamento, por meio da Universidade Corporativa Unicasa, que compreende, desde a orientação sobre produto e desenvolvimento de projetos, até a montagem dos módulos de móveis, pós-venda, gestão de pessoas e administração do próprio negócio.

Após a finalização da etapa de desenvolvimento do projeto, o revendedor Exclusivo (lojista) e o Multimarca, encaminha para a área de vendas os pedidos dos clientes, acompanhados dos respectivos projetos, que, após serem processados em nosso sistema, darão início aos planos de produção.

A etapa posterior ao recebimento dos pedidos e projetos, é o encaminhamento dos pedidos dos clientes à área de CP&L - Controle de Produção e Logística, que irá gerar os planos de produção por meio de sistemas integrados de manufatura. Os referidos sistemas emitem as necessidades de compras dos insumos, dos acessórios, das embalagens e de outros materiais que serão utilizados na fabricação dos produtos incluídos nos pedidos dos clientes e desenvolvem um planejamento adequado de produção, visando a minimizar perdas de insumos e a assegurar o embarque dos produtos nos prazos acordados, um melhor controle de custos, e um planejamento otimizado de utilização de recursos.

Via de regra, todos os fornecedores atendem aos prazos de fornecimento das matérias primas e insumos utilizados no processo de produção. Não obstante, existem políticas de estoque mínimo de segurança suficiente para garantir por cerca de dois meses a demanda dos nossos clientes.

Após a geração dos planos de produção, inicia-se a produção dos módulos de móveis, que é constituída pelas seguintes fases: corte, acabamento, furação, estoque, embalagem e expedição nos quatro centros de produção, conforme descrito a seguir:

(i) Centro de Corte: composto por máquinas seccionadoras, que realizam os cortes das chapas de MDF e MDP utilizadas para a produção dos módulos de móveis.

(ii) Centro de Acabamento: composto por máquinas perfiladeiras e bordatrizes, que desenvolvem os processos de ranhura, rebaixe, aplicação de bordas e acabamento das chapas de MDF e MDP utilizadas para a produção dos módulos de móveis (perfil 45°, perfil boleado ou laminado).

(iii) Centro de Furação: composto por máquinas furadeiras totalmente automatizadas que fazem os diversos tipos de furação nas chapas de MDF e MDP utilizadas para a composição dos módulos de móveis. Esta é a última etapa do processo de beneficiamento das peças.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(iv) Centro de Embalagem: composto por esteiras selecionadoras, nas quais as peças e componentes são agrupadas para formar o módulo de móvel que será embalado e encaminhado para a expedição.

No centro de embalagem, os módulos de móveis são monitorados por meio de leitura ótica das etiquetas (código de barras) neles fixadas durante o processo de produção, permitindo o controle dos pedidos prontos para o embarque. Também na área de expedição é realizado o monitoramento dos módulos de móveis por meio de leitura ótica, quando do embarque dos produtos para os revendedores e lojistas. Destacamos que foi implantado em junho de 2011 um sistema de leitura ótica por código de barras nas vendas Exclusivas e lojas Multimarcas, para conferência de todos os módulos de móveis recebidos e verificação da sua conformidade com o pedido que foi enviado à fábrica.

Atualmente, 97% dos produtos de nosso portfólio são produzidos em nossas instalações fabris. O restante que compreende:

(i) peças especiais, tais como peças com acabamentos e medidas diferentes daqueles produzidos em nosso parque fabril; e

(ii) acessórios, tais como puxadores, aramados, portas de alumínio e luminárias, customizados para complementar a linha de produtos, e são produzidos por empresas terceirizadas. Em alguns casos, enviamos diretamente para as empresas terceirizadas os insumos necessários (chapas de MDF e MDP) para a produção das peças especiais.

Contamos com uma das tecnologias mais avançadas para pintura de madeira disponível no mercado, oriunda da indústria automobilística nossa linha de pintura em lacca nos possibilitou atender a uma demanda crescente por móveis pintados, passamos a disponibilizar uma gama maior de cores, além de reduzir nosso prazo de entrega (em torno de 45 dias) e passamos a entregar um produto com qualidade superior. Com produção iniciada em 2013, a linha possui capacidade de pintar 200 m² de madeira por dia. No ano de 2014 investimos de cerca de R\$ 3 milhões e realizamos a compra de mais uma máquina, com tecnologia mais avançada.

Realizamos controle do fluxo de produção para otimização da utilização das máquinas e da mão de obra, permitindo que as manutenções periódicas sejam programadas com antecedência e sem interferência na programação da produção. Utilizamos o Apontamento Web, que permite, em tempo real, o rastreamento das peças durante o processo produtivo, garantindo um gerenciamento adequado dos materiais e das pessoas envolvidas em tal processo. Adicionalmente trabalham constantemente no, as áreas de Métodos e Processos e Engenharia de Produto desenvolvimento de novos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

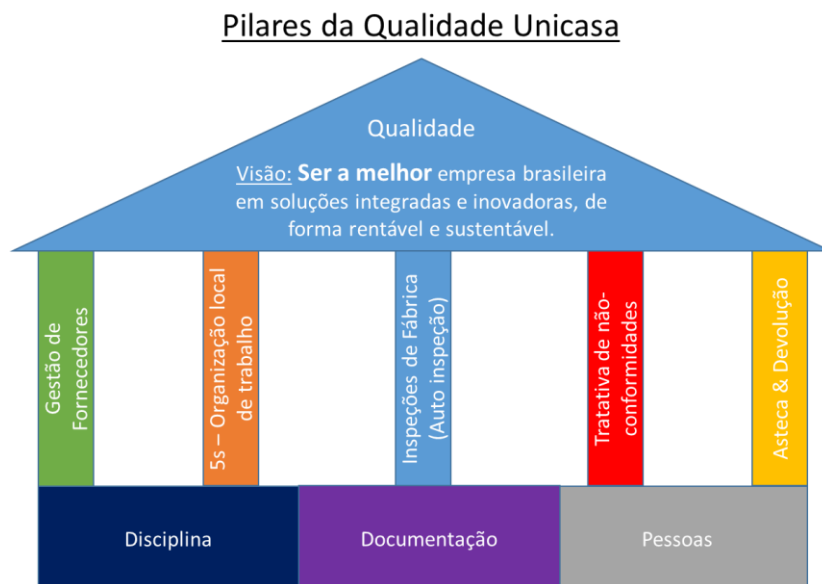
fluxos de produção e em mudanças de layout das unidades de produção, buscando incrementos de produtividade.

Nosso parque fabril possui máquinas e equipamentos modernos, os quais foram adquiridos junto aos mais reconhecidos fornecedores mundiais da indústria. Estamos focados no atendimento ao mercado, com alta qualidade, compromisso com os prazos de entrega e baixos custos de produção. Os investimentos estão diretamente voltados a melhorias de qualidade dos produtos, flexibilização da cadeia produtiva, reduções de custos (estoques de produtos prontos e em elaboração) e minimização de perdas. Os gastos em imobilizado e intangível (CAPEX) nos anos de 2017, 2016 e 2015 foram de R\$6,34 milhões, R\$8,41 milhões e R\$4,16 milhões respectivamente.

A capacidade instalada utilizada nos anos de 2017, 2016 e 2015 foi de 45,5%, 50,0% e 57,0% respectivamente.

Gestão da qualidade

O sistema de gestão da qualidade Unicasa foi estruturado em conceitos e premissas de qualidade, que estão representados através da Casa da Qualidade, também chamada de Pilares de Qualidade da Unicasa:



1º Pilar – Gestão de fornecedores: Assegurar um produto com a qualidade Unicasa, através da parceria com fornecedores, controle da cadeia de suprimentos e auditorias de processo e produto.

2º Pilar – Organização do local de Trabalho: Através do programa 5S, buscamos a padronização e organização do local de trabalho, que traz com resultado, identificar

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

mais facilmente os desvios e não conformidades. Ambientes limpos, seguros e organizados contribuem significativamente para a qualidade com um todo (produto e processo).

3º Pilar – Inspeções de Fábrica: A Unicasa conta com um sistema de controle de qualidade que vai desde o fornecedor até a expedição. Juntamente com as inspeções padrões, temos o programa de auto inspeção que, além de garantir a inspeção direto na operação ponto a ponto (origem do problema), conta com o envolvimento e compromisso de cada colaborador nesta tarefa de assegurar a qualidade do nosso produto para o cliente final.

4º Pilar – Tratativa de não-conformidades: A Unicasa utiliza de metodologia largamente conhecida no mercado para a tratativa e resolução de não conformidades. Toda a equipe técnica é treinada em ferramentas da qualidade e na metodologia MASP. Equipes de MASP trabalham nos principais problemas identificados durante as rotinas, a fim de identificarmos as causas e rapidamente solucioná-las. Um sistema de gestão nos ajuda a controlar os RASPs, para que tenhamos o histórico das análises e controle das ações tomadas.

5º Pilar – Assistência Técnica e Devoluções: Setor ligado a Qualidade, que tem como foco o atendimento rápido e eficaz de nossos clientes. Na área de devolução de assistência técnica, análises são feitas dos materiais que retornam com problemas, para que as causas sejam identificadas e o processo de melhoria contínua possa acontecer.

Bases da Casa da Qualidade: Disciplina, documentação e pessoas são as bases que estruturam a nossa qualidade. Isto acontece através de treinamento e formalização dos processos e procedimentos através de documentação.

O compromisso da área da qualidade é assegurar a aplicação dos pilares em todas as áreas da Unicasa, promovendo o exercício da melhoria contínua dos produtos e processos, visando a satisfação dos nossos clientes.

(b) características do processo de distribuição

Possuímos uma ampla rede de distribuição que conta, em 31 de dezembro de 2017, com 278 revendas Exclusivas e 597 Pontos de Vendas Multimarcas em todo o Brasil, bem como 15 Revendas Exclusivas e 41 Pontos de Vendas Multimarcas no Exterior, nos seguintes países: Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos, Egito, Estados Unidos da América, Martinica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, atingindo todos os segmentos de renda da população.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(i) Revendas Exclusivas: são lojas autorizadas a vender exclusivamente móveis planejados, de apenas uma de nossas marcas (Dell Ano, Favorita, New ou Casa Brasileira) e devem seguir critérios preestabelecidos de identidade visual e localização do ponto comercial;

(ii) Lojas Multimarcas: são lojas autorizadas a vender móveis das nossas marcas New e Casa Brasileira em estabelecimentos que comercializam móveis de outros fabricantes e de outras marcas, e não estão sujeitas a observância de critérios preestabelecidos de identidade visual e localização do ponto comercial.

O nosso relacionamento com as revendas Exclusivas é formalizado por meio da celebração de contrato que prevê expressamente as obrigações de cada uma das partes signatárias. As principais obrigações previstas nos contratos celebrados com as revendas exclusivas, comuns aos contratos das nossas marcas Dell Ano, Favorita, New, e Casa Brasileira são:

(i) As revendas Exclusivas devem seguir um padrão arquitetônico previamente definido por nós;

(ii) A veiculação da marca pelas revendas Exclusivas deve respeitar a nossa política, de modo a preservar a identidade da marca;

(iii) As revendas Exclusivas só podem alterar o endereço mediante prévia e expressa autorização concedida por nós;

(iv) As revendas Exclusivas devem implantar um dos três sistemas de informação sugeridos por nós;

(v) As revendas Exclusivas não podem ceder, integral ou parcialmente, o contrato celebrado com nós ou os direitos e obrigações a ele inerentes sem a nosso prévia e expresso consentimento; e

(vi) As revendas Exclusivas não podem contratar terceiros que tenham objeto social similar ao nosso para atender a pedidos de consumidores atraídos pelas nossas marcas.

Os contratos celebrados com as revendas Exclusivas possibilitam a manutenção de um controle direto sobre os revendedores, permitindo o acompanhamento da performance de tais revendedores e a verificação do cumprimento de nossas políticas. Presentes em todo o território nacional, as lojas que comercializam nossos produtos recebem, por meio de um sistema integrado de vendas, a atualização de todas as novidades existentes

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

em nosso portfólio de produtos. As nossas lojas estão estrategicamente localizadas em pontos de alta visibilidade. Adicionalmente, para cada nova loja, avaliamos os critérios de viabilidade econômica e demográfica, bem como o perfil do lojista que nos representará.

A Companhia dispõe, ainda, de uma rede de representantes comerciais e agentes de distribuição, com plena autonomia, sem o caráter de exclusividade, mediante a celebração de contratos que estipulam as condições relativas às linhas de produtos (New e Casa Brasileira), com remuneração mediante comissão sobre as vendas efetuadas em percentuais variáveis. Os contratos descrevem as áreas de atuação de cada um dos representantes comerciais e agentes, relativamente às áreas geográficas ou específicas a determinados clientes, estipulando o período de vigência aplicável a cada um dos instrumentos contratuais. A forma de pagamento das comissões é fixada na época de liquidação dos títulos correspondentes às vendas efetuadas pelos representantes comerciais e/ou agentes.

A capilaridade de nossa rede de revendedores atinge os mais diversos públicos e mercados no Brasil, o que acreditamos refletir em ganhos de escala que nos permitem adquirir expertise relacionada às particularidades de cada mercado e aumentar a força e alcance de nossas marcas. Permite ainda ampliar nosso entendimento do mercado e dos perfis de consumo nas diferentes regiões, potencializando nossa competitividade, ampliando a visão estratégica para expansão do nosso negócio e maximizando nossa rentabilidade, pois aproveitamos os ciclos econômicos de cada região. A proporção de cada região/mercado em nossa receita reflete sua representatividade na conjuntura demográfica e econômica do Brasil, com destaque para as Regiões Sudeste, Nordeste e Sul, esta representatividade pode é percebida na tabela abaixo:

Região	% da Receita Bruta 2017 (mercado interno)	Potencial Consumo Brasil 2017
Centro Oeste	4,0%	8,5%
Nordeste	12,5%	18,8%
Norte	6,6%	5,9%
Sudeste	62,1%	48,8%
Sul	14,8%	17,9%
Total	100%	100%

NOTA: Dados Unicasa exercício de 2017

Fonte: IPC Marketing 2017

Nosso parque fabril abastece todos os canais de distribuição, o que nos permite maior controle sobre os pedidos e mais autonomia de agendamento de carga e expedição junto às empresas de logística. Contamos com transportadoras terceirizadas que, em

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

conjunto, abrangem a totalidade do território nacional, prestando serviços a todos os nossos revendedores Exclusivos e lojas Multimarcas. O transporte de nossos produtos para todas as revendas Exclusivas e para a grande maioria das lojas Multimarcas é realizado via frete FOB (pagamento do frete é feito pelo destinatário. Para maior segurança de nossos clientes, apenas transportadoras homologadas pela Unicasa podem realizar o carregamento de nossos produtos, para isso são avaliados diversos critérios, tais como: pontualidade; controle das entregas; comprometimento com a mercadoria; avaliação com clientes; qualidade da frota; entre outros. Além disso exigimos que as transportadoras homologadas pela Unicasa durante o transporte de nossos produtos possuam Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C), com coberturas para acidentes decorrentes de colisão, capotagem, abalroamento e tombamento. Também exigimos o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa do Transportador Rodoviário – Desvio de Carga (RCF-DC), que cobre as perdas em caso de roubo ou desaparecimento da carga.

Principais estratégias de marketing

Nossas marcas são criadas de acordo com posicionamentos distintos entre si, que seguem uma unidade de linguagem entre produtos oferecidos, pontos de venda, treinamento e propaganda adequados ao perfil de cada consumidor, levando em consideração os segmentos a que se destinam. Contamos com uma eficiente estratégia de marketing que envolve a constante exposição de nossas marcas em mídias especializadas. Adicionalmente, participamos de feiras e mostras do segmento moveleiro e decoração, com o objetivo de divulgar nossas marcas e nossos produtos. Temos presença constante na mídia impressa nacional de arquitetura e decoração. Bianualmente apresentamos uma nova campanha para o lançamento da coleção de cada uma de nossas marcas.

Como estratégia de marketing para a Dell Anno, nossa marca *Premium*, vinculamos seus produtos a formadores de opinião, investindo na associação entre os mercados de moda e arquitetura e utilizando *top models* em ensaios fotográficos realizados por grandes profissionais do ramo para produção de catálogos e veiculação de anúncios nacionais nas principais revistas do segmento. Ainda, investimos em mostras de decoração de projeção nacional e em parcerias com estilistas para incorporar diferenciais de valor agregado aos nossos produtos.

A estratégia de marketing utilizada para a Favorita consiste na associação da marca a artistas nacionais de grande exposição na mídia, com o objetivo de ampliar a aproximação com o consumidor, e na produção de ensaios fotográficos para potencializar o PDV e as mídias digitais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A New, por sua vez, por estar voltada para o aproveitamento inteligente de espaços com praticidade e estilo, pensando principalmente nas necessidades da família da classe média, possui como estratégia de marketing a incorporação deste conceito ao seu catálogo anual, além de movimentar a rede de lojas com ações promocionais de apelo compre e ganhe e sorteio.

Por fim, a Casa Brasileira, tem sua força de comunicação voltada para a experiência de compra proporcionada pelo PDV, onde todos os elementos da comunicação se voltam para a vivência diferenciada do consumidor com a marca. Ele é envolvido no processo criativo se tornando coadjuvante da elaboração de seu próprio projeto, circulando entre ambientes e produtos da linha expostos de forma lúdica e sensorial, com elementos que aproximam muito a realidade da sua moradia. As constantes campanhas promocionais e conteúdo da marca são expostos na mídia digital.

Aliado à estratégia de marketing de cada uma de nossas marcas, adotamos um processo de padronização de nossas revendas Exclusivas em termos de concepção de espaço, forma de apresentação dos produtos e linguagem visual, de modo a permitir aos consumidores uma experiência de compra diferenciada. Nesta linha, cada revenda Exclusiva é planejada seguindo um padrão de identidade visual específico, definido e gerenciado pelos nossos núcleos de arquitetura. Esta padronização inclui estudo de fachada, projeto arquitetônico, sinalização visual e disposição dos ambientes, de modo a potencializar a experiência de compra do consumidor.

Além disso, para reforçar nosso compromisso com o consumidor e visando uma maior aproximação e fidelização dos clientes, contamos com um sistema de consulta e acompanhamento de pedidos on-line por meio do website de cada uma de nossas marcas, denominado Unitoken. Com o Unitoken, o consumidor consegue visualizar o status do seu pedido junto a fábrica, como uma previsão de envio do pedido para o cliente.

Com o intuito de mensurar o grau de satisfação e lealdade dos clientes finais, a Unicasa adotou a metodologia do Net Promoter® Score, ou NPS, [criada por Fred Reichheld, em sua publicação no Harvard Business Review] para suas pesquisas de pós-venda.

Na pesquisa, são abordadas cinco perguntas com as principais etapas de compra do consumidor final, estas têm menção sobre o atendimento, projeto, entrega, montagem e indicação de nossos produtos, sendo avaliadas de forma qualitativa e quantitativa.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Esta é uma forma de acompanhar o crescimento empresarial com base nos feedbacks dos nossos clientes, sejam eles clientes promotores, clientes neutros ou clientes detratores, já que atender a demanda dos clientes com qualidade é o nosso foco. O cultivo de clientes promotores torna a nossa empresa mais sólida a longo prazo, uma vez que a propagação dos valores do negócio é feita de forma espontânea através destes consumidores satisfeitos.

Treinamento

Desde 1985, ano de fundação da Companhia, sempre trabalhamos com diferentes tipos de públicos, seja em revendas Exclusivas e Multimarcas. Para atender estes diferentes tipos de públicos é necessário qualificar cada vez mais quem trabalha conosco em nossa rede de revendas. Pensando nisso que no ano de 2007 criamos a Universidade Corporativa Unicasa.

Sabemos que pessoas são decisivas dentro de uma empresa e deste modo, oferecer a qualificação destas pessoas é imprescindível para o desenvolvimento profissional de cada indivíduo. Da mesma forma, sabemos que cada pessoa tem realidades de trabalho diferentes, por isso, temos cursos que atendem a todas as pessoas envolvidas no processo, desde o funcionamento do negócio até a entrega final de projeto. O resultado disso são clientes mais satisfeitos com o resultado final.

Neste último ano de 2017, nossa equipe de instrutores realizou 58 treinamentos presenciais, que contaram ao todo com a participação de 563 pessoas, elas receberam treinamentos de produto, Promob e vendas.

(c) características do mercado de atuação:

(i) participação em cada um dos mercados; e

(ii) condições de competição nos mercados.

Os dados e projeções do cenário econômico e da indústria existentes nessa seção foram obtidos através de pesquisas internas e de mercado, tanto em fontes públicas, quanto em publicações setoriais privadas. Algumas informações apresentam uma defasagem temporal relevante devido a periodicidade de atualização das mesmas, existindo, portanto, probabilidade de alteração nos cenários descritos abaixo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Cenário Macroeconômico

Abaixo, transcrevemos parcialmente a carta de conjuntura IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) do primeiro trimestre de 2018:

O período que abrange o final de 2017 e os meses iniciais de 2018 caracterizou-se pela continuidade da recuperação do nível de atividade econômica, com destaque para o aumento da produção industrial e do consumo e a redução do desemprego. Apesar de alguma perda de ritmo nesse processo, com redução das taxas de crescimento na margem, os dados ainda apontam para um cenário positivo ao longo do ano. O Indicador Ipea de Hiato do Produto, que está em 4,4%, mostra que ainda há elevada capacidade ociosa na economia brasileira. Isso permite que a política monetária estimule o crescimento sem grandes riscos de pressão inflacionária devido a excesso de demanda. Aliás, a principal surpresa do primeiro bimestre de 2018 veio da taxa de inflação, a mais baixa em muitos anos, resultando em que as taxas anuais seguiram em queda – ao contrário do esperado pelo mercado, pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela própria Carta de Conjuntura. A evolução benigna da inflação ratifica as expectativas de que a política monetária permaneça expansionista ao longo de todo o ano, constituindo um dos principais motores da recuperação. Entre as previsões para 2018, a de inflação foi uma das poucas que sofreram alterações mais significativas.

No setor externo, o resultado em conta corrente também segue surpreendendo ao exibir deficit relativamente baixos, resultado do desempenho ainda forte da balança comercial, enquanto o investimento estrangeiro no país segue em nível elevado. O cenário externo manteve-se favorável no que se refere ao crescimento e ao comércio internacional, embora com alguma desaceleração desde dezembro. Não obstante o breve episódio de aumento de volatilidade e ajuste de preços de ativos do início de fevereiro, que parece ter tido o efeito de reavivar um pouco a aversão ao risco, a liquidez internacional segue abundante e, apesar da expansão sincronizada, a inflação segue muito baixa em termos globais: mesmo onde a expansão já se encontra avançada, como nos EUA, a perspectiva continua sendo de normalização gradual da política monetária.

O período foi também marcado pela intensa discussão e posterior frustração pela não votação da reforma da Previdência. As implicações adversas desse fato para a sustentabilidade da dívida pública levaram ao rebaixamento da classificação de risco do país por mais uma agência internacional de avaliação de risco. Contudo, a reação do mercado financeiro ao episódio foi moderada, o que parece confirmar a tese de que os agentes privados continuam acreditando na implementação das necessárias medidas de ajuste estrutural neste ano ou no próximo. Os sinais positivos de curto prazo em relação ao desempenho fiscal também contribuíram para a contenção de uma possível volatilidade no mercado financeiro: o deficit primário em 2017 ficou bem abaixo da

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

meta, refletindo uma combinação de aumento cíclico da arrecadação, receitas extraordinárias e contenção dos gastos discricionários. A arrecadação cresceu acima das previsões no primeiro bimestre de 2018, o que tende a garantir o desempenho de acordo com a meta do ano, embora o real desafio seja reduzir o deficit primário, como proporção do PIB, em relação ao realizado no ano passado, dado o crescimento esperado relativamente forte para o ano.

Nessas condições, nosso cenário macroeconômico permaneceu relativamente inalterado para 2018, com uma taxa de crescimento projetada para o PIB de 3% no ano, explicada pela expansão do consumo das famílias (3,4%) e do investimento (4,5%). O consumo do governo deve registrar crescimento nulo, enquanto que as exportações líquidas de bens e serviços devem contribuir negativamente para o resultado do PIB, com avanço das importações (7,5%) superior ao das exportações (6,2%). Pelo lado da oferta, o crescimento da indústria (3,6%) e dos serviços (2,9%) devem compensar a queda do PIB agropecuário (-2,2%). Para 2019, sob a hipótese de que o novo governo dê encaminhamento às medidas de ajuste fiscal requeridas, espera-se a consolidação do quadro de crescimento, com o PIB registrando novamente crescimento de 3%. Diferentemente de 2018, porém, projeta-se um cenário de crescimento mais difuso entre os componentes da demanda e da oferta.

A carta da conjuntura da IPEA pode ser lida na íntegra pelo link abaixo:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32302&Itemid=3

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Visão geral do nosso setor de atuação.

O Mercado Brasileiro: A indústria de móveis planejados – um subsegmento da indústria moveleira focado no atendimento de clientes com exigências e objetivos específicos em cada compra – além de ser impactada pela conjuntura econômica do País e pela indústria moveleira, também está exposta a três setores da economia:

(i) Setor imobiliário: suprimento da demanda por móveis planejados para novas residências e para novos empreendimentos comerciais;

(ii) Setor de consumo/comércio varejista: dirigido, entre outros fatores, pelo aumento da renda disponível e pela expansão do crédito; e

(iii) Setor hoteleiro: vendas de móveis planejados para atender a demanda da rede hoteleira.

Os próximos tópicos têm como objetivo apresentar a atual conjuntura macroeconômica e de cada um dos setores acima mencionados, de forma a consolidar e esclarecer o impacto no setor de móveis planejados.

Indústria Moveleira

Visão Geral

A indústria moveleira pode ser considerada uma indústria tradicional, sendo caracterizada basicamente pela elevada quantidade de empresas existentes no setor, elevado relacionamento com processos produtivos de diversas indústrias e ampla diversificação de produtos finais. Ao que tange a diversificação industrial, o setor moveleiro diversifica-se essencialmente em função de três fatores:

(i) Matéria prima: madeira, metal, couro, plástico e outros;

(ii) Desenho dos móveis: indústria de móveis retilíneos – móveis com desenhos simples de linhas retas – e indústria de móveis torneados – apresentam elevado padrão de acabamento e desenhos mais complexos e elaborados; e

(iii) Destinação dos móveis: residencial e comercial.

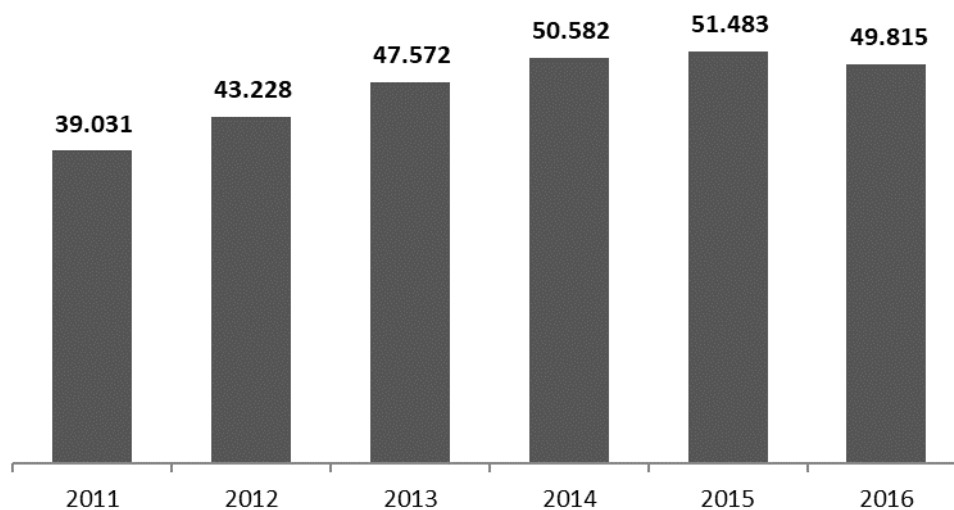
A eficiência na produção pode ser considerada como um dos principais fatores concorrenciais para o crescimento das empresas no setor. Além disso, o estilo e *design* das mercadorias, alinhados à estratégia de marketing, vêm recentemente mostrando-

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

se como potenciais fatores estratégicos para aumentar a vantagem competitiva entre os concorrentes, agregando valor aos móveis comercializados e atraindo novos consumidores.

Dados da indústria moveleira

Assim como em outros países, a indústria de móveis no Brasil também é constituída por um número significativo de empresas e com utilização intensiva de mão de obra. O principal estudo sobre a indústria de móveis no Brasil é publicado pelo IEMI e contempla móveis de madeira, aço e colchões. Em 2016, conforme o IEMI existia 17.522 empresas destinadas a produção de móvel de madeira, empregando 257.876 pessoas. O valor da produção anual da indústria moveleira apresentou crescimento de 27,6% no período de 2011 a 2016 – média de crescimento anual de 5,0% a.a. – atingindo um patamar de R\$49,8 bilhões em 2016, conforme demonstrado no gráfico abaixo (em R\$ mil):



Fonte: Brasil Móveis 2017 –IEMI/MOVERGS

Produtos e Distribuição Geográfica Historicamente

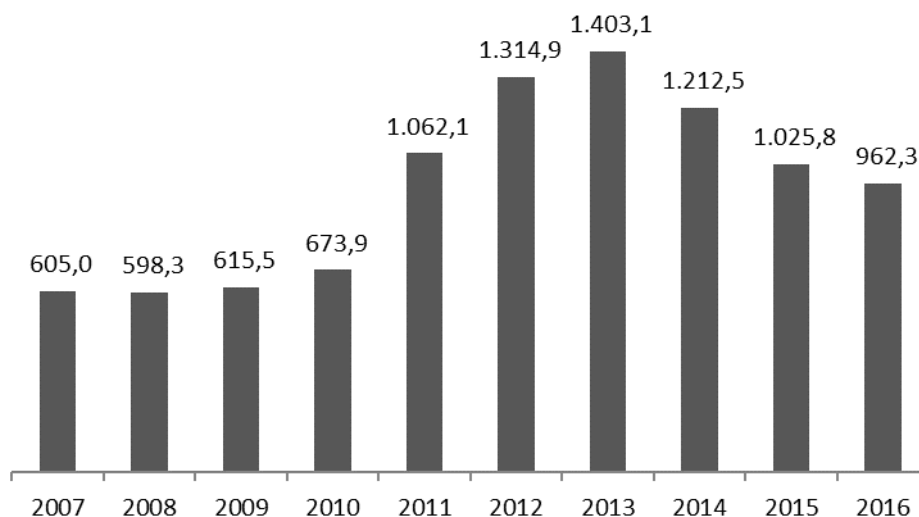
Apesar de diversificado, os móveis de madeira destinados ao uso doméstico representam a maior parte do mercado. Investimentos em capacitação tecnológica na produção de móveis retilíneos tornaram-se cada vez mais frequentes, refletindo-se na superioridade tecnológica desse setor em relação aos demais. A indústria de móveis concentra-se nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, podendo-se destacar como um dos polos nacionais de móveis retilíneos a cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. A distribuição geográfica e histórica do setor em relação à representatividade no setor é apresentada na tabela abaixo:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

UF	Polos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RS	Bento Gonçalves	18,2%	18,1%	18,1%	17,7%	16,6%	17,1%	16,7%
PR	Arapongas	9,0%	8,8%	8,9%	9,1%	8,8%	9,4%	9,3%
SP	São Paulo Interior	8,7%	8,5%	9,0%	8,8%	9,2%	9,5%	9,3%
SP	Grande São Paulo	7,0%	6,6%	6,3%	6,6%	6,5%	6,4%	6,5%
MG	Ubá	6,0%	5,8%	5,8%	5,9%	6,0%	6,1%	6,3%
PR	Curitiba	4,1%	3,9%	3,8%	3,8%	3,5%	3,3%	3,4%
ES	Linhares	2,4%	2,3%	2,3%	2,4%	2,2%	1,9%	1,9%
SC	São Bento do Sul	2,6%	2,3%	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%	2,6%
MG	Grande Belo Horizonte	1,4%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,5%
RS	Lagoa Vermelha	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%	0,8%
RJ	Grande Rio de Janeiro	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
	Outros	39,6%	41,2%	40,9%	40,8%	42,2%	41,2%	41,5%
	Total Brasil	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Brasil Móveis 2017 –IEMI/MOVERGS

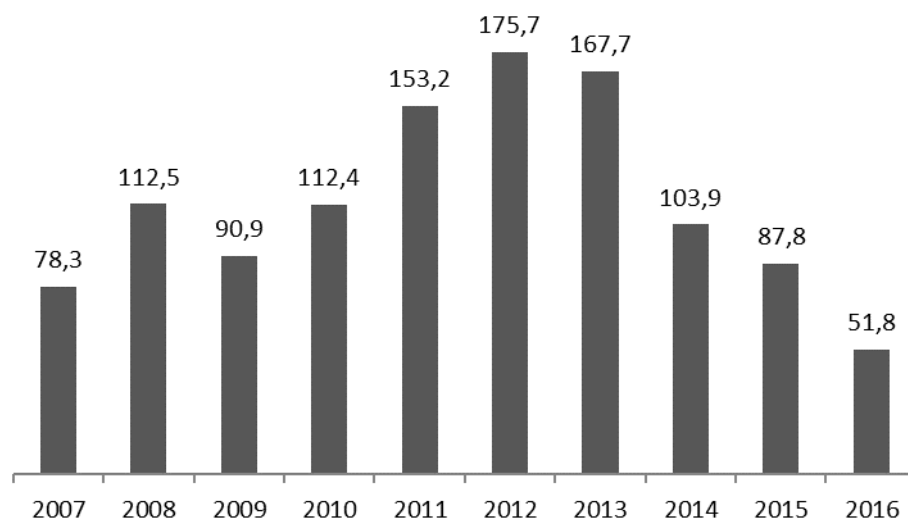
Como função da necessidade de matéria-prima e, conseqüentemente, dos investimentos em tecnologia para melhorar a competitividade, um percentual substancial de empresas dos polos das regiões Sul e Sudeste possui capacidade tecnológica acima da média do país. Bento Gonçalves caracteriza-se por ser um dos polos moveleiros de maior capacitação tecnológica e especialização em *design* do país. De acordo com dados do IEMI, os investimentos da indústria moveleira no Brasil em 2016 totalizaram aproximadamente R\$0,96 bilhão, retração de 6,2% em relação a 2015 (R\$1,03 bilhão). Abaixo se visualiza o montante investido no setor (em milhões de reais):



Fonte: Brasil Móveis 2017 –IEMI/MOVERGS

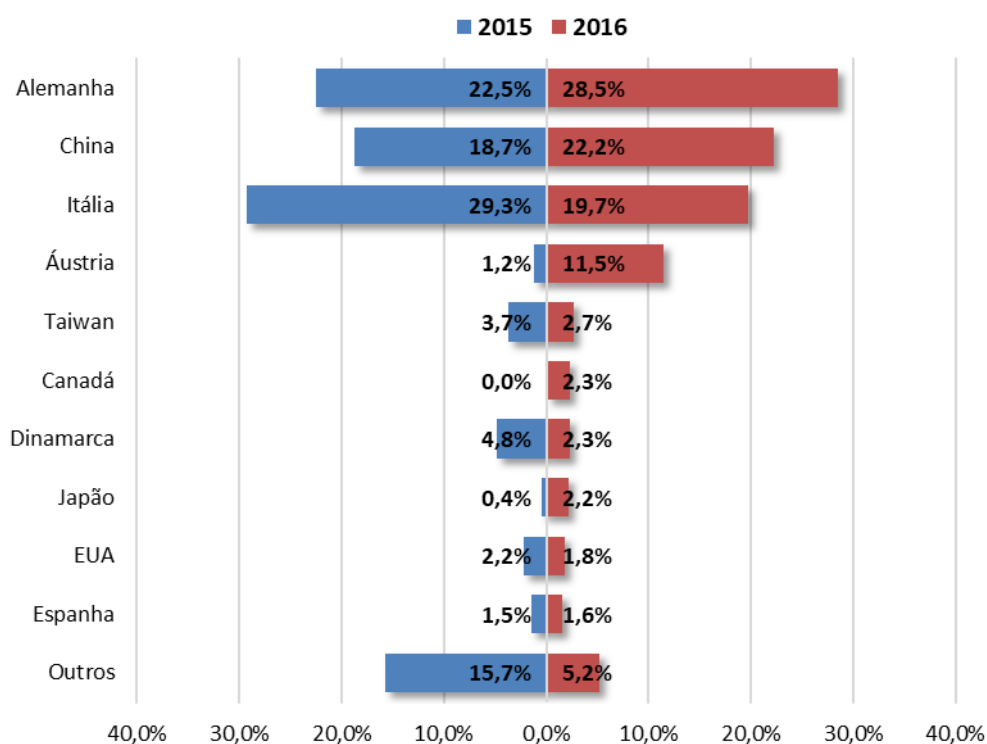
As máquinas utilizadas para fabricação de móveis planejados são, em sua maioria, importadas. Abaixo se pode visualizar a evolução da importação de máquinas (em milhões de dólares):

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Brasil Móveis 2017 –IEMI/MOVERGS

As máquinas são provenientes, principalmente, da Alemanha, China e Itália. Abaixo se pode observar a origem das importações de máquinas no ano de 2016 em comparação com 2015:



Fonte: Brasil Móveis 2017 –IEMI/MOVERGS

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

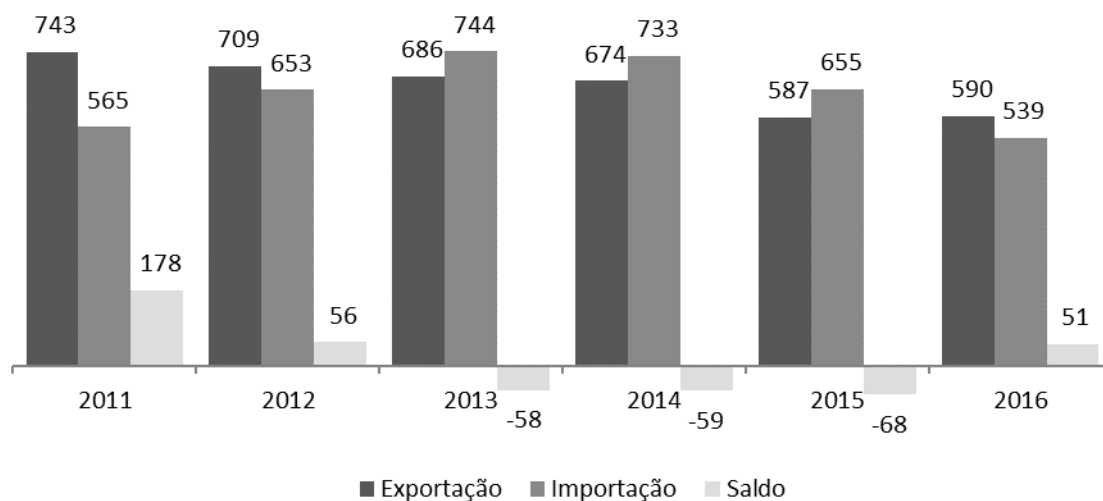
Importações no mercado de móveis

A importação de móveis tem crescido, porém, focada em móveis prontos. O setor de móveis planejados sofre pouca concorrência externa. A tabela abaixo demonstra os bens importados no setor:

Importação de móveis (em US\$ mil)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Móveis prontos	179.498	219.290	203.143	207.846	187.439	127.556
Assentos transformáveis em cama	60.462	66.359	53.793	62.160	53.288	31.833
Assentos estofados	23.022	28.965	29.755	28.590	28.329	16.608
Móveis de metal para escritório	5.421	6.407	3.305	2.307	2.544	1.334
Móveis de madeira para escritório	2.015	1.610	1.505	1.531	2.476	1.535
Móveis de madeira para cozinha	639	1.177	1.562	1.666	1.492	855
Móveis de madeira para dormitório	1.528	1.627	1.267	1.743	1.693	1.455
Móveis de plástico	23.613	21.934	27.126	24.161	27.318	34.769
Móveis de outras matérias	2.605	3.526	4.159	2.857	1.351	929
Outro móveis de metal	48.515	65.196	59.828	64.053	53.305	27.267
Outros móveis de madeira	11.678	22.489	20.843	18.778	15.643	10.971
Partes de móveis e assentos	382.077	430.006	536.671	520.046	465.106	408.399
Assentos para veículos	104.447	94.976	111.985	104.027	106.546	99.354
Partes para assentos de madeira	386	475	405	426	206	212
Partes para outros assentos	201.788	256.167	338.010	335.863	288.596	262.332
Partes de móveis de madeira	868	1.262	1.719	1.164	992	1.275
Partes de outros móveis	10.055	13.694	15.794	15.143	12.342	10.230
Outros assentos	64.533	63.432	68.758	63.423	56.424	34.996
Total de móveis e partes	561.575	649.296	739.814	727.892	652.545	535.955

Fonte: Brasil Móveis 2017 –IEMI/MOVERGS

A representatividade das importações para setor de móveis de madeira é baixa em relação ao setor de móveis, apesar do crescente volume de importação de bens no setor. Em 2016, a importação de móveis e peças de madeira atingiu US\$ 16,1 milhões (3,00%) das importações do setor. Abaixo é apresentado gráfico histórico da balança comercial do setor:



Fonte: Brasil Móveis 2017 –IEMI/MOVERGS

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Cabe ressaltar que a Pesquisa Brasil Móveis, produzida pelo IEMI/Movergs, contendo os dados relativos ao ano de 2017 do setor costuma ser publicado entre o terceiro e quarto trimestre do ano subsequente, portanto, na data de publicação deste Formulário não há informações disponíveis do setor em relação ao ano de 2017.

(i) participação em cada um dos mercados

A grande pulverização do mercado varejista de móveis e do mercado industrial de móveis não nos permite afirmar nosso percentual de participação no setor.

(ii) condições de competição nos mercados

O setor em que atuamos conta com grande número de participantes, tendo apresentado nos últimos anos um nível alto de competição em todas nossas divisões. Atualmente, a rede varejista de móveis no país é composta em sua maioria por lojas Exclusivas, Autorizadas, Multimarcas e Magazines. Nesse sentido, nossa concorrência é fragmentada, contemplando desde empresas regionais e locais que atendem como marcenarias até empresas de mobiliário solto e planejado de alcance nacional. Assim, existem diferentes nichos de concorrentes locais que operam em cada mercado que atuamos, providenciando soluções variadas para todas as classes sociais, aos setores de construção civil e hoteleiro, e ao mercado internacional. Embora existam pequenos concorrentes locais e regionais, acreditamos que somos um dos maiores produtores de móveis planejados no Brasil. Todavia, acreditamos que nos diferenciamos de nossos concorrentes, perante os consumidores, pela excelência de nossos produtos, nosso portfólio de marcas fortes e abrangentes, nossa ampla rede de distribuição no Brasil e no exterior, nosso eficiente modelo de treinamento de revendedores e nossa tecnologia de ponta com alta produtividade e capacidade de entrega, destacando-se nosso comprometimento, cumprimento de prazos e padrões elevados de qualidade. Nos diversos segmentos de consumo abrangidos por nossas marcas, podemos citar como nossos principais concorrentes:

(i) Dell Anno e Favorita: concorrem exclusivamente por meio de nossas revendas Exclusivas. Os principais concorrentes dessas marcas são marcas nacionais como Formaplas, Florense, Ornare, Kitchens, Todeschini, SCA e Evviva Bertolini.

(ii) New: concorre principalmente por meio de revendas Exclusivas. Os principais concorrentes dessa marca são marcas nacionais como Itálínea e Bentec.

(iii) Casa Brasileira: concorre principalmente no canal Multimarcas. Esta marca não visa atingir um único segmento de classe social, apresentando princípios de regionalidade marcada através de ampla pesquisa realizada em todos os estados do

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Brasil. Concorre com diversas marcas, localizadas em todo o território nacional em grande quantidade.

Adicionalmente, acreditamos que a criação da nossa divisão de negócios Unicasa Corporate foi um movimento pioneiro. Nesse sentido, as nossas concorrentes nessa divisão de negócios serão, principalmente, as marcas mencionadas anteriormente, quando as mesmas se estruturarem para atuar nesse segmento. Por fim, acreditamos que os concorrentes existentes nos mercados para os quais exportamos nossos produtos não apresentam ameaças significativas aos nossos resultados, devido ao valor relativamente pequeno da nossa receita decorrente deste mercado. Além disso, até a data deste Formulário de Referência não havíamos identificado concorrentes internacionais significativos que pretendam entrar no mercado brasileiro.

(d) sazonalidade eventual sazonalidade

As nossas operações não são influenciadas por fatores de sazonalidade. Não obstante, o mercado moveleiro é suscetível aos movimentos de mercado que reaquecem a economia a partir do segundo semestre do ano, decorrentes da programação em torno do 13º salário e festas de final de ano.

(e) principais insumos e matérias primas

A tabela abaixo demonstra a estimativa de participação, 31 de dezembro de 2017, dos principais insumos e matérias-primas utilizados em nosso processo de produção em relação ao custo total (CPV) dos módulos fabricados:

Material	% Participação
Chapas MDF	21,9%
Chapas MDP	32,6%
Acessórios diversos*	30,6%
Portas em alumínio	6,5%
Puxadores metálicos	2,0%
Bordas	6,4%
TOTAL	100%

* Acessórios integrantes dos módulos (tintas, tambor mini fix, puxadores, corredeiras, dobradiças, aramados, ferragens, cavilha, parafusos, dentre outros).

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Como regra geral, mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos fornecedores. Não celebramos acordos que criam obrigações de compra para nós ou conferem exclusividade, a fim de manter nossa liberdade de contratar o fornecedor mais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

adequado, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos.

O desenvolvimento inicial do relacionamento com fornecedores e o processo de seleção são feitos por meio da análise dos materiais e insumos que os mesmos produzem, da verificação da capacidade de atender às nossas necessidades e da sua idoneidade. Todos os insumos são submetidos a testes no laboratório do nosso Departamento de Engenharia, para simulações práticas de protótipos e processos de produção. Após a aprovação dos insumos pelo referido departamento, o fornecedor será credenciado e cadastrado para atender às nossas demandas. Nossas relações com fornecedores não estão sujeitas a nenhum tipo de controle ou regulamentação governamental específica.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores.

Conforme visto acima, nossos principais insumos são as chapas de MDP e MDF. Embora existam vários fornecedores que disponibilizam referidos insumos, atualmente adquirimos os mesmos de três grandes fornecedores, dos quais somos clientes há mais de dez anos.

(iii) eventual volatilidade de seus preços.

O custo dos insumos representa parcela significativa do nosso custo de produção e pode variar em decorrência da inflação e do desequilíbrio entre oferta e demanda. Adicionalmente, não celebramos contratos de fornecimento de matéria-prima e insumos, sendo que os preços são definidos a cada negociação periódica, não havendo, portanto, bases pré-estabelecidas de reajustes de preços. Considerando que compramos em grandes volumes e com programação antecipada, temos condições de obter, junto aos nossos fornecedores, preços altamente competitivos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**(a) montante total de receitas provenientes dos clientes**

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum dos nossos clientes, individualmente, é responsável por mais de 10% da nossa receita líquida de vendas.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida de vendas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

A instalação, a ampliação da planta e a operação das nossas unidades de produção estão sujeitas à obtenção de licenças ambientais. O licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1981, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. O licenciamento é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação do projeto e estabelece as condições para o seu desenvolvimento mediante a concessão de licenças específicas:

(i) Licença Prévia – exigem-se requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do projeto, observadas as normas de uso e ocupação do solo. É solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto;

(ii) Licença de Instalação – compreende a análise do projeto, de obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais. Deve ser solicitada na fase de implantação do projeto;

(iii) Licença de Operação – tem por objetivo autorizar o início das atividades e funcionamento dos sistemas de controle ambiental apresentados durante o processo de licenciamento. Deve ser solicitada na fase de início da operação do empreendimento.

A ausência de licenças ambientais pode acarretar aplicação de sanções administrativas e criminais. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa no valor de R\$500,00 a R\$10.000.000,00. No âmbito criminal, pode ocorrer a responsabilização da pessoa jurídica, independentemente da responsabilização das pessoas físicas que concorreram para a prática do crime ambiental.

Sob as atividades potencialmente poluidoras enseja, ainda, o registro junto ao Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA, a prestação de informações anuais do RAPP – Relatório das Atividades Potencialmente Poluidoras e o recolhimento da Taxa Trimestral de Fiscalização Ambiental – TCFA.

Além disso também é obrigatório o Cadastro Florestal Estadual das atividades de produção, consumo e ou comércio de matéria-prima, produtos e subprodutos florestais de espécies nativas e exóticas (chapas de MDF e MDP no caso da empresa) na categoria consumidor e comerciante. Os empreendimentos em situação regular no Cadastro

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Florestal Estadual receberão a respectiva Certidão de Registro no Cadastro Florestal – RS.

Apenas nossa Unidade de Bento Gonçalves, localizada na Rodovia BR-470, Km 212, Nº930, bairro de São Vendelino, Bento Gonçalves - RS exerce atividade potencialmente poluidora e está sujeita ao licenciamento ambiental e demais legislações/cadastros acima. A unidade possui todas as licenças necessárias válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. Adicionalmente, estamos em dia com as obrigações decorrentes do cadastramento com o IBAMA e possuímos a Certidão de Registro no Cadastro Florestal – RS. Adicionalmente, nossa unidade de produção está sujeita à regulamentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (“CREA-RS”), conforme registro nº 182372 de 07/10/2011 e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”). A responsabilidade técnica junto ao CREA é do Engenheiro Mecânico Luciano André Merigo, CREA - RS 095076.

Ainda, operamos segundo as normas e regulamentos do “INMETRO”. Não possuímos cadastro e certificados do órgão, tendo em vista que os produtos fabricados por nós não exigem certificações específicas por se tratar de módulos para móveis, que estão liberados, e são de domínio comum entre os produtores de móveis.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A legislação ambiental estabelece padrões que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, tais como o gerenciamento dos efluentes industriais, o manejo e a destinação final de resíduos sólidos, bem como o controle das emissões atmosféricas e de ruído. A violação aos padrões legais de qualidade ambiental e a degradação ambiental podem sujeitar o poluidor a sanções de natureza administrativa, cível e criminal.

Devido ao fato de a responsabilização ambiental ser objetiva e solidária entre poluidores diretos e indiretos, as sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas a nós, mesmo nos casos em que o dano não tenha sido diretamente causado pela empresa. Estamos cientes das nossas responsabilidades e, em razão disso, somos diligentes em nossas atividades para a preservação do meio ambiente e observamos a legislação brasileira sobre o tema. Adotamos práticas de controle preventivo e, constantemente, investimos em ações visando a minimizar os impactos gerados, seja por meio do tratamento de efluentes, seja por meio da destinação adequada dos resíduos sólidos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Destinação dos resíduos gerados

Conforme determinação da legislação ambiental, segregamos, identificamos e destinamos nossos resíduos de acordo com a classificação dada pela norma NBR 10004 da ABNT e compatível com a melhor tecnologia de disposição ou tratamento. Os dados de geração e destinação são informados trimestralmente ao órgão ambiental do estado do RS – FEPAM Fundação Estadual de Proteção Ambiental - através da “Planilha Trimestral de Resíduos Sólidos Industriais Gerados”, ainda, todos os receptores dos resíduos sólidos gerados por nós estão devidamente licenciados pelos órgãos ambientais.

Tratamento de efluentes líquidos industriais

De acordo com a Norma Brasileira — NBR 9800/1987, efluente líquido industrial é o despejo líquido proveniente do estabelecimento industrial, compreendendo emanções de processo industrial, águas de refrigeração poluídas, águas pluviais poluídas e esgoto doméstico. Atualmente a Unicasa gera apenas efluente com características similares ao esgoto doméstico (proveniente de vestiários, sanitários e refeitório).

O efluente gerado passa por tratamento e biológico do tipo lodo ativado na Estação de Tratamento de Efluentes construída em 2009. Acompanhando as tecnologias disponíveis a ETE tem recebido nos últimos anos melhorias significativas na sua estrutura visando sempre o atendimento dos padrões de emissão fixados pela Legislação e melhoria no ambiente de trabalho. Após o tratamento, o efluente passa por um processo de filtragem e desinfecção para que possa ser reaproveitado nas descargas dos sanitários e como reserva de incêndio.

Adotamos o princípio dos 5R's

- (i) Redução: diminuição da geração de resíduos na fonte, nesse caso no processo produtivo;
- (ii) Reutilização: consumo de itens que possam ser usados novamente, como caixas de acondicionamento de peças e produtos com refil;
- (iii) Reciclagem: processo que se inicia com a segregação dos resíduos para posterior envio para empresas que através de técnicas de limpeza e fragmentação e transformação recuperam a matéria prima e a inserem em um novo processo produtivo;
- (iv) Repensar: análise periódica do processo produtivo a fim de verificar medidas que possibilitem um melhor aproveitamento das matérias primas e insumos evitando os desperdícios. Investimentos em tecnologia buscando processos mais eficientes e com menor impacto ambiental;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (v) Recusar: não utilizar matérias primas e insumos que representem riscos ambientais desnecessários.

Emissões Atmosféricas e ruídos

Sistema de Controle de Poluição Atmosférica

No passado, os sistemas de exaustão instalados nas indústrias madeireiras tinham como objetivo principal a proteção da saúde do trabalhador, uma vez que captavam o pó gerado no processamento da madeira antes que se dispersasse no interior das fábricas. Pouca atenção era direcionada as emissões externas para a atmosfera. Atualmente os sistemas de exaustão não são necessários apenas para a proteção da saúde dos funcionários, mas também para o controle da poluição externa do ar e a garantia da produção, evitando que esta seja prejudicada.

Funcionamento

A captação e aspiração são realizadas por 16 filtros de mangas, sendo disposto da seguinte forma: EXA01-F01 ao EXA12-F01, atendendo assim a fábrica 1 e EXA 01-02 ao EXA06-F02, atendendo a fábrica 2, cada qual dimensionado para a carga necessária requerida pelo centro de trabalho. O equipamento capta as partículas através de uma tubulação de captação que interliga o sistema e a máquina de usinagem. Depois de captado, o pó passa pelo filtro de mangas onde as mangas filtrantes farão a separação do ar e do pó. O ar é expedido ao meio ambiente e o pó ficará retido no sistema. Uma vez retido, o pó é direcionado para o sistema transporte que tem por objetivo recolher este material/unidade e transportar até a seção/setor de armazenamento.

Contamos atualmente com 3 unidades transportadoras, sendo que duas delas atendem a fábrica 1, denominados TP01-F01 e TP02-F01 e de forma sequencial o TP01-F02, que atende a fábrica 2 e coletam este pó e depositam em 6 contêineres cada qual com capacidade de armazenar até 15 toneladas de material.

Filtros de mangas (características)

O ar com material particulado (em partículas) ao entrar na manga do filtro, sofre uma queda brusca de velocidade, com esta desaceleração, estas partículas de maiores dimensões depositam-se na manga. O ar com particulado (partículas) menor vai em direção as mangas onde é retido, livre de material em partículas, o ar filtrado flui para a atmosfera. O sistema de limpeza das mangas é efetuado por meio de pulsos de ar comprimido, que são gerenciados pela placa de tiros, condutora do pó que está dentro do filtro até o container. Este sistema possibilita o funcionamento contínuo e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

automático do filtro. Um temporizador regula o intervalo de tempo entre a limpeza de uma fileira de mangas e outra. A limpeza se processa por meio de pulso de ar comprimido que inverte momentaneamente o sentido de fluxo dos gases. Semestralmente são realizadas manutenções, ocorrendo à limpeza dos filtros e das gaiolas conforme consta na periodicidade programada pelo software de gerenciamento de manutenção da empresa.

Este tipo de equipamento possui altíssima eficiência na coleta de pó fino e continua sendo amplamente usado em indústrias do ramo.

Sistema de transporte e armazenagem

Uma vez aspiradas e separadas as partículas de pó, as mesmas são recolhidas por um sistema de transporte pneumático, o qual transporta até o destino de armazenamento que são acondicionadas em containers. Os gastos em 2012 com melhorias e novos equipamentos no sistema de controle de poluição atmosférica totalizaram R\$433.587,00. Atenta à sua responsabilidade social e ambiental a Unicasa já ampliou o seu sistema de retenção e armazenagem de material particulado (pó de serragem) proveniente do seu sistema de produção, modernizando os seus equipamentos de exaustão e controle de partículas. Não adotamos padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Somos titulares de diversos registros e pedidos de registro de marcas perante o INPI, dentre os quais se destacam: Dell Anno, Favorita, New e Casa Brasileira. Acreditamos que tais marcas, além de relevantes para a condução das nossas atividades, têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da nossa posição competitiva. Caso não possamos mais utilizar essas marcas, ou caso tais marcas percam distintividade, poderemos enfrentar problemas para diferenciar nossos produtos no mercado. Não dependemos de patentes, concessões, franquias ou contratos de *royalties*.

Domínios e Softwares

Atualmente, somos, também, titulares de diversos nomes de domínio registrados perante o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (“NIC.br”). Dentre os principais nomes de domínio, destacam-se:

- (i) www.dellanno.com.br;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (ii) www.favoritaplanejados.com.br;
- (iii) www.newmoveis.com.br;
- (iv) www.unicasamoveis.com.br; e
- (v) www.casabrasileiraplanejados.com.br.

No tocante aos programas de computador por nós utilizados, é possível destacar:

- (i) Sistemas Operacionais Windows em todas as suas versões, bem como o pacote Windows Office;
- (ii) Focco Sistemas (ERP): ERP Corporativo da Companhia;
- (iii) JM Software – Sistemas de Processos Industriais e Sistemas Departamentais;
- (iv) Metadados – Software de Recursos Humanos;
- (v) Procad – Sistema de Projeto de Móveis Planejados (Promob);
- (vi) CP-PRO - Software Jurídico – Nova Prolink Tecnologia Ltda.
- (vii) WMS - Apontamento de Produção e Expedição;
- (viii) SolidWorks CAD 3D – Software de modelagem para a engenharia;
- (ix) IBM BPM - Modelagem e Controle de Processos; e
- (x) Focco Lojas - Sistema de Vendas - Revendas Exclusivas.

Para mais informações, vide itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita bruta de vendas no mercado interno totalizou R\$210,68 milhões, representando 97,2% do montante total da receita bruta no exercício.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Nossa receita bruta oriunda do mercado externo é pouco significativa, tendo representado, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2,8% do total da nossa receita bruta. Além disso, exportamos nossos produtos para diversos países, sendo que nenhum desses países, individualmente, tem representatividade relevante em nossa receita bruta de vendas.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita bruta de vendas no mercado externo totalizou R\$6,06 milhões, representando 2,8% do montante total da receita no exercício.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não obtivemos, nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, receitas relevantes de países estrangeiros.

7.8 - Políticas socioambientais

Informamos que a Companhia ainda não possui um relatório de sustentabilidade ou algo similar. Estamos analisando todo o contexto que envolve a sustentabilidade e a sua geração de valor. A Direção da Unicasa esta comprometida com o desenvolvimento sustentável e busca desenvolver e estruturar um relatório de sustentabilidade, demonstrando os valores da sustentabilidade corporativa a seus investidores e ao mercado em geral, que será publicado no futuro próximo.

7.9 - Outras informações relevantes

Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Liderança no mercado mobiliário do país, com portfólio de marcas complementares, reconhecidas e desejadas, com penetração em todas as classes sociais

Nossas marcas Dell Anno, Favorita, New e Casa Brasileira, possuem grande reconhecimento no mercado nacional e alcançam, de forma complementar, todos os segmentos de consumo, atendendo todas as classes sociais. Com perfis distintos, nossas marcas recebem altos investimentos em campanhas de marketing, inclusive campanhas associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Além disso, expomos nossas marcas e produtos em mostras ligadas ao segmento de mobiliário, decoração, arte e arquitetura do país, como Design Weekend, Casa Cor e Casa Vogue Experience. Ainda, expusemos no Salão Internacional do Móvel de Milão de 2012, realizado na Itália. Acreditamos que as nossas marcas são a base para nosso crescimento e para a alta rentabilidade do nosso negócio.

Ampla rede de revendedores com distribuição no Brasil e no exterior

Desenvolvemos ao longo dos anos uma sólida rede de revendedores Exclusivos, estrategicamente localizados e padronizados, adequados à proposta de cada uma de nossas marcas. Presente em todos os Estados do território nacional, nossa rede de distribuição contava, em 31 de dezembro de 2017, com 278 revendas Exclusivas e 597 Pontos de Venda Multimarcas no Brasil. No exterior contamos com 15 revendas Exclusivas e 41 Pontos de Venda Multimarcas no Exterior, localizados nos seguintes países: Colômbia, Costa Rica, Emirados Árabes, Equador, Estados Unidos da América, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A capilaridade de nossa rede de revendedores atinge os mais diversos públicos e mercados, o que nos permite adquirir conhecimento de cada mercado e suas particularidades, além de potencializar a força e alcance de nossas marcas.

Desenvolvimento de produtos com design inovador em parque fabril de alta tecnologia e eficiência

Nossa equipe de P&D (Pesquisa e desenvolvimento) acompanha constantemente as tendências do mercado, avaliando referências estéticas, funcionais, de moda e comportamentais, com o objetivo de lançar periodicamente novas coleções com design inovador. A alta tecnologia empregada em nosso parque fabril favorece a agilidade no lançamento de novos produtos e proporciona excelência de acabamento em grande

7.9 - Outras informações relevantes

escala. Ainda, nossos modernos equipamentos fabris permitem que trabalhemos com uma linha de produtos com diferentes opções de padrões de acabamento, sem perder ganhos de escala. Isto nos confere um diferencial competitivo, uma vez que nos possibilita desenvolver linhas de produtos mais abrangentes, em termos de padrões de acabamento, com menores custos.

Agilidade para se antecipar às oportunidades de crescimento do setor

Acreditamos que estamos bem posicionados para capturar as oportunidades existentes no mercado, uma vez que, em sintonia com os movimentos recentes da economia, adequamos nossa estrutura para reagir com velocidade às oportunidades iminentes. Por exemplo, em 2009, com o início da rápida expansão do consumo da classe média, lançamos a marca New, com foco nesses consumidores. Da mesma forma, em 2010, com a rápida expansão do mercado imobiliário, residencial, comercial, hoteleiro e da construção civil, além do anúncio da realização Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil, criamos uma divisão corporativa preparada para atender de forma personalizada as parcerias neste segmento, a Unicasa Corporate. Em 2013, lançamos a marca Casa Brasileira, focada em ambientes adequados à realidade das residências cada vez menores e buscando uma identidade cultura com cada região do Brasil.

Forte geração de caixa

A Companhia, possui pouco capital investido, níveis reduzidos de estoque de produtos acabados (produzimos sob encomenda), prazos de vendas curtos e baixo investimento em ativo imobilizado, o que nos permite forte geração de caixa. Ainda, nosso parque fabril nos permite um aumento da capacidade produtiva da ordem de 40% sem a necessidade de investimentos adicionais relevantes, o que resulta em baixa necessidade de capital no curto e médio prazo e não compromete o nosso plano de negócios para os próximos três anos.

Política de recursos humanos focada em resultados e no cliente

Nosso negócio exige um modelo de venda assistida, que se inicia com a elaboração do projeto no momento da venda, seguida da montagem e pós venda. Temos consciência da importância de revendedores motivados e comprometidos com o conceito de cada uma de nossas marcas e com o bom atendimento ao consumidor e aos profissionais especificadores (arquitetos, decoradores e designers). Diante disso, implantamos, em 2007, nossa Universidade Corporativa, iniciativa pioneira responsável por capacitar nossos empregados e nossos revendedores e suas equipes, garantido suporte e disseminação de melhores práticas em todas as etapas do processo comercial. Essa iniciativa nos proporciona ganhos de performance, decorrentes dos melhores

7.9 - Outras informações relevantes

resultados obtidos pelos nossos empregados e nossos revendedores, bem como nos garante a preservação da imagem e a valorização de nossas marcas.

Administração com profunda experiência no setor e gestão profissionalizada

Alguns de nossos sócios fundadores, os quais fazem parte de nosso Conselho de Administração e/ou de nossa Diretoria, possuem mais de 20 anos de experiência no setor moveleiro. Além disso, nosso time de gestores é focado em resultados, em melhorias constantes nas práticas de administração e no retorno para os nossos acionistas.

Estratégias

Nossos planos de expansão e crescimento contemplam as principais estratégias abaixo. Entendemos que a nossa geração de caixa é suficiente para fazer frente aos nossos planos de expansão e crescimento. O nosso planejamento para a consecução de tais planos sempre envolveu a hipótese de utilização do caixa gerado por nossas próprias atividades para fomentar nossa expansão orgânica.

Capturar as oportunidades de crescimento

Pretendemos intensificar nossos esforços para capturar as oportunidades de crescimento, investindo na qualificação de nossos revendedores, a fim de consolidar o posicionamento das nossas marcas, incentivando-os a implementar melhorias, a investir no treinamento de equipes e na gestão do negócio.

Capturar maiores ganhos de escala e eficiência operacional mediante o aumento das nossas vendas

Nosso crescimento e consolidação no setor de móveis planejados passam pelo aumento da eficiência de nossas operações. Por meio do crescimento de vendas e do investimento constante em tecnologia, em máquinas e equipamentos, nos propiciando melhor diluição de custos fixos, maior poder de negociação com fornecedores, melhoria da produtividade e otimização da nossa capacidade fabril.

Rentabilizar a base de lojistas e as vendas

No ano de 2013, continuamos o processo de reposicionamento da nossa rede de revendedores, buscando o encerrando de operações pequenas, com baixo faturamento e com pouco impacto no resultado. Esse movimento encerrado em 2014 buscou

7.9 - Outras informações relevantes

homogeneizar nossa rede de revendedores para focarmos nas operações mais rentáveis, potencializando seu retorno ao empreendedor e à Companhia.

Ampliação constante da oferta de produtos inovadores

Acreditamos que a inovação contínua é um elemento importante para a imagem das nossas marcas, nossa competitividade e nosso crescimento. Adicionalmente, somos reconhecidos por nosso foco em pesquisa e desenvolvimento e continuaremos a gerir nosso mix de produtos de forma a antecipar tendências e surpreender o consumidor.

Incrementar nossas vendas no segmento corporativo

Com nossa capilaridade aliada à estrutura logística, capacidade e flexibilidade de produção, acreditamos estar posicionados de forma privilegiada para aproveitar oportunidades que esperamos serem significativas, em decorrência de expansão do segmento corporativo. Pretendemos continuar expandindo nossas parcerias com incorporadoras e empresas do ramo hoteleiro e da construção civil, o que acreditamos que permitirá a alavancagem de nossas vendas neste segmento.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há outros bens do ativo não circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia que não estejam indicados nos itens 9.1(a) a 9.1(c) abaixo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Área de terras – Sede da empresa	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Terreno	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Terreno	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Prédio industrial de alvenaria	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Loja Própria - República do Líbano (Rua)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Central de Serviços (Rua)	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 826037895	11/03/2028	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca de titularidade da Companhia que estão sob análise do INPI, ou dos órgãos internacionais competentes, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio escritório de marca correspondente) não tentem prejudicar os registros da Companhia por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Da mesma forma, no âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que tais registros violam seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.
Licenças	Registo de Marca Nominativa "Telasul", processo nº. 811811280, sob titularidade de Talesul S.A.	29/04/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	casabrasileiramoveis.com.br	12/09/2018	A perda dos direitos relativos aos domínios está relacionada à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Podemos não obter o registro de novos nomes de domínios relacionados aos novos produtos a serem lançados no mercado, na hipótese destes nomes de domínio já estarem registrados no NIC.br, pois é vedada a solicitação de registro do domínio já registrado por terceiros, salvo se for detentora de pedidos de registro de marcas ou de marcas registradas correspondentes a esses domínios.
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO HOME STYLING", processo nº. 830419942	14/08/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO HOME STYLING", processo nº. 830419950	14/08/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FAVORITA", processo nº. 829874658	10 anos a partir da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "OK", processo nº. 829835865	10 anos a partir da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "UNICASA", processo nº. 830419900	14/08/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "NEW", processo nº. 829835873	10/02/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW", processo nº. 829835881	10 anos a partir da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "OK", processo nº. 829835857	10 anos a partir da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "UNICASA", processo nº. 830419969	14/08/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "FAVORITA", processo nº. 830421491	14/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "FAVORITA", processo nº. 830421505	14/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANO UNITOKEN", processo nº. 831108401	04/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "FAVORITA UNITOKEN", processo nº 831108363	04/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200960	04/04/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200979	04/04/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200987	08/03/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "NEW UNITOKEN" processo nº 831108398	14/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "UNI CORPORATE" processo nº 831109173	04/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "UNI CORPORATE" processo nº 831109181	04/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "UNICASA CORPORATE" processo nº 831110635	04/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "UNICASA CORPORATE" processo nº 831110643	04/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200995	08/03/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "FAVORITA", processo nº. 830160876	09/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "TUDO DELL ANNO", processo nº. 900009004	21/07/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660662	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660654	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660689	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660700	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660719	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660727	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660743	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "CASA BRASILEIRA" processo nº 840306881	13/10/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "CASA BRASILEIRA" processo nº 905443420	13/10/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 103633 - Emirados Árabes Unidos	30/06/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 103634 - Emirados Árabes Unidos	30/06/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 229988 - Paraguai	13/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 324229 - Uruguai	17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 2569789 - Argentina	20/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	casabrasileiraplanejado s.com.br	12/09/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	delanno.com.br	06/09/2019	São as mesmas consequências descritas acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	dellanno.com.br	09/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	dellannoatelier.com.br	23/05/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	dellannolarcenter.com.br	15/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	favoritaplanejados.com.br	23/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	dellano.com.br	06/09/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	favoritamodulados.com.br	19/03/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	favoritamoveisplanejados.com.br	18/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	franquiacasabrasileira.com.br	29/10/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	moveisnew.com.br	21/07/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	newmoveis.com.br	21/07/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	newmoveismodulados.com.br	21/07/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	newmoveisplanejados.com.br	21/07/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	telasulmadeira.com.br	28/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	telasulmodulados.com.br	07/02/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	traineeunicasa.com.br	28/01/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	unicamoveis.com.br	19/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	unicasacorporate.com.br	02/07/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	unicasamoveis.com.br	17/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	unitoken.com.br	19/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660735	09/06/2019	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca de titularidade da Companhia que estão sob análise do INPI, ou dos órgãos internacionais competentes, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio escritório de marca correspondente) não tentem prejudicar os registros da Companhia por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Da mesma forma, no âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que tais registros violam seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 200072064	05/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 812601548	05/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828669600	09/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	17.277.726/0001-79	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa controlada com o objeto de comércio , importação e a exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial, dentre outras e prestação se serviços.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	-55,890000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	-1.920.417,23		
31/12/2016	-369,610000	0,000000	0,00					
31/12/2015	158,360000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa controlada que vai atender ao projeto Lojas Próprias								

9.2 - Outras informações relevantes

Operamos no mercado, principalmente, por meio das marcas Dell Anno, Favorita, New e Casa Brasileira. Como forma de proteção aos direitos de propriedade intelectual, fazemos o controle de vigência de nossas marcas e dos pedidos de registros de marcas de terceiros. Monitoramos, também, o uso não autorizado de nomes comerciais e nomes de domínio que possam prejudicar as nossas atividades e causar dúvida ao consumidor e tomamos as providências cabíveis perante o INPI ou NIC.br, conforme o caso. Adicionalmente, tomamos as providências cabíveis nos casos de uso indevido de nome, marca ou mesmo de captação ilícita de clientela. Ainda, mantemos em dia o pagamento das taxas de registro das marcas devidas ao INPI, e dos registros de nomes de domínio devidas ao NIC.br, de forma a evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Adicionalmente, o Sr. Frank Zietolie nos cedeu e transferiu a titularidade da Patente de Invenção PI-0605075-1 (“Aperfeiçoamento em Dispositivo de Fixação de Prateleiras em Balanço”), sendo que, em 07 de agosto de 2012 houve a publicação do deferimento da transferência requerida, publicado na RPI nº 2170.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, vendemos 787,3 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$157,94 milhões, um EBITDA negativo de R\$4,11 milhões e um resultado negativo de R\$6,36 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, vendemos 1,01 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$185,06 milhões. O EBITDA foi negativo em R\$19,83 milhões e o resultado foi negativo em R\$24,26 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, vendemos 1,11 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$222,65 milhões, um EBITDA de R\$18,70 milhões e um lucro líquido de R\$13,11 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com:

(i) 278 revendas Exclusivas;

(ii) 597 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) e

(iii) no exterior contamos com 15 revendas Exclusivas e 41 lojas Multimarcas.

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócio da Companhia e cumprir as obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o parque fabril apresenta condições suficientes para atender à atual demanda, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, nosso ativo circulante foi de R\$84,51 milhões (R\$89,07 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$109,57 milhões em 31 de dezembro de 2015) e superava em R\$46,06 milhões o nosso passivo circulante de R\$38,45 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,20 (1,94 em 31 de dezembro de 2016

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e 1,75 em 31 de dezembro de 2015), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,20 de ativo circulante. Não possuímos dívidas bancárias em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, assim nosso caixa líquido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$29,47 milhões (R\$32,61 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2017	2016	2015
Liquidez geral	2,54	2,27	2,26
Liquidez corrente	2,20	1,94	1,75
Liquidez seca	1,68	1,48	1,33

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2017	2016	2015
Retorno s/ patrimônio líquido	-3,8%	-13,9%	6,6%
Margem líquida	-4,0%	-13,1%	5,9%
Margem Bruta	42,4%	43,1%	46,4%
Margem EBIT	-9,2%	-16,6%	3,6%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2017	2016	2015
Patrimônio líquido	167.872	174.229	198.493
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	29.473	27.832	33.204
Aplicações Financeiras	-	4.779	4.446

(b) estrutura de capital

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Realizamos nossos investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balanco patrimonial	2017	2016	2015
Ativo circulante	84.506	89.072	109.565
Ativo não circulante	131.857	144.648	158.251
Passivo circulante	38.445	45.958	62.680
Passivo não circulante	10.046	13.533	6.643
Patrimônio líquido	167.872	174.229	198.493

Analizando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com nossos investimentos e despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Detemos capacidade de financiar nossas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, poderemos recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de nossa administração para gerarem valor aos nossos acionistas.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não temos deficiências de liquidez, não tivemos no passado e não há indícios de que esta situação possa ocorrer. O nosso capital de giro e nossos investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não possuímos endividamento bancário e contratos de financiamento em aberto. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto, nem possuiu em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos nas datas acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2017/2016
Receita bruta de vendas	216.741	137,2%	255.978	138,3%	(39.237)	-15,3%
Mercado interno	210.683	133,4%	250.691	135,5%	(40.008)	-16,0%
Mercado externo	6.058	3,8%	5.287	2,9%	771	14,6%
Deduções de vendas	(58.800)	-37,2%	(70.922)	-38,3%	12.122	-17,1%
Receita líquida de vendas	157.941	100,0%	185.056	100,0%	(27.115)	-14,7%
Custo dos produtos vendidos	(90.931)	-57,6%	(105.246)	-56,9%	14.315	-13,6%
Lucro bruto	67.010	42,4%	79.810	43,1%	(12.800)	-16,0%
Despesas com vendas	(58.371)	-37,0%	(79.414)	-42,9%	21.043	-26,5%
Despesas gerais e administrativas	(24.910)	-15,8%	(32.801)	-17,7%	7.891	-24,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.675	1,1%	1.637	0,9%	38	2,3%
Lucro (prejuízo) operacional	(14.596)	-9,2%	(30.768)	-16,6%	16.172	-52,6%
Despesas financeiras	(2.614)	-1,7%	(3.975)	-2,1%	1.361	-34,2%
Receitas financeiras	7.218	4,6%	11.796	6,4%	(4.578)	-38,8%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.992)	-6,3%	(22.947)	-12,4%	12.955	-56,5%
Imposto de renda e contribuição social	3.635	2,3%	(1.317)	-0,7%	4.952	-376,0%
Diferidos	3.635	2,3%	(1.317)	-0,7%	4.952	-376,0%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.357)	-4,0%	(24.264)	-13,1%	17.907	-73,8%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

1. Mensagem da Administração

Caros acionistas,

Durante o ano de 2017 novamente buscamos readequar a companhia ao cenário mais restrito, o ambiente econômico persiste desafiador. Além da readequação da estrutura da Companhia, seguimos encerrando operações que não obtiveram resultados sustentáveis ou que não se adequaram ao posicionamento estabelecido para nossas marcas.

Apesar das dificuldades que o cenário econômico nos apresentou, a Companhia continua investindo em produtos e inovação tecnológica. Durante o ano, realizamos mais um importante investimento que nos permite entregar um produto inédito ao mercado no início de 2018. Durante o ano, sedimentamos diversas alterações nos produtos para permitir maior diferenciação de nossas entregas, grande parte será lançado ao mercado durante o ano de 2018. Nesse sentido, o ano de 2018 reúne o maior número de mudanças em nosso portfólio realizadas em um único ano, um aumento de 35% em relação aos lançamentos realizados em 2017, um ano no qual já tivemos um volume alto de lançamentos.

Em 2017, nos aproximamos ainda mais de nosso consumidor final aplicando a metodologia do Net Promoter Score aos clientes da marca Dell Anno. Estamos contatando diretamente nosso consumidor final para ouvi-lo em relação à sua experiência de aquisição de móveis. Confirmando a importância desse projeto, em 2018, ampliaremos seu escopo e nos aproximaremos dos consumidores da marca Favorita.

Fomos reconhecidos com o prêmio Top de Marketing da ADVB na categoria “Moda e Arquitetura” pelo sucesso na conexão entre o mundo da moda, arquitetura e móveis com o conceito de “vestir a casa”. O prêmio é fruto do intenso investimento realizado pela Companhia no reposicionamento da marca Dell Anno.

Após completarmos mais um exercício de muito trabalho e convictos de que colheremos os frutos dessas ações no futuro, agradecemos a todos que fizeram parte dessa jornada. Nosso muito obrigado aos nossos clientes, lojistas, fornecedores e funcionários que confiaram na Companhia para vencer mais este ano e que constroem dia-a-dia as bases para que possamos continuar em busca dos nossos objetivos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$216,74 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 15,3% ou R\$39,24 milhões, comparados aos R\$255,98 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 16,0% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,2% e do mercado externo 2,8% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e 97,9% e 2,1%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$210,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 16,0%, ou R\$40,00 milhões, comparados aos R\$250,69 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

No ano de 2017 vendemos para o mercado interno um volume de 760,96 mil módulos que representou uma queda de 22,01% ou 214,73 mil módulos em relação ao volume vendido em 2016 que foi de 975,69 mil módulos.

Durante 2017, encerramos 132 operações, redução de 32% na rede de distribuição. Conforme comentado na mensagem da administração, a redução é oriunda tanto por intervenções da Companhia como por consequência do cenário econômico do país e foi concentrada em operações de baixa produtividade e deficitárias.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$6,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou um crescimento de 14,6% ou R\$0,77 milhão, comparados aos R\$5,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Em 2017 o número de módulos vendidos foi de 26,36 mil módulos, já em 2016 foi de 25,45 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As deduções de vendas atingiram R\$58,80 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 17,1% ou R\$12,12 milhões, comparados aos R\$70,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$48,31 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 16,1% ou R\$9,25 milhões, comparados aos R\$57,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos, a 22,9% e 23,0% de nossa receita do mercado interno.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 15,8% ou R\$1,67 milhão, comparados aos R\$10,62 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,1% e 4,1% de nossa receita bruta de vendas. A queda no IPI refere-se à redução da receita bruta.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,24 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 59,8% ou R\$0,36 milhão, comparados aos R\$0,61 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,2% e 0,3% de nossa receita líquida de vendas.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1,30 milhão, o que representou uma redução de 39,0% ou R\$0,83 milhão, comparado aos R\$2,12 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando 0,6% e 0,8% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$157,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 14,7% ou R\$27,11 milhões, comparados aos R\$185,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$90,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 13,6% ou R\$14,31 milhões, comparado aos R\$105,25 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O custo dos produtos vendidos em 2017 representou 57,6% da receita líquida de vendas e 56,9% no ano de 2016.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$67,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 16,0% ou R\$12,8 milhões, comparados aos R\$79,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Nossa margem bruta que era de 43,1% no exercício social de 2016, diminuiu para 42,4% em 2017.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$81,61 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 26,2% ou R\$28,97 milhões, comparados aos R\$110,58 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo nos respectivos períodos, a 51,7% e 59,8% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$83,28 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 25,8% ou R\$28,93 milhões, em relação aos R\$112,21 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo nos respectivos períodos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a 52,7% e 60,6% da nossa receita líquida de vendas. Esse aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- I. As despesas com provisão para devedores duvidosos foram R\$9,7 milhões menores. Ao longo da reestruturação da rede que a Companhia executou, buscou-se reduzir a exposição a riscos, como consequência, as lojas que têm sido encerradas possuem menos obrigações correntes com a Companhia. A redução também é decorrente do fato de que 2016 concentrou maior número de encerramentos de lojas com pendências junto à Companhia.
- II. As despesas com lojas próprias foram R\$8,3 milhões menores devido à redução no escopo da operação, conforme divulgado no Release do 4T16.
- III. O efeito não recorrente da baixa dos fundos de comércio que a Companhia possuía, reduziu as despesas operacionais em R\$4,6 milhões. Em 2016, a Companhia baixou para despesa seu valor residual de fundos de comércio e incorreu em despesas contratuais de encerramento desses pontos de venda, conforme comentado no Release do 3T16 e 4T16. Ao efeito total da operação registrada em 2016, soma-se a redução da despesa de amortização do fundo de comércio incorridas em 2016 até o momento de sua baixa.
- IV. As despesas com pessoal reduziram R\$3,9 milhões, devido, principalmente, às reestruturações que foram promovidas na Companhia ao longo de 2016 e 2017.
- V. A redução nas demais despesas é oriunda, principalmente de: (i) despesas com publicidade, resultado das ações de otimização de recursos e da readequação dos investimentos nessa área; (ii) não recorrência de provisões para processos tributários realizadas no 4T16; e, (iii) redução nas despesas com assessorias.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$1,67 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de 2,3% ou R\$0,04 milhão, comparado aos R\$1,64 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando respectivamente 1,1% e 0,9% da receita líquida de vendas de vendas.

Lucro (Prejuízo) operacional

Nosso resultado operacional apresentou prejuízo de R\$14,60 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma diminuição do prejuízo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 52,6% ou R\$16,17 milhões, comparados ao prejuízo operacional de R\$30,77 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos, a -9,2% e -16,6% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$2,61 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma diminuição de 34,2% ou R\$1,36 milhão comparados aos R\$3,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Tal variação ocorreu, principalmente, devido a: (i) redução nas despesas com variação cambial; e (ii) redução nos descontos financeiros concedidos a clientes.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 corresponderam, respectivamente a 1,7% e 2,1% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$7,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de 38,8% ou R\$4,58 milhões, comparados aos R\$11,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à redução de juros recebidos de clientes, redução de rendimentos de aplicações financeiras, redução do AVP da receita bruta, e redução da receita com variação cambial.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, corresponderam, respectivamente, a 4,6% e 6,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou prejuízo de R\$9,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma redução de 56,5% ou R\$12,96 milhões, comparados ao prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$22,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo, nos respectivos períodos a -6,3% e -12,4% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício de 2017, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente. Em 2016, também não houve recolhimento de imposto de renda corrente, pois também registramos prejuízo.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

No exercício de 2017, o principal impacto é a constituição de imposto de renda e contribuição social diferido referente ao prejuízo do exercício. Em 2016, o principal impacto na linha de imposto de renda e contribuição social diferido foi a reversão do prejuízo fiscal da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos prejuízo líquido de R\$6,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma diminuição de 73,8% ou R\$17,91 milhões, comparados ao prejuízo líquido de R\$24,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de -4,0% e -13,1% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016	AV ⁽¹⁾ (%)	2015	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2016/2015
Receita bruta de vendas	255.978	138,3%	299.515	134,5%	43.537)	-14,5%
Mercado interno	250.691	135,5%	290.428	130,4%	(39.737)	-13,7%
Mercado externo	5.287	2,9%	9.087	4,1%	(3.800)	-41,8%
Deduções de vendas	(70.922)	-38,3%	(76.863)	-34,5%	5.941	-7,7%
Receita líquida de vendas	185.056	100,0%	222.652	100,0%	(37.596)	-16,9%
Custo dos produtos vendidos	(105.246)	-56,9%	(119.431)	-53,6%	14.185	-11,9%
Lucro bruto	79.810	43,1%	103.221	46,4%	(23.411)	-22,7%
Despesas com vendas	(79.414)	-42,9%	(78.266)	-35,2%	(1.148)	1,5%
Despesas gerais e administrativas	(32.801)	-17,7%	(20.473)	-9,2%	(12.328)	60,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.637	0,9%	3.531	1,6%	(1.894)	-53,6%
Lucro Operacional	(30.768)	-16,6%	8.013	3,6%	(38.781)	-484,0%
Despesas financeiras	(3.975)	-2,1%	(3.958)	-1,8%	(17)	0,4%
Receitas financeiras	11.796	6,4%	12.001	5,4%	(205)	-1,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.947)	-12,4%	16.056	7,2%	(39.003)	-242,9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.317)	-0,7%	(2.951)	-1,3%	1.634	-55,4%
Correntes	-	0,0%	(878)	-0,4%	878	-100,0%
Diferidos	(1.317)	-0,7%	(2.073)	-0,9%	756	-36,5%
Lucro líquido do exercício	(24.264)	-13,1%	13.105	5,9%	(37.369)	-285,2%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$255,98 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 14,5% ou R\$43,54 milhões, comparados aos R\$299,52 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 13,7% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,9% e do mercado externo 2,1% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e 97% e 3,0%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$250,69 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 13,7%, ou R\$39,74 milhões, comparados aos R\$290,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

No ano de 2016 vendemos para o mercado interno um volume de 0,98 milhão de módulos que representou uma queda de 9,4% ou 0,10 mil módulos em relação ao volume vendido em 2015 que foi de 1,08 milhão de módulos.

A retração econômica é o principal fator que contribuiu para a queda das nossas vendas e para o encerramento de lojas, 70 revendas exclusivas em 2016.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$5,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 41,8% ou R\$3,80 milhões, comparados aos R\$9,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Em 2016 o número de módulos vendidos foi de 25,4 mil módulos, já em 2015 foi de 37,8 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$70,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 7,7% ou R\$5,94 milhões,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparados aos R\$76,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$57,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 6,24% ou R\$3,83 milhões, comparados aos R\$61,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos, a 23,0% e 21,1% de nossa receita do mercado interno. O aumento da representatividade dos impostos é decorrente, principalmente, do aumento da alíquota da CPRB que passou de 1% para 2,5%.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$10,62 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 14,0% ou R\$1,73 milhão, comparados aos R\$12,35 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,1% e 4,1% de nossa receita bruta de vendas. A queda no IPI refere-se à redução da receita bruta.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,61 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 6,9% ou R\$0,04 milhão, comparados aos R\$0,65 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,3% e 0,3% de nossa receita líquida de vendas.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$2,13 milhões, o que representou uma redução de 13,8% ou R\$0,34 milhão, comparado aos R\$2,47 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando 0,8% e 0,8% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$185,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 16,9% ou R\$37,60 milhões, comparados aos R\$222,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$105,25 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 11,9% ou R\$14,18 milhões, comparado aos R\$119,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O custo dos produtos vendidos em 2016 representou 56,9% da receita líquida de vendas e 53,6% no ano de 2015.

Esse aumento ocorreu, principalmente, por: (i) aumento da CPRB sobre a receita; (ii) aumento na concessão de descontos comerciais.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$79,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 22,7% ou R\$23,41 milhões, comparados aos R\$103,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Nossa margem bruta que era de 46,4% no exercício social de 2015, diminuiu para 43,1% em 2016.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$110,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 16,1% ou R\$15,37 milhões, comparados aos R\$95,21 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo nos respectivos períodos, a 59,8% e 42,8% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$112,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 13,6% ou R\$13,48 milhões, em relação aos R\$98,74 milhões registrados no exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo nos respectivos períodos a 60,6% e 44,3% da nossa receita líquida de vendas. Esse aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários que aumentou em R\$5,8 milhões, consequência da alteração do NCPC;

(ii) provisão para devedores duvidosos que aumentou em R\$1,2 milhão;

(iii) demais provisões que aumentaram em R\$0,8 milhão;

(iv) encerramento de pontos próprios operados por terceiros ocasionou a baixa do fundo de comércio investido nesses pontos, R\$3,1 milhões, assim como custos de encerramento de contrato, R\$1,0 milhão;

(v) despesas com lojas próprias foram superiores em R\$1,6 milhão, principalmente, devido aos gastos pré-operacionais de uma nova unidade e aos gastos com transição das lojas aos novos operadores;

(vi) despesas com publicidade foram R\$0,6 milhão menores devido ao menor gasto com veiculação de anúncios em revistas;

(vii) outras despesas foram menores em R\$0,3 milhão, principalmente devido à redução nos gastos com assessorias.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$1,64 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 53,6% ou R\$1,89 milhão, comparado aos R\$3,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando respectivamente 0,9% e 1,5% da receita líquida de vendas de vendas. Essa variação decorre, principalmente, da redução das receitas com direito de exploração de marcas que transacionamos em 2015 com alguns revendedores exclusivos.

Lucro (Prejuízo) operacional

Nosso resultado operacional apresentou prejuízo de R\$30,77 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 484% ou R\$38,78 milhões, comparados ao lucro operacional de R\$8,01 milhões do exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos, a -16,6% e 3,6% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$3,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 0,4% ou R\$0,02 milhão comparados aos R\$3,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Tal variação ocorreu, principalmente, devido a: (i) despesa com juros de processos tributários; e, (ii) redução da despesa com AVP, decorrente do menor volume de renegociação contratuais com clientes.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 corresponderam, respectivamente a 2,1 e 1,8% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$11,80 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 1,7% ou R\$0,20 milhão, comparados aos R\$12,00 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à redução de juros recebidos de clientes, redução do AVP da receita bruta, e redução da receita com variação cambial. Essas quedas foram parcialmente compensadas pelo aumento do rendimento com aplicações financeiras.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, corresponderam, respectivamente, a 6,4% e 5,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou prejuízo de R\$22,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 242,9% ou R\$39,01 milhões, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$16,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo, nos respectivos períodos a -12,4% e 7,2% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2016, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente. Em 2015, a despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente atingiu R\$0,88 milhão.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Em 2016, o principal impacto na linha de imposto de renda e contribuição social diferido foi a reversão do prejuízo fiscal da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda., conforme comentando na mensagem da administração.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos prejuízo líquido de R\$24,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 285,2% ou R\$37,37 milhões, comparados ao lucro líquido de R\$13,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de -13,1% e 5,9% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2015	(%)	2014	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2015/2014
Receita bruta de vendas	299.515	134,5%	328.241	134,8%	(28.726)	-8,8%
Mercado interno	290.428	130,4%	321.293	131,9%	(30.865)	-9,6%
Mercado externo	9.087	4,1%	6.948	2,9%	2.139	30,8%
Deduções de vendas	(76.863)	-34,5%	(84.720)	-34,8%	7.857	-9,3%
Receita líquida de vendas	222.652	100,0%	243.521	100,0%	(20.869)	-8,6%
Custo dos produtos vendidos	(119.431)	-53,6%	(142.408)	-58,5%	22.977	-16,1%
Lucro bruto	103.221	46,4%	101.113	41,5%	2.108	2,1%
Despesas com vendas	(78.266)	-35,2%	(100.073)	-41,1%	21.807	-21,8%
Despesas gerais e administrativas	(20.473)	-9,2%	(18.137)	-7,4%	(2.336)	12,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.531	1,6%	2.684	1,1%	847	31,6%
Lucro Operacional	8.013	3,6%	(14.413)	-5,9%	22.426	155,6%
Despesas financeiras	(3.958)	-1,8%	(4.345)	-1,8%	387	-8,9%
Receitas financeiras	12.001	5,4%	9.259	3,8%	2.742	29,6%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	16.056	7,2%	(9.499)	-3,9%	25.555	269,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.951)	-1,3%	7.091	2,9%	(10.042)	-141,6%
Correntes	(878)	-0,4%	(614)	-0,3%	(264)	43,0%
Diferidos	(2.073)	-0,9%	7.705	3,2%	(9.778)	-126,9%
Lucro líquido do exercício	13.105	5,9%	(2.408)	-1,0%	15.513	644,2%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$299,52 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 8,8% ou R\$28,73 milhões, comparados aos R\$328,24 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 9,6% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,0% e do mercado externo 3,0% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e 97,9% e 2,1%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$290,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 9,6%, ou R\$30,87 milhões, comparados aos R\$321,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

No ano de 2015 vendemos para o mercado interno um volume de 1,08 milhão de módulos que representou uma queda de 18,1% ou 0,24 mil módulos em relação ao volume vendido em 2014 que foi de 1,31 milhão de módulos.

A principal oscilação em nossa receita bruta do mercado interno ocorreu devido ao encerramento da relação comercial com um de nossos maiores revendedores no estado de São Paulo, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$9,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 30,8% ou R\$2,14 milhões, comparados aos R\$6,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Em 2015 o número de módulos vendidos foi de 37,8 mil módulos, já em 2014 foi de 50,5 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As deduções de vendas atingiram R\$76,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 9,3% ou R\$7,86 milhões, comparados aos R\$84,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$61,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 11,2% ou R\$6,89 milhões, comparados aos R\$68,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 21,1% e 21,3% de nossa receita do mercado interno. Portanto, a redução dos impostos sobre as vendas é decorrente da redução do faturamento.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$12,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 6,4% ou R\$0,75 milhão, comparados aos R\$11,60 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,1% e 3,5% de nossa receita bruta de vendas. O aumento do montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2015 deve-se à volta da alíquota do imposto de 5% no ano de 2015. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro de 2013, subindo para 3% a partir de 1º de julho de 2013 e para 3,5% a partir de 1º de outubro de 2013, passando para 4% em 1º de janeiro de 2014 e permanecendo nesse patamar até 31 de dezembro de 2014, voltando a 5% em 01 de janeiro de 2015. Os decretos utilizados pelo governo para majorar a alíquota do IPI no período foram: 7.879 de 27 de dezembro de 2012, 8.035 de 28 de junho de 2013, 8.116 de 30 de setembro de 2013, 8.169 de 23 de dezembro de 2013 e 8.280 de 30 de junho de 2014.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,65 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 57,6% ou R\$0,89 milhão, comparados aos R\$1,54 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,3% e 0,6% de nossa receita líquida de vendas. A redução deve-se ao aprimoramento do controle de qualidade sobre a produção.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$2,47 milhões, o que representou uma redução de 25,1% ou R\$0,83 milhão, comparado aos R\$3,29 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando 0,8% e 1,0% respectivamente de nossa receita bruta de vendas. A redução deve-se à menor concessão de crédito no período.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$222,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 8,6% ou R\$20,87 milhões, comparados aos R\$243,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$119,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 16,1% ou R\$22,98 milhões, comparado aos R\$142,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. O custo dos produtos vendidos em 2015 representou 53,6% da receita líquida de vendas e 58,5% no ano de 2014.

Essa redução ocorreu, principalmente, por: (i) redução nos gastos gerais de fabricação; (ii) aumento da produtividade; (iii) maior representatividade das vendas realizadas pelas lojas próprias, onde na venda são captadas as margens ao consumidor final, que são naturalmente maiores do que as que vendemos aos nossos lojistas.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$103,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 2,1% ou R\$2,11 milhões, comparados aos R\$101,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Nossa margem bruta que era de 41,5% no exercício social de 2014, aumentou para 46,4% em 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$95,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 17,6% ou R\$20,32 milhões, comparados aos R\$115,53 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos, a 42,8% e 47,4% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$98,74 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 16,5% ou R\$19,47 milhões, em relação aos R\$118,21 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos a 44,3% e 48,5% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) redução nas despesas com clientes de R\$14,2 milhões, devido à base maior em 2014 pelo registro de provisão para atendimento de clientes, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014. As despesas com clientes, líquidas do efeito da provisão, aumentaram R\$2,2 milhões no ano.;

(ii) reestruturação nas despesas de marketing, resultando em uma redução de R\$3,6 milhões;

(iii) reestruturação nas despesas de lojas próprias, principalmente as relacionadas à comissão por vendas e devido a despesas não recorrentes registradas no exercício de 2014. As despesas com lojas próprias foram menores em R\$1,7 milhão;

(iv) as despesas com provisões ficaram R\$0,6 milhão maiores do que no exercício de 2014, devido, principalmente, ao maior montante de provisão para devedores duvidosos;

(v) as demais despesas reduziram R\$0,6 milhão, principalmente, devido à descontinuidade da marca Telasul Modulados, representando menor gasto com frete e bonificação contratual e à menor despesa de pessoal.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$3,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 31,6% ou R\$0,85 milhão, comparado aos R\$2,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando respectivamente 1,5% e 1,1% da receita líquida de vendas. Esse aumento decorre, principalmente, da venda de bandeiras.

Lucro operacional

Nosso lucro operacional atingiu R\$8,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 155,6% ou R\$22,43 milhões, comparados ao prejuízo operacional de R\$14,41 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos, a 3,6% e -5,9% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$3,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 8,9% ou R\$0,39 milhão comparados aos R\$4,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Tal variação ocorreu, principalmente, devido à redução nas despesas com variação cambial e nas despesas com IOF e tarifas bancárias.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 corresponderam, respectivamente a 1,8% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$12,00 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 29,6% ou R\$2,74 milhões, comparados aos R\$9,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao rendimento de aplicações financeiras superiores aos de 2014 em virtude da melhor posição de caixa da Companhia durante 2015 e às receitas de variação cambial.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, corresponderam, respectivamente, a 5,4% e 3,8% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social ficou em R\$16,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 269,0% ou R\$25,56 milhões, comparados ao prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$9,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, nos respectivos períodos a 7,2% e -3,9% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

Nossas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente atingiram R\$0,88 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 43,0% ou R\$0,26 milhão, comparados aos R\$0,61 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu principalmente devido a: (i) redução do juro sobre o capital próprio em relação a 2014; e, (ii) ausência de projetos considerados inovadores pelo MCTI, o que exclui os projetos desenvolvidos pela Companhia do benefício fiscal concedido pela lei 11.196/05 (“Lei do Bem”).

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Em 2015 o resultado do Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido foi despesa de R\$2,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 126,9%, comparados a uma receita de R\$7,71 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação, ocorre principalmente, devido à realização da provisão para encerramento de relação comercial.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido foi de R\$13,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 644,2% ou R\$15,51 milhões, comparados ao lucro líquido negativo de R\$2,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 5,9% e - 1,0% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016**

Ativo	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	84.506	39,1%	89.072	38,1%	(4.566)	-5,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.473	13,6%	27.832	11,9%	1.641	5,9%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	4.779	2,0%	(4.779)	-100,0%
Contas a Receber	23.641	10,9%	21.903	9,4%	1.738	7,9%
Estoques	19.770	9,1%	21.000	9,0%	(1.230)	-5,9%
Adiantamentos e Antecipações	837	0,4%	982	0,4%	(145)	-14,8%
Empréstimos Concedidos	1.456	0,7%	2.521	1,1%	(1.065)	-42,2%
Despesas Antecipadas	1.089	0,5%	876	0,4%	213	24,3%
Impostos a Recuperar	5.096	2,4%	6.631	2,8%	(1.535)	-23,1%
Outros Ativos Circulantes	3.144	1,5%	2.548	1,1%	596	23,4%
Ativo Não Circulante	131.857	60,9%	144.648	61,9%	(12.791)	-8,8%
Contas a Receber	11.633	5,4%	11.944	5,1%	(311)	-2,6%
Empréstimos Concedidos	2.606	1,2%	3.235	1,4%	(629)	-19,4%
Ativo Mantido para Venda	2.878	1,3%	11.006	4,7%	(8.128)	-73,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.238	7,5%	13.796	5,9%	2.442	17,7%
Depósitos Judiciais	2.946	1,4%	3.245	1,4%	(299)	-9,2%
Outros Ativos Não Circulantes	2.454	1,1%	3.035	1,3%	(581)	-19,1%
Investimentos	31	0,0%	82	0,0%	(51)	-62,2%
Imobilizado	82.398	38,1%	83.014	35,5%	(616)	-0,7%
Intangível	10.673	4,9%	15.291	6,5%	(4.618)	-30,2%
Total do Ativo	216.363	100%	233.720	100%	(17.357)	-7,4%
Passivo	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	38.445	17,8%	45.958	19,7%	(7.513)	-16,3%
Fornecedores	3.266	1,5%	3.343	1,4%	(77)	-2,3%
Obrigações Tributárias	2.718	1,3%	3.447	1,5%	(729)	-21,1%
Salários e Encargos Sociais	2.973	1,4%	3.827	1,6%	(854)	-22,3%
Adiantamento de Clientes	17.568	8,1%	25.496	10,9%	(7.928)	-31,1%
Provisões	8.703	4,0%	6.103	2,6%	2.600	42,6%
Outros Passivos Circulantes	3.217	1,5%	3.742	1,6%	(525)	-14,0%
Passivo Não Circulante	10.046	4,6%	13.533	5,8%	(3.487)	-25,8%
Obrigações Tributárias	471	0,2%	602	0,3	(131)	-21,8%
Provisões	9.575	4,4%	12.931	5,5%	(3.356)	-26,0%
Patrimônio Líquido	167.872	77,6%	174.229	74,5%	(6.357)	-3,6%
Capital Social	187.709	86,8%	187.709	80,3%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,2%	(2.658)	-1,1%	-	0,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	216.363	100,0%	233.720	100,0%	(17.357)	-7,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$29,47 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando 5,9% em comparação com R\$27,83 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía aplicações financeiras de liquidez não imediata (com vencimento acima de 90 dias), em 31 de dezembro de 2016 estas totalizavam R\$4,78 milhões, indexadas a 105% do DI e somente podendo ser resgatadas após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$23,64 milhões, representando um aumento de 7,9% ou R\$1,74 milhão, em relação ao montante de R\$21,90 milhões em 31 de dezembro de 2016.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2017 em R\$35,27 milhões, R\$1,43 milhão maior do que em 31 de dezembro de 2016. Os principais fatores que causaram essa variação são:

- (i) Aumento pela venda de imóveis mantidos para venda, R\$3,50 milhões;
- (ii) Aumento pela redução da provisão para devedores duvidosos, R\$1,37 milhão; e,
- (iii) Redução pela variação de receita, R\$3,47 milhões.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$19,77 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 5,9% ou R\$1,23 milhão, em comparação com os R\$21,00 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação decorre, principalmente, da redução da receita.

Adiantamento e antecipações

Não houve variação significativa nesta conta.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 18,35% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,46 milhões em 31 de dezembro de 2017, 42,1% menor ou R\$1,06 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2016, R\$2,52 milhões.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$4,06 milhões em 31 de dezembro de 2017, reduzindo 29,4% ou R\$1,70 milhão em relação a 31 de dezembro de 2016. A queda no saldo se refere a: (i) redução pelo recebimento das parcelas no valor aproximado de R\$ 1,52 milhão; (ii) redução pela constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$0,98 milhão; e, (iii) aumento pela constituição de R\$0,80 milhão referente a novas concessões.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$1,09 milhão em 31 de dezembro de 2017, aumentando 24,3% ou R\$0,21 milhão em relação ao valor de R\$0,87 milhão em 31 de dezembro de 2016.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$5,10 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$1,53 milhão em relação ao valor de R\$6,63 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução é referente a menor geração de impostos a recuperar devido a redução do prejuízo em 2017.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$3,14 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando R\$0,60 milhão em relação ao valor de R\$2,55 milhões em 31 de dezembro de 2016. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing; e,

(iii) saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

A principal variação nessa rubrica corresponde ao saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Ativo Não Circulante

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$11,63 milhões, apresentando uma queda de 2,6% ou R\$0,31 milhão, em relação ao montante de R\$11,94 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$2,61 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 19,4% ou R\$0,63 milhão em comparação aos R\$3,23 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação dos empréstimos concedidos, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$2,88 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$8,13 milhões em relação aos R\$11,01 milhões em 31 de dezembro de 2016. A diminuição refere-se ao esforço feito em 2017 para a venda dos ativos, buscando a geração de caixa. Cerca de R\$3,53 milhões foram vendidos a prazo e foram transferidos para o Contrás a Receber.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$16,24 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando 17,7% em relação ao valor de R\$13,80 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 a controladora apresentou prejuízo fiscal, e portando, constituiu R\$4,0 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos e reverteu R\$1,58 milhão referente a diferenças temporárias. Já na controlada, Unicasa Comércio de Móveis, não foi constituído Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre o resultado, pois não há previsão de recuperação de créditos tributários, devido à redução do escopo da operação, conforme mensagem da Administração de 2016.

Para conciliar com a variação do resultado do exercício de R\$3,64 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, é necessário acrescentar o efeito do Programa de Regularização Tributária (PRT) - MP nº 766/17, de R\$ 1,19 milhão, que a Companhia aderiu em 2017. Esta opção permitiu a liquidação de débitos tributários na razão de 20% em espécie, com o pagamento no montante de R\$0,3 milhão, e 80% com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL de sua controlada, no montante de R\$ 1,19 milhão de IR e CS diferidos.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$2,95 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$0,30 milhão em relação aos R\$3,24 milhões em 31 de dezembro de 2016. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$2,45 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$3,03 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação nessa conta decorre, principalmente, da classificação de prazo das parcelas da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda., transferidas para o curto prazo.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$82,40 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 0,7% em relação aos R\$83,01 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2017.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$10,67 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo R\$4,62 milhões em relação aos R\$15,30 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução decorre, principalmente, da: (i) amortização dos fundos de comércio; e (ii) alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda, no montante de R\$0,2 milhão.

Passivo Circulante

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$3,27 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 2,3% ou R\$0,08 milhão em comparação aos R\$3,34 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$2,72 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 21,4% ou R\$0,74 milhão em comparação aos R\$3,45 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Devido ao prejuízo registrado no exercício de 2017, a Companhia não distribuirá Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio, conforme proposta da Diretoria e do Conselho de Administração a ser aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 2018.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$2,97 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 22,4% ou R\$0,86 milhão em comparação com os R\$3,83 milhões em 31 de dezembro de 2016. A queda decorre da redução do número de funcionários.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$17,57 milhões em 31 de dezembro de 2017, diminuindo 31,1% ou R\$7,93 milhões em relação aos R\$25,50 milhões em 31 de dezembro de 2016. A queda da receita é o principal fator que contribui para essa variação.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para cobrir obrigações assumidas sobre pedidos firmados com consumidores que se encontravam pendentes de entrega e montagem por parte dos revendedores. Seu saldo totalizou R\$8,70 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando 42,6% ou R\$2,60 milhões em relação aos R\$6,10 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$3,22 milhões em 31 de dezembro de 2017, reduzindo R\$0,53 milhão em comparação aos R\$3,74 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Passivo Não Circulante

Obrigações Tributárias

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$9,60 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$12,93 milhões em 31 de dezembro de 2016. A principal variação nessa rubrica, refere-se a reversão de processos cíveis da provisão pela realização.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$167,87 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$174,23 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução decorre do prejuízo do exercício de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015**

Ativo	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	89.072	38,1%	109.565	40,9%	(20.493)	-18,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.832	11,9%	33.204	12,4%	(5.372)	-16,2%
Aplicações Financeiras	4.779	2,0%	-	0,0%	4.779	n/a
Contas a Receber	21.903	9,4%	36.005	13,4%	(14.102)	-39,2%
Estoques	21.000	9,0%	25.946	9,7%	(4.946)	-19,1%
Adiantamentos e Antecipações	982	0,4%	1.066	0,4%	(84)	-7,9%
Empréstimos Concedidos	2.521	1,1%	3.838	1,4%	(1.317)	-34,3%
Despesas Antecipadas	876	0,4%	971	0,4%	(95)	-9,8%
Impostos a Recuperar	6.631	2,8%	6.794	2,5%	(163)	-2,4%
Outros Ativos Circulantes	2.548	1,1%	1.741	0,7%	807	46,4%
Ativo Não Circulante	144.648	61,9%	158.251	59,1%	(13.603)	-8,6%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	4.446	1,7%	(4.446)	100,0%
Contas a Receber	11.944	5,1%	18.018	6,7%	(6.074)	-33,7%
Empréstimos Concedidos	3.235	1,4%	1.960	0,7%	1.275	65,1%
Ativo Mantido para Venda	11.006	4,7%	6.949	2,6%	4.057	58,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.796	5,9%	15.113	5,6%	(1.317)	-8,7%
Impostos a Recuperar	-	0,0%	7	0,0%	(7)	100,0%
Depósitos Judiciais	3.245	1,4%	4.891	1,8%	(1.646)	-33,7%
Outros Ativos Não Circulantes	3.035	1,3%	338	0,1%	2.697	797,9%
Investimentos	82	0,0%	82	0,0%	-	0,0%
Imobilizado	83.014	35,5%	83.277	31,1%	(263)	-0,3%
Intangível	15.291	6,5%	23.170	8,7%	(7.879)	-34,0%
Total do Ativo	233.720	100%	267.816	100%	(34.096)	-12,7%

Passivo	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	45.958	19,7%	62.680	23,4%	(16.722)	-26,7%
Fornecedores	3.343	1,4%	2.204	0,8%	1.139	51,7%
Obrigações Tributárias	3.447	1,5%	3.823	1,4%	(376)	-9,8%
Dividendos e JCP a Pagar	-	0,0%	6.774	2,5%	(6.774)	100,0%
Salários e Encargos Sociais	3.827	1,6%	4.693	1,8%	(866)	-18,5%
Adiantamento de Clientes	25.496	10,9%	33.608	12,5%	(8.112)	-24,1%
Provisões	6.103	2,6%	9.474	3,5%	(3.371)	-35,6%
Outros Passivos Circulantes	3.742	1,6%	2.104	0,8%	1.638	77,9%
Passivo Não Circulante	13.533	5,8%	6.643	2,5%	6.890	103,7%
Obrigações Tributárias	602	0,3%	-	0,0%	602	n/a
Provisões	12.931	5,5%	6.643	2,5%	6.288	94,7%
Patrimônio Líquido	174.229	74,5%	198.493	74,1%	(24.264)	-12,2%
Capital Social	187.709	80,3%	187.709	70,1%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,1%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	-	0,0%	13.442	5,0%	(13.442)	100,0%
Dividendos Adicionais Propostos	-	0,0%	-	0,0%	-	n/a
Prejuízos Acumulados	(10.822)	-4,6%	-	0,0%	(10.822)	n/a
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	233.720	100,0%	267.816	100,0%	(34.096)	-12,7%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$27,83 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 16,2% em comparação com R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre da menor geração operacional de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizaram R\$4,78 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse valor foi transferido do longo prazo devido ao vencimento das aplicações financeiras. Essa aplicação possui vencimento em 17/03/2017, está indexada a 105% do DI e somente poderá ser resgatada após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$21,90 milhões, representando uma redução de 39,2% ou R\$14,10 milhões, em relação ao montante de R\$36,00 milhões em 31 de dezembro de 2015.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2016 em R\$33,85 milhões, R\$20,17 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2015. Os principais fatores que causaram essa variação são:

- (i) redução pelo aumento da provisão para devedores duvidosos, R\$9,0 milhões;
- (ii) redução pelo recebimento de imóveis para quitação de dívidas de clientes, R\$6,3 milhões;
- (ii) redução pela queda da receita, R\$4,9 milhões.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$21,00 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 19,1% ou R\$4,95 milhões, em comparação com os R\$25,95 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação decorre, principalmente, da redução da receita.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Adiantamento e antecipações

Não houve variação significativa nesta conta.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 17,85% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$2,52 milhões em 31 de dezembro de 2016, 34,3% menor ou R\$1,32 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2015, R\$3,84 milhões.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$5,76 milhões em 31 de dezembro de 2016, reduzindo 0,7% ou R\$0,04 milhão em relação a 31 de dezembro de 2015.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,88 milhão em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 9,8% ou R\$0,09 milhão em relação ao valor de R\$0,97 milhão em 31 de dezembro de 2015.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,63 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo R\$0,16 milhão em relação ao valor de R\$6,79 milhões em 31 de dezembro de 2015. Não houve variação significativa desse saldo.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,55 milhão em 31 de dezembro de 2016, aumentando R\$0,81 milhão em relação ao valor de R\$1,74 milhão em 31 de dezembro de 2015. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing; e,

(iii) saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

A principal variação nessa rubrica corresponde ao saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. Essa operação foi realizada no 4º trimestre de 2016.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

A aplicação financeira mantida nessa rubrica foi transferida para o curto prazo devido ao seu vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$11,94 milhões, apresentando uma queda de 33,7% ou R\$6,08 milhões, em relação ao montante de R\$18,02 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,24 milhão em 31 de dezembro de 2016, aumentando 65,1% ou R\$1,28 milhão em comparação aos R\$1,96 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento no saldo se refere a concessão de novos empréstimos no ano de 2016.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$11,01 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentando R\$4,06 milhões em relação aos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$6,95 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento ocorreu devido ao recebimento de novos imóveis de clientes em função de redução de dívidas.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$13,80 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 8,7% em relação ao valor de R\$15,11 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A administração da companhia no exercício de 2016, em decorrência da redução das atividades da sua controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda, revisou seu plano de negócios e concluiu que as projeções de lucros tributáveis futuros não serão suficientes para compensar os tributos diferidos registrados em um prazo razoável de tempo (10 anos), dessa forma em 31 de dezembro de 2016 foram revertidos créditos tributáveis de R\$6,67 milhões.

No exercício de 2016 a controladora apresentou prejuízo fiscal, e portando, constituiu R\$1,98 milhão de imposto de renda e contribuição social diferidos e constituiu R\$2,76 milhões referente a diferenças temporárias.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$3,24 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo R\$1,65 milhão em relação aos R\$4,89 milhões em 31 de dezembro de 2015. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$3,04 milhão em 31 de dezembro de 2016 e R\$0,35 milhão em 31 de dezembro de 2015. A variação nessa conta decorre, principalmente, da parcela do longo prazo da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$83,01 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 0,3% em relação aos R\$83,28 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2016.

Baixamos R\$1,93 milhão de bens do ativo imobilizado referentes à alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda. Essa baixa foi parcialmente compensada devido a compras de máquinas e equipamentos.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$15,29 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo R\$7,88 milhões em relação aos R\$23,17 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução decorre, principalmente, da: (i) amortização dos fundos de comércio; (ii) alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda, no montante de R\$ 0,5 milhão; e, (iii) encerramento de operações localizadas em pontos comerciais próprios operados por terceiros, R\$3,1 milhões. A Companhia possuía três pontos comerciais para os quais havia adquirido o direito de exploração junto a shopping center e os cedia a terceiros. O cenário macroeconômico levou esses lojistas a encerrarem as operações e contribuiu para o insucesso na captação de novos investidores para operar nesses pontos. Assim, baixamos o valor residual do fundo de comércio investido.

Passivo Circulante

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$3,43 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentando 51,7% ou R\$1,13 milhão em comparação aos R\$2,20 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento decorre, principalmente, de compras realizadas de fornecedores com maior prazo para pagamento.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$3,45 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 9,8% ou R\$0,37 milhão em comparação aos R\$3,82 milhões em 31 de dezembro de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Devido ao prejuízo registrado no exercício de 2016, a Companhia não distribuirá Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio, conforme proposta da Diretoria e do Conselho de Administração a ser aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 2017.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$3,83 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 18,5% ou R\$0,86 milhão em comparação com os R\$4,69 milhões em 31 de dezembro de 2015. A queda decorre da redução do número de funcionários.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$25,50 milhões em 31 de dezembro de 2016, diminuindo 24,1% ou R\$8,11 milhões em relação aos R\$33,61 milhões em 31 de dezembro de 2015. A queda da receita é o principal fator que contribui para essa variação

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para encerramento de relação comercial com revendedor, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014. Seu saldo totalizou R\$6,10 milhões em 31 de dezembro de 2016, reduzindo 35,6% ou R\$3,37 milhões em relação aos R\$9,47 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre da realização da provisão pela entrega das mercadorias aos clientes.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$3,74 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentando R\$1,64 milhão em comparação aos R\$2,10 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação decorre, principalmente, do registro em 2016 de outras provisões de despesas.

Passivo Não Circulante

Obrigações Tributárias

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$12,93 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$6,64 milhões em 31 de dezembro de 2015. A principal variação nessa rubrica, refere-se ao aumento da provisão para processos cíveis. Em 18 de março de 2016, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Cível (Lei 13.105/2015) e seguindo orientações de nossos assessores jurídicos, reavaliamos os processos cíveis em andamento em que a Companhia é parte solidária e, quando necessário, registramos um complemento de provisão para as causas classificadas como de perda provável.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$174,23 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$198,49 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorre do prejuízo do exercício de 2016, o mesmo foi parcialmente absorvido, R\$13,44 milhões, pelas Reservas de Lucros, sendo o saldo remanescente, R\$10,82 milhões, mantido na rubrica de Prejuízos Acumulados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014**

Ativo	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	109.565	40,9%	109.884	40,7%	(319)	-0,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.204	12,4%	27.879	10,3%	5.325	19,1%
Contas a Receber	36.005	13,4%	46.918	17,4%	(10.913)	-23,3%
Estoques	25.946	9,7%	22.688	8,4%	3.258	14,4%
Adiantamentos e Antecipações	1.066	0,4%	1.066	0,4%	-	0,0%
Empréstimos Concedidos	3.838	1,4%	2.918	1,1%	920	31,5%
Despesas Antecipadas	971	0,4%	100	0,0%	871	871,0%
Impostos a Recuperar	6.794	2,5%	6.428	2,4%	366	5,7%
Outros Ativos Circulantes	1.741	0,7%	1.887	0,7%	(146)	-7,7%
Ativo Não Circulante	158.251	59,1%	160.098	59,3%	(1.847)	-1,2%
Aplicações Financeiras	4.446	1,7%	-	0,0%	4.446	0,0%
Contas a Receber	18.018	6,7%	12.867	4,8%	5.151	40,0%
Empréstimos Concedidos	1.960	0,7%	3.209	1,2%	(1.249)	-38,9%
Ativo Mantido para Venda	6.949	2,6%	9.063	3,4%	(2.114)	-23,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.113	5,6%	17.186	6,4%	(2.073)	-12,1%
Impostos a Recuperar	7	0,0%	15	0,0%	(8)	-53,3%
Depósitos Judiciais	4.891	1,8%	3.967	1,5%	924	23,3%
Outros Ativos Não Circulantes	338	0,1%	534	0,2%	(196)	-36,7%
Investimentos	82	0,0%	82	0,0%	-	0,0%
Imobilizado	83.277	31,1%	84.903	31,4%	(1.626)	-1,9%
Intangível	23.170	8,7%	28.272	10,5%	(5.102)	-18,0%
Total do Ativo	267.816	100%	269.982	100%	(2.166)	-0,8%
Passivo	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	62.680	23,4%	70.975	26,3%	(8.295)	-11,7%
Fornecedores	2.204	0,8%	4.133	1,5%	(1.929)	-46,7%
Obrigações Tributárias	3.823	1,4%	5.613	2,1%	(1.790)	-31,9%
Dividendos e JCP a Pagar	6.774	2,5%	9.069	3,4%	(2.295)	-25,3%
Salários e Encargos Sociais	4.693	1,8%	6.050	2,2%	(1.357)	-22,4%
Adiantamento de Clientes	33.608	12,5%	29.202	10,8%	4.406	15,1%
Provisões	9.474	3,5%	16.398	6,1%	(6.924)	-42,2%
Outros Passivos Circulantes	2.104	0,8%	510	0,2%	1.594	312,5%
Passivo Não Circulante	6.643	2,5%	6.118	2,3%	525	8,6%
Provisões	6.643	2,5%	6.118	2,3%	525	8,6%
Patrimônio Líquido	198.493	74,1%	192.889	71,4%	5.604	2,9%
Capital Social	187.709	70,1%	187.709	69,5%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,0%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	13.442	5,0%	7.838	2,9%	5.604	71,5%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	267.816	100,0%	269.982	100,0%	(2.166)	-0,8%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 19,1% em comparação com R\$27,88 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento decorre da geração operacional de caixa.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$36,01 milhões, representando uma redução de 23,3% ou R\$10,91 milhões, em relação ao montante de R\$46,92 milhões em 31 de dezembro de 2014.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2015 em R\$54,02 milhões, R\$5,76 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2014. Os principais fatores que causaram essa variação são:

(i) Redução pela transferência para ativo intangível do fundo de comércio da loja da República do Líbano, R\$10,5 milhões;

(ii) Redução pelo recebimento de imóveis para quitação de dívidas de clientes, R\$2,8 milhões;

(iii) Redução pela concessão de descontos financeiros no pagamento de duplicatas, R\$2,4 milhões;

(iv) Redução pelo aumento da provisão para devedores duvidosos, R\$1,8 milhão;

(v) As reduções acima comentadas foram parcialmente compensadas pela redução na provisão para ajuste a valor presente, R\$0,5 milhões; e

(vi) Demais variações que compensaram as reduções acima, R\$2,1 milhões.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$25,95 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 14,4% ou R\$3,26 milhões, em comparação com os R\$22,69 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação ocorreu devido a compras estratégicas de matéria-prima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Adiantamento e antecipações

Não houve variação significativa nesta conta.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 9,21% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,84 milhões em 31 de dezembro de 2015, 31,5% maior ou R\$0,92 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2014, R\$2,92 milhões.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$5,80 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo 5,4% ou R\$0,33 milhão em relação a 31 de dezembro de 2014. O aumento do saldo decorre de concessões pontuais que a Companhia realizou durante o exercício de 2014, no total de R\$3,68 milhões, sendo uma parte classificada no longo prazo. Durante o exercício, a companhia recebeu de clientes cerca de R\$1,04 milhão em pagamento de empréstimos concedidos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,97 milhão em 31 de dezembro de 2015, aumentando 871,0% ou R\$0,87 milhão em relação ao valor de R\$0,10 milhão em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorre, principalmente, da contratação antecipada de algumas despesas de marketing para o exercício de 2016, de forma a nos beneficiarmos de acordos mais competitivos.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,79 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$0,37 milhão em relação ao valor de R\$6,43 milhões em 31 de dezembro de 2014. Não houve variação significativa desse saldo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,74 milhão em 31 de dezembro de 2015, diminuindo R\$0,15 milhão em relação ao valor de R\$1,89 milhão em 31 de dezembro de 2014. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos; e,

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

A Companhia encerrou o exercício com R\$4,45 milhões de saldo em aplicações financeiras de longo prazo. Essa aplicação possui vencimento em 17/03/2017, está indexada a 105% do DI e somente poderá ser resgatada após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$18,02 milhões, apresentando um aumento de 40,0% ou R\$5,15 milhões, em relação ao montante de R\$12,87 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à renegociação de saldos a receber de clientes. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,96 milhão em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 38,9% ou R\$1,25 milhão em comparação aos R\$3,21 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução no saldo decorre do prazo de vencimento das parcelas, conforme pode ser observado na explicação desta rubrica no curto prazo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$6,95 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo R\$2,11 milhões em relação aos R\$9,06 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu, principalmente, pela venda de ativos no exercício.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$15,11 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 12,1% em relação ao valor de R\$17,19 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo aumento na diferença nas bases da depreciação fiscal e societária, que possui saldo passivo, fazendo com que seu aumento, reduza o saldo dessa rubrica predominantemente ativo. A diferença de bases decorre, principalmente, pela aquisição de bens do ativo permanente.

Impostos a recuperar

Não houve variação significativa nesta conta.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$4,89 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$0,92 milhão em relação aos R\$3,97 milhões em 31 de dezembro de 2014. Os aumentos decorrem, principalmente, de processos trabalhistas e cíveis nos quais a empresa foi citada.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,34 milhão em 31 de dezembro de 2015 e R\$0,53 milhão em 31 de dezembro de 2014. Não houve variação significativa nessa conta.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$83,28 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 1,9% em relação aos R\$84,90 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2015.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$23,17 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo R\$5,10 milhões em relação aos R\$28,27 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução decorre, principalmente, da amortização do fundo de comércio.

Passivo Circulante

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$2,20 milhões em 31 de dezembro de 2015, reduzindo 46,7% ou R\$1,93 milhão em comparação aos R\$4,13 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução decorre, principalmente, do menor saldo em aberto de fornecedores de matéria-prima, que tiveram grande volume de compras em outubro, de forma a não ser necessária a renovação do estoque para os primeiros meses de 2016.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$3,82 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 31,9% ou R\$1,79 milhão em comparação aos R\$5,61 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação decorre, principalmente, da redução do saldo a pagar referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do Juro sobre Capital Próprio (JCP), pois em 2014 ele foi declarado no terceiro decêndio de dezembro, sendo recolhido em janeiro, já em 2015, o JCP foi declarado no segundo decêndio, sendo recolhido ainda no mês de dezembro. Além do efeito do IRRF sobre o JCP, a variação na receita de dezembro também afetou o saldo a recolher dos impostos incidentes sobre ela (INSS, PIS, Cofins, CPRB).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de Juros sobre o Capital Próprio a pagar totalizou R\$6,77 milhões, diminuindo 25,3% ou R\$2,30 milhões quando comparado com os R\$9,07 milhões em 31 de dezembro de 2014. A distribuição de Juros sobre o Capital Próprio foi declarada no dia 11 de dezembro de 2015, conforme ata da 30ª Reunião do Conselho de Administração.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$4,69 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 22,4% ou R\$1,36 milhão em comparação com os R\$6,05 milhões em 31 de dezembro de 2014. A queda decorre da redução do número de funcionários.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$33,61 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando 15,1% ou R\$4,41 milhões em relação aos R\$29,20 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação é decorrente, principalmente, do adiantamento de vendas realizadas na operação de Unicasa Indústria, principalmente, em virtude de alterações em nossas políticas comerciais.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para encerramento de relação comercial com revendedor, conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2014, que totalizou R\$9,47 milhões em 31 de dezembro de 2015, diminuindo 42,2% ou R\$6,92 milhões em relação aos R\$16,40 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução decorre da realização da provisão pela entrega das mercadorias aos clientes.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$2,10 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumentando R\$1,59 milhão em comparação aos R\$0,51 milhão em 31 de dezembro de 2014. A variação decorre, principalmente, do saldo já adiantado pelos lojistas de valores referentes à cooperação em campanhas de marketing do exercício de 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo Não Circulante

Provisões

Nossas provisões para contingências totalizaram R\$6,64 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$6,12 milhões em 31 de dezembro de 2014. Não ocorreram variações significativas nesta conta.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$198,49 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$192,89 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento de 2,9% ou R\$5,60 milhões é decorrente da destinação do lucro do exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise de nossos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	2017	2016	2015	AH 17/16 (%)	AH 16/15 (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.482	10.146	22.996	-65,7%	-55,9%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.841)	(8.744)	(8.602)	-78,9%	1,7%
Fluxo de caixa (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	-	(6.774)	(9.069)	-100,0%	-25,3%
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.641	(5.372)	5.325	-130,5%	-200,9%

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$29,47 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumentando R\$1,64 milhão ou 5,9% em comparação aos R\$27,83 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 houve uma diminuição de R\$5,32 milhões ou -16,2% em comparação com os R\$33,20 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$3,48 milhões, R\$10,15 milhões e R\$23,00 milhões, respectivamente. Um dos principais efeitos da redução da geração operacional de caixa em relação a 2016 ocorreu devido à redução da receita.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$1,84 milhão, queda de R\$6,90 milhões em relação aos R\$8,74 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2016. No exercício de 2016, o aumento foi de R\$0,14 milhão em relação aos R\$8,60 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve movimentação nessa rubrica. Em 31 de dezembro de 2016 houve o pagamento de R\$6,77 milhões a títulos de juro sobre capital próprio.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor celebrado em maio de 2010 e renovado em setembro de 2017, com vencimento em agosto de 2018, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Santander Financiamentos") perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita Bruta de Vendas

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, Favorita, New, Casa Brasileira e do segmento de venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes 13 países: Colômbia, Costa Rica, Emirados Árabes, Equador, Estados Unidos da América, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Deduções

Impostos sobre vendas

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 19% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5% e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta à alíquota de 1% até 30 de novembro de 2015 e 2,5% a partir de 01 de dezembro de 2015, conforme Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e CPRB.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos

10.2 - Resultado operacional e financeiro

futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,2%, 0,3% e 0,3% de nossa receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos e para nossos vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;

(iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões; e

(iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

(i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;

(ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,

(iii) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pelas provisões e pela queda na receita bruta.

Receita Bruta ex-IPI

Abaixo segue quadro comparativo da receita de nossas marcas e canais nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	2017	2016	2015
Receita Bruta de Vendas (menos IPI)	207.799	245.359	287.167
Mercado Interno	201.741	240.072	278.080
Dell Anno e Favorita - Exclusiva e Lojas Próprias	112.662	129.266	155.193
New e Casa Brasileira Revendas Exclusivas	52.212	67.450	80.728
New e Casa Brasileira Multimarca	23.880	30.523	32.832
Unicasa Corporate	10.505	10.019	6.345
Outras Receitas	2.482	2.814	2.982
Mercado Externo	6.058	5.287	9.087

A variação da receita passa por algumas decisões que a Companhia tomou ao longo dos últimos exercícios e, claramente, pela recessão econômica em que o país se encontra.

A rede de distribuição da Companhia passou por um momento de reestruturação, conduzida pela Administração, onde ocorreram diversos fechamentos de operações pequenas e, também vêm sendo reduzida devido à deterioração econômica, que levou

10.2 - Resultado operacional e financeiro

diversos lojistas nossos a fecharem suas atividades. Desde 2015, a rede de distribuição da Unicasa foi reduzida em 202 operações Exclusivas.

Provisões

Em 2017 as despesas com provisões foram responsáveis por R\$4,9 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais (efeito líquido de IR: R\$3,3 milhões). Em 2016 as despesas com provisões foram responsáveis por R\$18,7 milhões de reais em impacto nas despesas operacionais (efeito líquido de IR: R\$12,3 milhões). Em 2015, o efeito das provisões foi de R\$11,9 milhões de reais (líquido do IR: R\$ 7,9 milhões). O impacto das provisões, antes do imposto de renda, nos últimos três exercícios foi:

Valores registrados no resultado	2017	2016	2015
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(3.356)	6.288	525
Provisão para encerramento de relação comercial	6.767	-	1.301
Provisão para obsolescência	53	(226)	(46)
Provisão para devedores duvidosos	1.550	11.323	10.116
Provisão para perdas com avais	-	-	-
Outras provisões	(68)	1.290	-
Total	4.946	18.675	11.896

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia não prevê variações significativas dos preços que pratica, procurando manter-se competitiva dentro do atual cenário; no entanto, se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2018, está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices; no que tange à taxa de câmbio, também não prevê grande incremento da receita, eis que o mercado externo representa pouco mais de 3% da sua receita total.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia aumentou seu estoque estratégico de matérias primas para fazer frente às possíveis flutuações bruscas tanto do preço dos principais insumos adquiridos no mercado nacional quanto das matérias primas importadas; em paralelo, vem substituindo insumos cotados em moeda estrangeira por equivalentes nacionais; se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2018, está

10.2 - Resultado operacional e financeiro

preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos; a Companhia não tem dívidas bancárias, de forma que o impacto do crescimento das taxas de juros não será significativo no resultado operacional.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme comentado na seção 6.5 deste formulário de referência, em 08 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a constituição da Unicasa Comércio de Móveis Ltda, sendo ela constituída com 100% de capital oriundo de investimentos da Companhia. Os efeitos dessa participação acionária podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

(c) eventos ou operações não usuais

Conforme comentado na Mensagem da Administração contida no item 10.1, no 4T16 a Companhia decidiu reduzir o escopo do projeto de lojas próprias. Dessa forma, o ativo fiscal diferido de nossa Controlada, Unicasa Comércio de Móveis Ltda., foi revertido, pois não há expectativa de que a operação remanescente gerará lucros tributáveis futuros suficientes, nos próximos 10 anos, para amortizar o prejuízo fiscal acumulado da operação, procedimento em concordância com o estabelecido pela Instrução CVM 371. Essa reversão impactou o resultado na linha de IR/CS em R\$6,7 milhões.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**10.4 Os diretores devem comentar:****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis manadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não temos ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a Administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registradas nas nossas Demonstrações Financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(b) natureza e propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos últimos três exercícios sociais, realizamos investimentos visando à modernização de nosso parque fabril. Ampliamos nosso prédio industrial e adquirimos máquinas e equipamentos com novas tecnologias que nos possibilitaram o aumento da produtividade de nossa planta fabril. Com estes investimentos temos capacidade instalada suficiente para atender a uma demanda superior à que estamos operando, sem a necessidade de grandes investimentos em maquinário.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2017	2016	2015
Imobilizado	6.061	7.401	3.870
Intangível	278	1.010	286
Total	6.339	8.411	4.156

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

10.8 - Plano de Negócios

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

(ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;

(iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;

(iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;

(v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e

(vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Ao longo dos seis meses utilizados para o desenvolvimento de cada coleção as ações e pesquisas acima descritas, que servem como orientação para todos os envolvidos no processo produtivo tais como: fornecedores, colaboradores, lojistas, especificadores, designers e arquitetos, bem como para a preparação e planejamento da participação em feiras e eventos do segmento moveleiro. Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal

10.8 - Plano de Negócios

envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 totalizaram R\$1,27 milhão, R\$1,58 milhão e R\$1,14 milhão respectivamente.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não divulgamos projeções ou estimativas de qualquer natureza.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não divulgamos projeções ou estimativas de qualquer natureza.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso Estatuto Social.

- i. Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados:*

As atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração da Companhia estão definidas no Estatuto Social, conforme segue abaixo:

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração, o qual foi criado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de fevereiro de 2012, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e no, máximo, 7 (sete) membros, eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, dos quais um é o Presidente e outro Vice-Presidente, residentes ou não no Brasil, sendo que, no mínimo, 20% (vinte por cento) são membros independentes. De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável e demais disposições do Estatuto Social:

(i) Eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;

(ii) Aprovar o Regimento Interno da Companhia se for o caso;

(iii) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade Controlada pela Companhia ("Controlada");

(iv) Aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas Controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;

(v) Declarar dividendos intermediários, intercalares e Juros sobre o Capital Próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

lucros e reservas apurados nas Demonstrações Financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;

(vi) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da Administração e membros dos Comitês da Companhia, se existentes, conforme disposto no Estatuto Social;

(vii) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

(viii) Convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos do Estatuto Social;

(ix) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria e Demonstrações Financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;

(x) Deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

(xi) Autorizar a aquisição pela Companhia de ações sua de emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;

(xii) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;

(xiii) Deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, até o limite do capital autorizado, previsto no artigo 7º do Estatuto Social;

(xiv) Nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia;

(xv) Autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerado o período de 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xvi) Autorizar a alienação ou oneração de bens do Ativo Permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;

(xvii) Autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;

(xviii) Autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;

(xix) Fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e, ainda, entre a Companhia e Sociedade (s) Controladas e Coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Companhia;

(xx) Pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;

(xxi) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer Controlada;

(xxii) Avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;

(xxiii) Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de ofertas públicas para cancelamento de registro de Companhia Aberta ou saída do Novo Mercado;

(xxiv) Aprovar a contratação da Instituição Depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xxv) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;

(xxvi) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social; e

(xxvii) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

(a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;

(b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;

(c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e

(d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

ii. Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Não possuímos comitê de auditoria instalado no momento do preenchimento deste Formulário de Referência.

iii. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política formalizada para contratação de serviços extra-auditoria dos auditores independentes. Entretanto, segue todas as exigências da ICVM 381, divulgando as informações necessárias no Relatório da Administração e solicitando declaração dos auditores independentes confirmando que a execução de serviços extra-auditoria, se aplicável, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial e 01 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais possuem a designação a eles atribuída pelo Conselho de Administração, permitindo-se a cumulação de funções por um mesmo Diretor. De acordo com nosso Estatuto Social, compete à Diretoria decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. Não possuímos regimento interno da diretoria, entretanto as atribuições de cada cargo estão definidas no Estatuto Social, no artigo 25. A representação da Companhia está definida no artigo 28 do Estatuto Social.

(c) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, sendo composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. No ano de 2018, bem como no ano de 2017, não tivemos a instalação de Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada nas datas de 29 de abril de 2015 e 28 de abril de 2016.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho Fiscal possui regimento interno, aprovado na Assembleia Geral Ordinária do dia 29 de abril de 2015, e está divulgada em nosso site do RI, pelo link abaixo:
http://ri.unicasamoveis.com.br/admin/uploader/uploads/Regimento_do_Conselho_Fiscal.pdf

(c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Atualmente não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê que compõe a nossa estrutura administrativa.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Não possuímos mecanismo de avaliação de desempenho instalado.

(d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições individuais dos nossos Diretores estão previstas em nosso Estatuto Social, como segue:

Diretor Presidente

Compete privativamente ao Diretor Presidente:

(i) presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) coordenar as atividades dos demais diretores; e

(iii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria.

Diretor Vice-Presidente

Compete privativamente ao Diretor Vice-Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, substituir o Diretor Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretor Financeiro

Compete privativamente ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as nossas atividades relativas às operações de natureza financeira;

(ii) gerir as nossas finanças consolidadas;

(iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das nossas diversas áreas e das nossas Controladas e Coligadas, o nosso orçamento, acompanhar os resultados das nossas sociedades Controladas e Coligadas, preparar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração;

(iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no nosso interesse e de nossas Controladas e Coligadas;

(v) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimento; e

(vi) elaborar e acompanhar o plano de organização e emitir as normas correspondentes.

Diretor Comercial

Compete privativamente ao Diretor Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição:

(i) gerir as nossas atividades de marketing;

(ii) orientar e estruturar ofertas comerciais;

(iii) definir e supervisionar as nossas políticas de comercialização e de serviços;

(iv) avaliar e propor planos de desenvolvimento para novos projetos;

(v) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de comercialização;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(vi) avaliar e discutir pesquisas e análises sobre a nossa Companhia, nossos ativos e a indústria;

(vii) estreitar o nosso relacionamento com os varejistas de cada um de seus empreendimentos e novos lojistas;

(viii) estudar os resultados obtidos bem como os possíveis cenários para melhora contínua de produtividade; e

(ix) avaliar e acompanhar pesquisas de produtividade e novos negócios.

Diretor de Relações com Investidores

Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição, nos representar perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM e às Bolsas de Valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme a legislação aplicável.

Os Diretores sem designação específica terão as atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando da sua eleição, observado o disposto em nosso Estatuto Social.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas Assembleias Gerais sejam convocadas mediante 3 (três) publicações no órgão oficial da União ou do Estado (utilizamos o “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”), bem como em outro jornal de grande circulação (atualmente utilizamos o “Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul”). A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e após nos ouvir, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as nossas Assembleias Gerais seja feita até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral, conforme previsto no artigo 124, §5º, I, da Lei das Sociedades por Ações.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 480, os editais de convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias deverão ser enviados à CVM no mesmo dia de sua publicação.

(b) competências

De acordo com nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

(i) alteração, modificação e reforma do Estatuto Social;

(ii) nossa transformação, fusão, cisão e incorporação, bem como incorporação de ações de nossa emissão, nossa dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de contas;

(iii) aprovação das contas, das demonstrações financeiras anuais e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;

(iv) eleição, reeleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como a determinação do número de cargos do Conselho de Administração;

(v) fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual;

(vi) pedido de cancelamento do nosso registro de Companhia Aberta junto à CVM, bem como a saída do Novo Mercado; e

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(vii) escolha da empresa especializada responsável pela preparação de nosso laudo de avaliação em caso de cancelamento do registro de Companhia Aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas que forem indicadas pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Físico: Rodovia Federal BR – 470 , KM 212,930

Bairro São Vendelino, 95707-540

Bento Gonçalves – RS - Brasil.

Eletrônico: www.unicasamoveis.com.br/ri; www.cvm.gov.br; e www.bmfbovespa.com.br

(d) identificação e administração de conflitos de interesses

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Nesse sentido, aplicamos esse princípio, não admitindo o voto, como regra geral, dos administradores e acionistas que tenham conflito com a matéria constante da ordem do dia. Não possuímos nenhum outro mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesse, além daqueles impostos por lei. Os conflitos de interesse são solucionados de maneira individualizada, conforme necessário.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados, devendo nos transferir as vantagens que tiver auferido.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras específicas para solicitação de procurações para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

(f) formalidades necessárias para aceitação de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei nº 6.404/76, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, previamente à data marcada para a realização da assembleia geral, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

O Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04/11/2014 (Processo CVM RJ2014/3578), entendeu que os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil.

A Companhia exige reconhecimento de firma, notariação, consularização e/ou tradução juramentada das procurações outorgadas por acionistas. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Em vista do disposto na Instrução CVM 570/15, como a Companhia está registrada na categoria A, os dispositivos da Instrução CVM 481/09 pertinentes à adoção do voto à distância apenas lhe serão aplicáveis, em caráter obrigatório, a partir de 01/01/2018.

A partir de 01/01/2018, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Rodovia Federal BR – 470 , KM 212,930, Bairro São Vendelino, 95707-540 Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores:

- (i) boletim de voto à distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida;
- (ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia; e
- (iii) cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - para pessoas físicas - documento de identidade com foto do acionista,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- para pessoas jurídicas - último estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, (b) demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do acionista, nos termos de seu estatuto ou contrato social, incluindo, sem limitação, ata de eleição de conselheiros, diretores, procurações etc., e (c) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is),
- para fundos de investimento - (a) último regulamento consolidado do fundo, (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, (c) demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do gestor ou administrador do fundo, conforme o caso, e (d) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is).

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Em relação aos documentos indicados nos itens i e ii acima, a Companhia exige reconhecimento de firma e notariação, consularização e tradução juramentada, conforme o caso.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até sete dias antes da data da assembleia a que se refere. Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

(h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A Companhia disponibiliza, como meio eletrônico de recebimento, o e-mail do departamento de relação com investidores, que deve ser enviado para:

Aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores
e-mail: dri@unicasamoveis.com.br

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A partir de 01/01/2018, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Rodovia Federal BR – 470 , KM 212,930, Bairro São Vendelino, 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no artigo 21-M da Instrução CVM nº 481/09) e à qualidade e participação do acionista, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto a distância

Além da possibilidade de votar à distância por meio do envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber:

- (i) o custodiante do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou
- (ii) ao Itaú Corretora de Valores S/A, na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central.
- (iii) A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Nosso Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente 4 (quatro) vezes ao ano e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, em nossa sede, sendo permitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou Vice-Presidente mediante notificação escrita entregue por carta, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho de Administração.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há disposições no acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações. Em linha com o disposto na referida lei, nosso Estatuto Social estabelece que não pode ser eleito para o Conselho de Administração, exceto se expressamente autorizado pela Assembleia Geral da Companhia, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia, sendo que se o conflito surgir após a eleição de referido membro, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para deliberar a respeito da destituição ou permanência de tal membro no Conselho de Administração da Companhia.

Além do acima disposto, não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Não possuímos uma política de indicação e de preenchimento de cargos formalmente aprovada.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Consta do artigo 49 do nosso Estatuto Social a seguinte cláusula compromissória: “A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado”.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alexandre Narvaes Figueira	30/08/1981	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2019	Até AG das DFs de 31/12/2010	0
000.458.250-09	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	09/05/2019	Sim	0.00%
		Diretor Comercial			
Luciano André Merigo	14/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2019	Até AG das DFs de 31/12/2019	0
696.354.200-72	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	09/05/2019	Sim	0.00%
		Diretor Industrial			
Alexandre Grendene Bartelle	23/01/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	Até AG das DFs de 31/12/2019	3
098.675.970-87	Industrial	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2018	Sim	67.00%
Não aplicável					
Gelson Luis Rostirolla	14/02/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	Até AG das DFs de 31/12/2019	1
148.411.429-91	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2018	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Daniel Ferreira Maia de Freitas	13/05/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	Até AG das DFs de 31/12/2019	2
320.434.708-76	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	93.00%
Não aplicável					
Thiago Costa Jacinto	08/07/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	Até AG das DFs de 31/12/2019	1
010.562.761-50	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100.00%
Fez parte do conselho fiscal da Unicasa					
Gustavo Dall Onder	14/10/1989	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/05/2019	Até AG das DFs de 31/12/2019	0
022.216.650-90	Engenheiro de Produção	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	09/05/2019	Sim	0.00%
Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Alexandre Narvaes Figueira - 000.458.250-09

Alexandre Narvaes Figueira, nascido em 30 de agosto de 1981, formado em Administração de Empresas pela ULBRA-RS, pós graduado em Gestão Estratégica de Pessoas pela FGV. Tem formação complementar em Gestão de Pessoas pela Pactive Consultoria, Project Management – Fundamentals Training pela Global PMO, Academia de Liderança pela People Manager 101. Como experiência profissional, foi supervisor de vendas e gerente prático na Ortobom Colchões, Gerente regional de vendas das marcas Dell Anno e, Gerente Nacional de Vendas da marca Dell Anno, Gerente Nacional de Vendas da marca Casa Brasileira e atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial na Unicasa Indústria de Móveis S/A.

Luciano André Merigo - 696.354.200-72

Luciano André Merigo, nascido em 14 de março de 1975, formado em Engenharia Mecânica pela PUC-RS, pós graduado em Gestão empresarial pela UFRGS e em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios pela FGV. Tem formação complementar nos programas (i) Programa Alianças Estratégicas para Inovação e Internacionalização – INSEAD / IEL; (ii) Liderança Transformadora – Fundação Don Cabral; (iii) APG Programa de Gestão Avançada – Amana Key; (iv) Programa PDLI – Programa de Desenvolvimento de Líderes Inovadores – Cenex. Como experiência profissional, foi (i) auxiliar administrativo na Lumifluor S/A; (ii) estagiário de Engenharia na Habitau S/A; (iii) estagiário de Engenharia; (iv) Engenheiro de Produto Pleno, (v) Engenheiro de Produto Sênior; (vi) Engenheiro de Produto Residente; (vii) Gerente de Administração da Qualidade, (viii) Gerente de Produção, (ix) Gerente de Planejamento e Desenvolvimento de Manufatura, (x) Diretor Industrial, (xi) Diretor de Operações (estatutário) na DHB Componentes Automotivos S/A. Atualmente exerce a função de Diretor de Operações na Unicasa Indústria de Móveis S/A.

Alexandre Grendene Bartelle - 098.675.970-87

Alexandre Grendene Bartelle, bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Exerce o cargo de Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso, ocupa os cargos de: (i) Presidente do Conselho de Administração da Grendene S.A.; (ii) Diretor Presidente da Grendene Negócios S.A.; (iii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vulcabrás/Azaléia S.A.; (iv) Diretor Presidente da Agropecuária Jacarezinho Ltda; (v) Vice-Presidente do Conselho de Administração na Da Mata S.A. Açúcar e Alcool; (vi) Diretor Administrativo da Lagoa Clara Agrícola S.A.; (vii) Administrador da Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda; (viii) Diretor Presidente da AGP Negócios e Participações S.A.; (ix) Administrador da Nova Trento Negócios e Participações Ltda; (x) Diretor Presidente da Nova Vicenza Negócios e Participações S.A.; (xi) Diretor Presidente da Veneza Negócios e Participações S.A. (xii) Diretor Presidente da Alexandre G. Bartelle Participações S.A.; (xiii) Diretor Presidente da A3NP - Indústria e Comércio de Móveis S.A.; (xiv) Diretor Presidente da MHL Calçados Ltda; e (xv) Diretor Presidente da Nova Milano Investimentos. Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Alexandre não ocupa nem ocupou outros cargos de Administração em Companhias Abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Gelson Luis Rostirolla - 148.411.429-91

Gelson Luis Rostirolla, bacharel em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC). Exerce o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente da Grendene S.A. Adicionalmente, exerceu os cargos de (i) Gerente Administrativo- Financeiro da Letícia Avícola S.A. e (ii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor Administrativo e de Controladoria da Grendene S.A. O Sr. Gelson não ocupa nem ocupou cargos de Administração em Companhias Abertas além das empresas citadas acima.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Daniel Ferreira Maia de Freitas - 320.434.708-76

Daniel Ferreira Maia de Freitas, bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) é sócio-diretor da rede de alimentação saudável Salad Creations e Boali, desde junho de 2014. Exerce o cargo de Membro Efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, ocupa o cargo de Conselheiro Consultivo do Fundo RPS Capital. Daniel trabalhou também no Fundo Tarpon Investimentos, onde foi associado responsável por investimentos em varejo e outros setores. Ingressou na Tarpon Investimentos S.A. em 2006 como analista de investimentos e mais tarde, ficando imbuído também pelo relacionamento com investidores institucionais. Mais tarde, foi um dos responsáveis pela abertura de capital da Arezzo&Co, uma das empresas investidas do fundo, onde atuou entre 2011 e 2013 como executivo de Relações com Investidores, Planejamento Estratégico e finalmente, atuando como secretário do Conselho de Administração. Iniciou sua carreira, em 2005, fazendo análise de Soft Commodities no Banco BNP Paribas, em Paris (França). Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Daniel não ocupa nem ocupou outros cargos de Administração em Companhias Abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50

Thiago Costa Jacinto, cursando Economia na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Além disso, exerceu as funções de: (i) Estagiário na LC Contabilidade Ltda; (ii) Estagiário na SLW Corretora de Valores Ltda; (iii) Trader Júnior na CM Capital Markets Asset Management Ltda; (iv) Trader Júnior na Ashmore Brasil Gestora de Recursos Ltda e; (v) Gestor de Renda Variável da TCJ Investimentos Ltda. Atualmente, exerce o cargo de Analista e Gestor de Renda Variável da Alaska Investimentos Ltda. Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Thiago não ocupa nem ocupou outros cargos de Administração em Companhias Abertas. O Sr. Thiago ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal nas Companhias Abertas: Login Logística S/A, Magnesita Refratários S/A, Rumo S/A e Celesc S/A. Também ocupa o cargo Conselheiro Fiscal suplente nas Companhias Abertas: Randon S/A, Marcopolo S/A, Magazine Luiza S/A e Comgás S/A.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Gustavo Dall Oeder - 022.216.650-90

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de Caxias do Sul e pós-graduado em Gestão Empresarial pelo CEEM-FGV de Caxias do Sul. Ingressou na companhia em 2012, exerceu a função de Gerente Executivo de Finanças e RI desde 2014, promovido a Diretor Financeiro e de RI em 2016.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui caso de relações familiares entre os Membros do Conselho de Administração e Mesa Diretora.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Frank Zietolie	532.184.260-49	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente, Diretor Comercial e Membro Efetivo do Conselho de Administração.			

Pessoa Relacionada

TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86
Sócio-Quotista	

Observação

Administrador do Emissor

Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86
Sócio-quotista	

Observação

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor

Frank Zietolie	532.184.260-49	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente, Diretor Comercial e Membro Efetivo do Conselho de Administração.			

Pessoa Relacionada

TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86
Diretor	

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor

Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86		
Diretor Vice-Presidente			

Observação

Administrador do Emissor

Frank Zietolie	532.184.260-49	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração.			

Pessoa Relacionada

TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86		
Diretor			

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não aplicável. A Companhia não possui esse tipo de acordo ou reembolso a seus administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

Para fins do disposto no inciso II do Art. 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, o Conselho de Administração da Companhia declara que o Sr. Thiago Costa Jacinto se caracteriza como independente segundo as disposições do art. 16 do referido Regulamento.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração está em linha com as melhores práticas de governança, com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores (nacionais e internacionais), no curto e no longo prazo. A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a retenção de profissionais qualificados em nossa Administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios e as práticas de mercado.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração. Durante os exercícios de 2011 não possuíamos Conselho de Administração. Esse foi instaurado a partir de 2012.

Não há aprovação formal da política de remuneração.

A Companhia está revisando sua estrutura e procedimentos visando o atendimento das novas regras estabelecidas no novo Regulamento do Novo Mercado, principalmente, em relação às previstas na seção VIII: Fiscalização e Controle e X: Documentos da Companhia do referido regulamento.

(b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Diretores. Adicionalmente, os Diretores que não são nossos acionistas fazem jus aos seguintes benefícios:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno;

(ii) Plano de Saúde;

(iii) Assistência Odontológica – atendimento interno;

(iv) Seguro de Vida em Grupo; e

(v) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os benefícios têm por objetivo complementar à remuneração.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Tipo de remuneração	Conselho	Diretoria
Remuneração fixa	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%
Total	100%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida. Ainda, de acordo com o artigo 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração composta por uma parcela fixa e por benefícios diretos e indiretos busca:

(i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo; e

(ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Sra. Kelly Zietolie, Diretoria Vice-Presidente renunciou à remuneração. No Conselho de Administração, o Sr. Gelson Luis Rostirolla e o Sr. Alexandre Grendene Bartelle renunciaram à remuneração. O Sr. Frank Zietolie é remunerado como Diretor Presidente e Comercial, tendo renunciado à remuneração como Conselheiro.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Adotamos como medida de desempenho dos administradores, indicadores empresariais qualitativos e quantitativos, sendo que os principais indicadores que utilizamos são o lucro líquido apurado em cada exercício e o EBITDA.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Considerando os indicadores que são utilizados por nós, em consonância com o Estatuto Social vigente, por deliberação da Assembleia Geral anual, a remuneração é atribuída pelo desempenho global dos administradores, em cada exercício social.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos. Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente pela controladora, Unicasa Indústria de Móveis S.A.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não há.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Conforme item 13.1 a), a Companhia não possui política de remuneração formalizada e não há comitês ou órgãos estatutários destinados à apreciação desse assunto.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da diretoria é avaliada anualmente pelo departamento de recursos humanos da Companhia, identificando, através de benchmarking com empresas de porte semelhante, remunerações comparáveis.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração estipula a remuneração da diretoria baseado nos valores de mercado, conforme identificado no item anterior.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.480.000,00		1.720.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	240.000,00	1.480.000,00		1.720.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	1,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,67	2,00	1,00	4,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	200.000,00	855.000,00	86.400,00	1.141.400,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	1,00	2,00	3,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	1.613.265,57	253.200,00	1.986.465,57
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	120.000,00	1.613.265,57	253.200,00	1.986.465,57

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	15.999,94	1.591.241,80	160.800,00	1.768.041,74

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir correspondem à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2018) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	-	-	-	-
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	1	9
Membros remunerados	2	2	1	5
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	3	11
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	3	11
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções e ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções e ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações			% do Capital Social Total
	2017	2016	2015	2017
Conselho de Administração	36.811.210	33.939.165	36.062.343	55,70%
Conselho Fiscal	-	2.000	2.000	0,00%
Diretoria	598.116	598.116	598.116	0,91%
Total	37.409.326	33.676.381	36.662.359	56,61%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

⁽²⁾ O conselho de administração está composto por dois controladores, conforme explicado pelo quadro abaixo.

⁽²⁾

Conselho de administração	Quantidade Total de Ações			% do Capital Social Total
	2017	2016	2015	2017
Membros exclusivos	663.600	420.100	100	1,00%
Integrantes do bloco de controle	36.147.610	33.519.065	36.062.243	54,70%
Total	36.811.210	33.939.165	36.062.343	55,70%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, a Companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	495.000,00	1.110.720,00	1.036.800,00	100.000,00	120.000,00	15.999,94	28.800,00	84.000,00	53.600,00
Valor da menor remuneração(Reais)	360.000,00	1.110.720,00	228.412,80	100.000,00	120.000,00	15.999,94	28.800,00	84.000,00	53.600,00
Valor médio da remuneração(Reais)	427.500,00	667.258,23	574.012,80	100.000,00	120.000,00	15.999,94	28.800,00	84.000,00	53.600,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	No ano de 2016, para o calculo da remuneração minima foi considerado apenas 1 membro da diretoria, pois o diretor comercial renunciou em 31/10/2016 e o diretor financeiro e de RI foi eleito no dia 08/11/2016
31/12/2015	No ano de 2015 foi paga remuneração somente para 2 (dois) diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.

Conselho de Administração	
31/12/2017	Em 2017, para a menor remuneração foi excluído do cálculo o conselheiro eleito em abril de 2017, que passou a receber remuneração a partir de maio de 2017. O conselheiro anterior renunciava à remuneração.
31/12/2015	No ano de 2015, apenas um conselheiro recebeu remuneração a partir do mês de novembro, pois sua eleição se deu na Reunião do Conselho de Administração Nº 29 de 12 de novembro de 2015.

Conselho Fiscal	
31/12/2017	Conselho fiscal não instalado.
31/12/2015	No ano de 2015, tivemos a instalação do Conselho Fiscal. Para efeito de cálculos do número de membros foram considerados somente os meses a partir do mês de maio, pois o Conselho Fiscal foi instalado na data de 29 de abril de 2015.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam. Além disso, durante os exercícios de 2010, 2011 a Companhia não possuía Conselho de Administração, o qual foi instalado em 2012. A Companhia só instalou o Conselho Fiscal a partir do exercício de 2015, e os conselheiros fiscais eleitos não prestaram quaisquer serviços à companhia como consultores, assessores ou de qualquer outra natureza.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

A remuneração proposta para 2018 considera a remuneração normalizada para o Diretor Presidente e o respectivo reajuste dos honorários, conforme índices de mercado. Em 2017, o Diretor Presidente abdicou de parte de sua remuneração.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2017 possuíamos 459 empregados alocados em Bento Gonçalves/RS e São Paulo/SP. As tabelas a seguir indicam a evolução na quantidade de empregados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e, 2015, divididos por localização geográfica e atividade desempenhada:

Em 31 de dezembro de 2017		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	307
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	57
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	41
Total Bento Gonçalves - RS		405
São Paulo-SP	Área Comercial	17
São Paulo-SP	Área Administrativa	-
São Paulo-SP	Área Operacional	37
Total São Paulo-SP		54
Manaus- AM	Área Comercial	-
Manaus- AM	Área Administrativa	-
Manaus- AM	Área Operacional	-
Total Manaus - AM		-
Total de empregados		459

Em 31 de dezembro de 2016		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	370
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	79
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	67
Total Bento Gonçalves - RS		516
São Paulo-SP	Área Comercial	32
São Paulo-SP	Área Administrativa	12
São Paulo-SP	Área Operacional	25
Total São Paulo-SP		69
Manaus- AM	Área Comercial	-
Manaus- AM	Área Administrativa	-
Manaus- AM	Área Operacional	-
Total Manaus - AM		-
Total de empregados		585

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2015		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	419
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	98
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	134
Total Bento Gonçalves - RS		651
São Paulo-SP	Área Comercial	48
São Paulo-SP	Área Administrativa	13
São Paulo-SP	Área Operacional	28
Total São Paulo-SP		89
Manaus- AM	Área Comercial	6
Manaus- AM	Área Administrativa	7
Manaus- AM	Área Operacional	24
Total Manaus - AM		37
Total de empregados		777

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As tabelas a seguir indicam a quantidade de empregados terceirizados que nos prestaram serviços em dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Em 31 de dezembro de 2017		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	2
Bento Gonçalves-RS	Portaria	4
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	3
Bento Gonçalves-RS	Preparo de refeições	6
São Paulo-SP	Auxiliar/Secretária	2
São Paulo-SP	Vigilância	4
São Paulo-SP	Montadores/tecnicos	85
Total de empregados		106

Em 31 de dezembro de 2016		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	2
Bento Gonçalves-RS	Portaria	3
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	4
Bento Gonçalves-RS	Preparo de refeições	7
São Paulo-SP	Auxiliar/Secretária	5
São Paulo-SP	Vigilância	4
São Paulo-SP	Montadores/tecnicos	61
Total de empregados		86

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2015		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	2
Bento Gonçalves-RS	Portaria	2
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	5
Bento Gonçalves-RS	Preparo de refeições	9
São Paulo-SP	Auxiliar/Secretária	9
São Paulo-SP	Vigilância	3
São Paulo-SP	Montadores/tecnicos	80
Total de empregados		110

(c) índice de rotatividade

A taxa de rotatividade dos nossos empregados foi de 2,22% ,2,03% e 2,07% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Devido à melhora da produtividade na área Fabril e à reestruturação promovida em todas as áreas da Companhia, encerramos 2017 com 126 pessoas a menos do que em 2016. As principais alterações ocorreram em nossa Área Fabril e Administrativa de Bento Gonçalves.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Nossos cargos estão classificados em grupos funcionais, de acordo com a natureza das atribuições dos mesmos, sendo:

- (i) grupo operacional, técnico e supervisão da fábrica;
- (ii) grupo funcional administrativo; e
- (iii) grupo funcional de supervisão e gerências administrativas.

Para cada grupo foram estabelecidas faixas salariais com base em pesquisas de mercado, considerando uma variação de aproximadamente 5% (cinco por cento) na área operacional e 10% (dez por cento) na área administrativa e comercial. Os reajustes são concedidos de forma geral com base em convenções coletivas, acordos coletivos e antecipações definidas pela empresa.

Outras alterações são concedidas com base no desempenho e resultado de cada empregado, de acordo com os seguintes critérios: formação escolar, treinamento e desenvolvimento, mudanças de função, promoções, transferências, aumento de produtividade, iniciativa e melhorias em geral.

Adicionalmente, oferecemos aos nossos empregados um Programa de Participação nos Resultados ("PPR"). Para calcular o valor do PPR, são levados em conta e mensurados diversos indicadores de performance e produtividade, verificados anualmente entre o período de janeiro a dezembro de cada ano. Tais indicadores e pontos apurados são baseados nos seguintes itens:

- (i) Lucro Líquido;
- (ii) Orçamento;
- (iii) Produtividade Econômica; e
- (iv) Faturamento

O pagamento do PPR é efetuado, por meio da folha de pagamento complementar, de forma anual para os empregados devendo ser pago em março do ano seguinte ao referido programa, no caso de as metas serem atingidas. Contudo, o programa está suspenso desde 2016.

Desde de janeiro de 2015 foi adotada a política de remuneração variável comercial que será destinada ao pagamento de remuneração variável para cargos de Supervisão

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Comercial e Gerência Regional. O pagamento é trimestral e limitado a 1 (um) salário nominal do funcionário, com base em metas preestabelecidas pela Administração.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Possuímos um bom relacionamento com os seguintes sindicatos:

(i) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Bento Gonçalves/RS, para o qual repassamos um desconto de 1,0% mensalmente efetuado sobre o salário dos afiliados, a título de contribuição assistencial/confederativa; e

(ii) Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, para o qual repassamos um desconto de 4,0% mediante autorização expressa do funcionário, efetuado anualmente sobre o salário dos afiliados, a título de contribuição assistencial;

Atualmente, empregamos em nossa matriz de Bento Gonçalves/RS quatro empregados representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Bento Gonçalves/RS. Nos três últimos exercícios sociais, não tivemos nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossas atividades.

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Alaska Investimentos Ltda						
11.752.203/0001-50	Brasileira	Não	Não	10/08/2018		
Não						
6.639.200	10,050000%	0	0,000000%	6.639.200	10,050000%	
J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda						
76.621.457/0001-85	Brasileiro-PR	Não	Não	26/03/2018		
Não						
3.318.100	5,020000%	0	0,000000%	3.318.100	5,020000%	
Kelly Zietolie						
594.926.860-15	Brasileira	Sim	Sim	27/04/2012		
Não						
598.116	0,910000%	0	0,000000%	598.116	0,910000%	
Alexandre Grendene Bartelle						
098.675.970-87	Brasileira	Sim	Sim	19/10/2016		
Não						
27.596.065	41,760000%	0	0,000000%	27.596.065	41,760000%	
Frank Zietolie						
532.184.260-49	Brasileira	Sim	Sim	25/08/2017		
Não						
8.578.545	12,980000%	0	0,000000%	8.578.545	12,980000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
19.356.338	29,280000%	0	0,000000%	19.356.338	29,280000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
66.086.364	100,000000%	0	0,000000%	66.086.364	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de capital

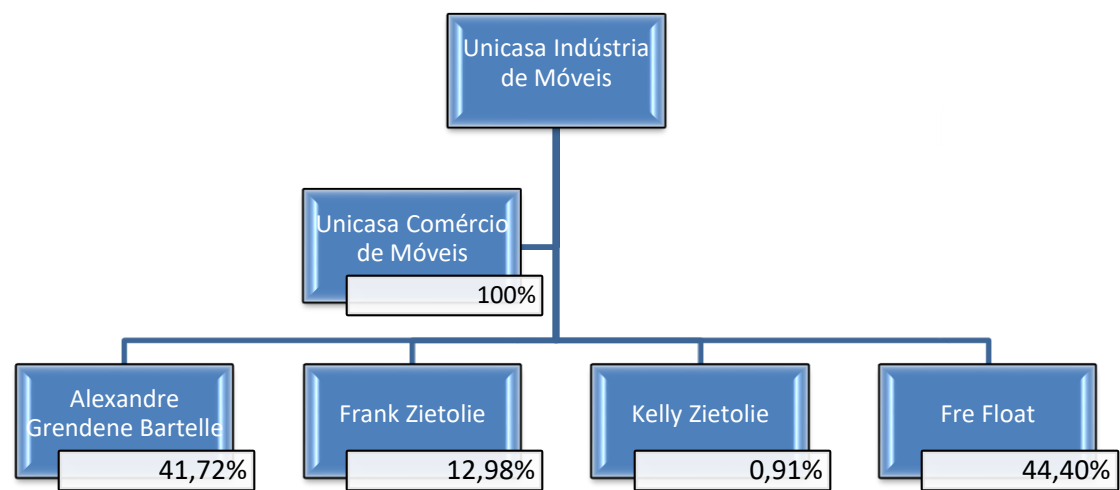
Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2.546
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	27
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	37

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	28.304.338	42,829300%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	28.304.338	42,829300%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**a) parte**

São partes do acordo de acionistas depositado em nossa sede: Alexandre Grendene Bartelle ("Alexandre"), Frank Zietolie ("Frank"), Kelly Zietolie ("Kelly" e, em conjunto com Alexandre, Frank e Kelly os "Acionistas Vinculados") ("Acordo de Acionistas").

b) data de celebração

14 de março de 2012 e 1º aditamento feito em 25 de agosto de 2017.

c) prazo de vigência

O acordo de acionistas foi celebrado sob condição suspensiva, passando a ser eficaz apenas a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de nossas ações, no âmbito da nossa oferta pública inicial ("Anúncio de Início") ou, independentemente da ocorrência da publicação do Anúncio de Início, desde que haja concordância por escrito dos Acionistas Vinculados. O Acordo de Acionistas permanecerá em vigor até 14 de março de 2032, podendo ser rescindido quando houver manifestação, por escrito, dos Acionistas Vinculados representando no mínimo 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo) das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas.

d) cláusulas relativas ao exercício de direito de voto e do poder de controle

O Acordo de Acionistas estabelece que antes da realização de nossas Assembleias Gerais deverão ser convocadas e realizadas reuniões prévias para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia das referidas Assembleias Gerais. As decisões tomadas nas reuniões prévias dependem de quórum de aprovação de 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento) das ações vinculadas ao acordo de acionistas e vincularão o voto de todos os Acionistas Vinculados nas nossas Assembleias Gerais, devendo os mesmos votarem em bloco, de acordo com as decisões tomadas nas reuniões prévias. O acordo de acionistas estabelece, ainda, que os Acionistas Vinculados devem fazer com que seus representantes nas Assembleias Gerais votem de acordo com as deliberações aprovadas em reunião prévia, independentemente de terem ou não comparecido a referida reunião e terem ou não votado favoravelmente à deliberação tomada na referida reunião. O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas Vinculados, do direito de voto em desacordo com as decisões aprovadas em reunião prévia ou com as demais disposições do acordo de acionistas, importará em nulidade do voto exercido. O não comparecimento à Assembleia Geral ou a abstenção de voto de qualquer Acionista Vinculado, assegura a qualquer dos demais Acionistas Vinculados o direito de votar, de acordo com as

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

deliberações tomadas em reunião prévia, com as ações pertencentes ao referido acionista.

Ainda, por meio do acordo de acionistas, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle constituiu em favor de seu irmão, o Sr. Pedro Grendene Bartelle, usufruto vitalício, restrito ao direito de voto de suas ações vinculadas ao acordo de acionistas, sem a inclusão de direito a rendimentos. Referido usufruto foi constituído sob condição suspensiva, passando a vigorar somente em caso de incapacidade ou falecimento do Sr. Alexandre e desde de que o Sr. Pedro lhe sobreviva e seja plenamente capaz.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O acordo de acionistas não possui cláusula específica referente à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O acordo de acionistas estabelece que o próprio acordo, quaisquer de seus direitos ou obrigações, e as ações vinculadas ao acordo de acionistas, não poderão ser transferidos ou alienados, a qualquer título, pelos Acionistas Vinculados, a terceiros, direta ou indiretamente, sem o consentimento prévio dos demais Acionistas Vinculados. Caso qualquer dos Acionistas Vinculados deseje alienar a terceiros suas ações, direta ou indiretamente, deverá ser conceder direito de preferência aos demais Acionistas Vinculados na proporção de suas participações.

Por fim, o acordo de acionistas estabelece que os Acionistas Vinculados poderão transferir livremente suas ações para sociedades controladas nas quais o respectivo acionista detenha, no mínimo, 99% do capital votante e 99% do capital social total. Nesta hipótese a sociedade controlada pelo Acionista Vinculado, na qualidade de sucessora, deverá aderir e se sub-rogar em todos os direitos e obrigações previstos no acordo de acionistas.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 1º de dezembro de 2010, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle transferiu para o Sr. Frank Zietolie a quantidade de 329.994 ações ordinárias, representativas de 6,0% do nosso capital social total. Nesta mesma data, o Sr. Juvenil Antônio Zietolie transferiu à Frank Zietolie a quantidade de 37.803 ações ordinárias, representativas de 0,69% do nosso capital social total. Em 5 de janeiro de 2012, o Sr. Pedro Grendene Bartelle transferiu 13 ações ordinárias para o Sr. Alexandre Grendene Bartelle, representativas de 0,0002% do nosso capital social. Em decorrência das referidas transferências, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle passou a deter 73,6666% do nosso capital social, enquanto que os Srs. Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie passaram a deter, respectivamente, 10,7423% e 10,0000% do nosso capital social. Adicionalmente, em 30 de março de 2012, nossa Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento de nossas ações, conforme detalhado no item 17.3 deste Formulário de Referência, de forma que o nosso quadro societário passou a ser o seguinte:

a) Acionista	b) Nacionalidade - UF	c) CNPJ/MF/CPF/MF	d) Quantidade de ações	e) % detido em relação à respectiva espécie de ações		f) % detido em relação ao capital social	g) Participante do acordo de acionistas	i) Data da Última alteração
				Ordinárias	Ordinária: Preferenciais			
Alexandre Grendene Bartelle	Brasileira	098.675.970-87	41.953.182	73,6666	--	73,6666	Sim	05.01.2012
Frank Zietolie	Brasileira	532.184.260-49	5.695.000	10,0000	--	10,0000	Sim	01.12.2010
Juvenil Antonio Zietolie	Brasileira	029.127.670-91	6.117.742	10,7423	--	10,7423	Sim	01.12.2010
Outros	--	--	3.184.076	5,5911	--	5,5911	--	05.01.2012
Total	--	--	56.950.000	100,0000	--	100,0000	--	--

Em 04 de abril de 2012 o Conselho de Administração da Companhia autorizou realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"), e distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. O Conselho de Administração aprovou em 25/04/2012, o preço por ação, conforme *bookbuilding*, e o capital social que passou de R\$59.799.824,96 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) para R\$187.708.920,96 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e oito mil, novecentos e vinte reais e noventa e seis centavos), com um aumento, portanto, no montante de R\$127.909.096,00 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e nove mil e noventa e seis reais), mediante a emissão de 9.136.364 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e trezentos e sessenta e quatro) de novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$14,00 (catorze reais) por ação.

A seguir quadro da estrutura societária da Companhia após abertura de capital:

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionista	<u>Antes da Oferta</u>		<u>Após a Oferta</u>	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Alexandre Grendene Bartelle	41.953.182	73,7	26.289.166	39,78
Juvenil Antonio Zietolie	6.117.742	10,7	2.310.784	3,50
Kelly Zietolie	1.583.497	2,8	598.115	0,91
Emilia Angela Saretta Zietolie	841.263	1,5	317.761	0,48
Nely Rosa C. Schenatto	759.316	1,3	475.811	0,72
Frank Zietolie	5.695.000	10,0	5.695.000	8,62
Outros Acionistas	-	-	30.399.727	46,00
Total	56.950.000	100,0	66.086.364	100,00
Controladores	56.950.000	100,0	35.686.637	54,0
Free Float	-	-	30.399.727	46,0

Conforme comunicado ao mercado enviado no dia 25 de agosto de 2017, ocorreu um aditamento ao Acordo de Acionistas aonde Frank Zietolie ("Frank"), Juvenil Antonio Zietolie ("Juvenil") e Emilia Angela Saretta Zietolie ("Emilia") formalizaram aquisição de participação acionária relevante por meio da qual os acionistas comunicaram à Companhia a transferência de participação direta na Companhia, de Juvenil e Emilia a seu filho Frank, através de doação de ações de suas respectivas titularidades, totalizando 3,9774% do capital social da Companhia.

Dessa forma, por força das doações e das transferências supramencionadas:

- a) Frank que possuía, diretamente, 5.950.000 (cinco milhões, novecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, representativas de 9,0034% do capital social, passa a possuir 8.578.545 (oito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, representativas de 12,9808% do capital social da Companhia;
- b) Juvenil que possuía, diretamente, 3.047.078 (três milhões, quarenta e sete mil e setenta e oito) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, representativas de 4,6107% do capital social da Companhia, passa a possuir, diretamente, 736.294 (setecentos e trinta e seis mil, duzentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, representativas de 1,1141% do capital social da Companhia; e
- c) Emilia que possuía, diretamente, 317.761 (trezentas e dezessete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, representativas de 0,4808% do capital social da Companhia, deixa de possuir participação direta na Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em razão das transferências das participações acionárias supra referidas, foi celebrado e arquivado nesta data, na sede da Companhia, instrumento particular de Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da Companhia, entre seus signatários, visando formalizar (a) as transferências de ações supra referidas entre Juvenil, Emilia e Frank, bem como (b) a saída e desvinculação de Emilia e de Juvenil e Nely Rosa Celso Schenatto, detentores, em conjunto, de 1,8341% do capital social da Companhia, como partes signatárias do Acordo de Acionistas, tendo sido ratificados e mantidos todos os termos e condições originalmente estabelecidos, objeto de fato relevante divulgado nesta data.

15.7 - Principais operações societárias

A Companhia, nos três últimos exercícios sociais, não teve nenhuma operação societária ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, sejam elas incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário ou aquisições e alienações de ativos importantes.

15.8 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As deliberações referentes a eventuais transações entre nós e partes relacionadas são tomadas, conforme o caso, por nossos Acionistas ou Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações. Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que celebramos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação conosco, nossos sócios ou administradores.

Em 2015 a Companhia encerrou as operações envolvendo compras com a parte relacionada Telasul S.A. Essas operações referiam-se a aquisições de insumos (portas, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados no processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. As vendas que efetuamos para a Telasul S.A. são referentes a alguns produtos acabados (móveis componíveis principalmente) e retalhos de madeira (sucata de processo produtivo). Essas operações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e com um prazo médio aproximado de venda de quatorze dias.

Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas que são sociedades cujo controle é detido pelo nosso acionista controlador e que têm em seu quadro societário outros acionistas da Companhia. Tais operações referem-se à compra e venda de certos insumos utilizados em nosso processo produtivo e de nossas partes relacionadas, os quais são adquiridos de forma centralizada em uma das partes para capturar ganhos de sinergia nas negociações com os fornecedores e com a logística envolvida no processo.

Efetuamos operações de venda de produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis, entre outros) para a Unicasa Comércio de Móveis Ltda, que é controlada por nós e realiza a venda de móveis para o consumidor final através de nossas lojas próprias. As operações são efetuadas em condições acordadas entre as partes com prazo médio aproximado de pagamento de sessenta dias.

O acionista majoritário da Companhia possui influência significativa na administração da Even Construtora e Incorporadora S.A.. As operações envolvendo a Companhia e a Even Construtora e Incorporadora S.A. referem-se a vendas de produtos acabados e são efetuadas em condições acordadas entre as partes, que não diferem das condições normais de mercado, e possuem prazo médio de pagamento de aproximadamente 30 dias.

Não são prestadas garantias nas nossas operações com partes relacionadas, as quais são liquidadas em recursos financeiros em prazos similares às operações celebradas com terceiros, de forma que não estamos sujeitos à incidência de juros e encargos.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Negociamos individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma companhia controlada pelos mesmos acionistas que nos controlam. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operação com terceiros.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é controlada por nós. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operação com terceiros.

A Even Construtora e Incorporadora S.A. tem controle majoritário pelo nosso acionista controlador. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazo médio de 30 dias.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Política referente transações com parte relacionadas

No momento da elaboração deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política formalizada sobre transações com parte relacionadas.

A Companhia está revisando sua estrutura e procedimentos visando o atendimento das novas regras estabelecidas no novo Regulamento do Novo Mercado, principalmente, em relação às previstas na seção VIII: Fiscalização e Controle e X: Documentos da Companhia do referido regulamento.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TELASUL S.A.	31/12/2013	12.265.000,00	Não há	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício de 2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S,A, é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos (Portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos)						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de insumos e diversos acessórios como forma de ganhos de sinergias nas negociações com fornecedores e na logística envolvida no processo de racionalização da produção.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
TELASUL S.A.	31/12/2013	566.000,00	20.000,00	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2013.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia.						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos (Portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data da liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de certos insumos e produtos acabados utilizados no processo produtivo da Telasul S.A.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TELASUL S.A.	31/12/2013	12.265.000,00	0,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício de 2013.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos (Portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos)						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data da liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de insumos e diversos acessórios como forma de ganhos de sinergias nas negociações com fornecedores e na logística envolvida no processo de racionalização da produção.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
THIAGO PROENÇA BAISCH	31/12/2014	15.476,54	0,00	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2014.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Diretor Comercial						
Objeto contrato	Aquisição de Móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de móveis.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
UNICASA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	31/12/2016	10.767.565,08	1.904.262,79	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2016.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de móveis e acessórios.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de móveis e acessórios para a Controlada que os comercializa em nossas Lojas Próprias diretamente ao consumidor final.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	31/12/2017	7.459.732,64	605.453,35	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2017.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de móveis e acessórios.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de móveis e acessórios para a Controlada que os comercializa em nossas Lojas Próprias diretamente ao consumidor final.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Even Construtora e Incorporadora S.A	31/12/2017	1.150.309,71	200.089,37	Não foi possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2017.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista majoritário da Companhia possui influência significativa na administração da Even.						
Objeto contrato	Venda de móveis e acessórios						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de móveis e acessórios para a Even os quais são montados em seus empreendimentos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Even Construtora e Incorporadora S.A	31/12/2016	1.108.236,39	0,00	Não foi possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2016.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista majoritário da Companhia possui influência significativa na administração da Even.						
Objeto contrato	Venda d móveis e acessórios.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de móveis e acessórios para a Even os quais são montados em seus empreendimentos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
FRANK ZIETOLIE	31/12/2014	17.491,72	0,00	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2014.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista e Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de móveis.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
UNICASA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	31/12/2014	10.154.171,30	379.929,93	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2014.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Venda de móveis e acessórios.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data da liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza venda de móveis e acessórios para a Controlada que os comercializa em nossas Lojas Próprias diretamente ao consumidor final.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
UNICASA COMERCIO DE MOVEIS LTDA	31/12/2013	4.134.000,00	982.000,00	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2013.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de móveis e acessórios.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data da liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza venda de móveis e acessórios para a controlada que os comercializa em nossas lojas próprias diretamente ao consumidor final.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
FRANK ZIETOLIE	31/12/2013	13.000,00	0,00	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2013.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista e diretor presidente						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data da liquidação do saldo existente.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aquisição de móveis						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
PAULO EDUARDO JUNQUEIRA DE ARANTES FILHO	31/12/2013	5.000,00	0,00	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2013.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Diretor de relações com investidores.						
Objeto contrato	Aquisição de móveis.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data da liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de móveis.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
FRANK ZIETOLIE	31/12/2015	1.854,57	0,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício de 2015.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração.						
Objeto contrato	Aquisição de móveis.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de móveis						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TELASUL S.A.	31/12/2015	169.354,82	0,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício de 2015.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia.						
Objeto contrato	Fornecimento de produtos acabados e retalhos de madeira.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de alguns produtos acabados (móveis componíveis principalmente) e retalhos de madeira (sucata de processo produtivo) para a Telasul S.A.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
UNICASA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	31/12/2015	11.870.061,16	642.616,29	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2015.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de móveis e acessórios.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de móveis e acessórios para a Controlada que os comercializa em nossas Lojas Próprias diretamente ao consumidor final.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TELASUL S.A	31/12/2016	68.671,11	Não há	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício de 2016.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de produtos acabados e retalhos de madeira.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia realiza vendas de alguns produtos acabados (móveis componíveis principalmente) e retalhos de madeira (sucata de processo produtivo) para a Telasul S.A.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
KELLY ZIETOLIE	31/12/2014	60,26	0,00	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2014.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista e Vice-Presidente da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de móveis.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TELASUL S.A.	31/12/2014	11.212.745,59	124.487,55	Não é possível aferir.	Transações realizadas ao longo do exercício de 2014.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos (Portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aquisição de insumos e diversos acessórios como forma de ganhos de sinergias nas negociações com fornecedores e na logística envolvida no processo de racionalização da produção.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Adotamos práticas de Governança Corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. A decisão acerca de todas as nossas operações é submetida à Assembleia Geral, ao Conselho de Administração ou à Diretoria, conforme o caso, e os casos de conflitos de interesse são analisados pelo Conselho de Administração.

Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados, devendo nos transferir as vantagens que tiver auferido.

Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada. Até a data deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada. Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial com qualquer parte relacionada. Para tanto, levamos em consideração, dentre outros, o preço praticado e a experiência, relevância no mercado e presença geográfica do contratado.

Por fim, ressaltamos que as transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Para uma descrição mais detalhada dessas operações, vide item 16.2 acima.

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
25/04/2012	187.708.920,96		66.086.364	0	66.086.364
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/04/2012	187.708.920,96		66.086.364	0	66.086.364
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/04/2012	187.708.920,96		66.086.364	0	66.086.364
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/02/2012	500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/02/2012	AGE	27/02/2012	30.100.364,96	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
25/04/2012	RCA	25/04/2012	127.909.096,00	Subscrição pública	9.136.364	0	9.136.364	213,90000000	14,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Procedimento de bookbuilding								
Forma de integralização		Em dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
30/03/2012	5.499.900	0	5.499.900	56.950.000	0	56.950.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não reduziu seu capital social até a data deste formulário de referência.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social e desde que compatível com a nossa situação financeira, os nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda, receber Juros sobre Capital Próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários. Nosso Estatuto Social adota o percentual mínimo de 25% do saldo do lucro líquido registrado no exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório anualmente.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se do nosso quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial de suas ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira. A Lei das Sociedades por Ações estabelece as hipóteses em que o direito de retirada poderá ser exercido.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

De acordo com o nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante. A oferta pública de aquisição mencionada no parágrafo acima também deverá ser realizada:

(i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e

(ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o nosso controle; sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Adicionalmente, a nossa saída do Novo Mercado:

(i) para que os valores mobiliários por nós emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou

(ii) em virtude de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Está sujeita à realização, pelo nosso acionista controlador, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico atribuído em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social.

Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a nossa saída do Novo Mercado:

(i) para que os valores mobiliários por nós emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou

(ii) em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

A saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas acima. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

de realizar a oferta. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a Companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

A oferta pública de aquisição de ações que vise ao cancelamento do nosso registro de companhia aberta está sujeita à realização, por nosso acionista controlador ou por nós, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social.

A nossa saída do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação, pelo nosso acionista controlador, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social. Na hipótese de não haver acionista controlador e a nossa saída do Novo Mercado decorrer de deliberação da Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento. Ainda, na hipótese de não haver acionista controlador e a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão de ato ou fato da Administração, os nossos administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela nossa saída do Novo Mercado.

Caso a Assembleia Geral delibere pela nossa saída do Novo Mercado, a referida Assembleia deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2017										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	53.208.673	3,11	2,16	R\$ por Unidade	2,72
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.461.621	2,32	1,75	R\$ por Unidade	2,04
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	59.283.062	2,74	1,72	R\$ por Unidade	2,11
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	42.531.781	3,03	2,18	R\$ por Unidade	2,50
Exercício social 31/12/2016										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.489.975	2,26	1,45	R\$ por Unidade	1,80
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.598.471	2,99	1,95	R\$ por Unidade	2,34
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	34.575.030	3,79	2,74	R\$ por Unidade	3,30
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.299.483	3,31	1,97	R\$ por Unidade	2,55
Exercício social 31/12/2015										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.742.845	2,43	1,67	R\$ por Unidade	1,96
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.887.987	2,79	1,78	R\$ por Unidade	2,26
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.108.742	2,41	1,59	R\$ por Unidade	1,97
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.445.312	1,77	1,49	R\$ por Unidade	1,62

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência e nos três últimos exercícios sociais, não possuímos outros valores mobiliários emitidos além de nossas ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As nossas ações são negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, bolsa, balcão.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 04 de abril de 2012 o Conselho de Administração da Companhia autorizou realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"), e distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. O Conselho de Administração aprovou em 25/04/2012, o preço por ação, conforme *bookbuilding* e o aumento do capital social que passou de R\$59.799.824,96 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) para R\$187.708.920,96 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e oito mil, novecentos e vinte reais e noventa e seis centavos), com um aumento, portanto, no montante de R\$127.909.096,00 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e nove mil e noventa e seis reais), mediante a emissão de 9.136.364 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e trezentos e sessenta e quatro) de novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$14,00 (catorze reais) por ação.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos quaisquer ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há, na data deste Formulário de Referência, e não houve nos três últimos exercícios sociais, qualquer plano de recompra de ações de nossa emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há, na data deste Formulário de Referência, e não houve, nos três últimos exercícios sociais, qualquer valor mobiliário mantido em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

27/02/2012

Órgão responsável pela aprovação Acionistas na AGO/E de 27/02/2012

Cargo e/ou função

As obrigações previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia alcançam, para fins de expressa adesão: (i) a Companhia; (ii) os acionista(s) ou grupo de acionistas que exerça(m) o poder de controle da Companhia; (iii) os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, titulares e suplentes, atuando em nome próprio ou da Companhia; (iv) os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária; (v) os administradores que se afastem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante o seu período de gestão; e (vi) os empregados, executivos e/ou quaisquer outras pessoas da Companhia assim indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores. As obrigações são igualmente aplicáveis às pessoas anteriormente mencionadas que sejam integrantes das sociedades controladoras e sociedades controladas da Companhia.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, na Instrução CVM 358, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, especialmente quanto ao dever das pessoas vinculadas à Política de Negociação de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, sendo vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outro, vantagem no mercado de valores mobiliários. As pessoas vinculadas à Política de Negociação não podem negociar com (i) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (ii) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura ("Valores Mobiliários"), no período de 15 (quinze) dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de ato ou fato relevante a ser divulgado pela Companhia. Excepcionalmente, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária da Companhia, bem como de suas sociedades controladas e coligadas, poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 (quinze) dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento arquivado na Companhia; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP.

As vedações estabelecidas na Política de Negociação não se aplicam: (i) no caso de as negociações com valores mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as pessoas vinculadas à Política de Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciadas pelos quotistas; e/ou (ii) nas aquisições de ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrentes do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Além das vedações acima descritas, o Conselho de Administração da Companhia não poderá, em nenhuma hipótese, autorizar negociações de ações de emissão da Companhia, dentre elas: (a) caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia ou outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; e/ou; e (b) se existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia enquanto a mesma não tiver se tornado pública através da divulgação de ato ou fato Relevante. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que tenham aderido à Política de Negociação e que venham a se afastar da Companhia não tendo ainda sido divulgado ato ou fato relevante de negócio ocorrido durante a sua gestão devem observar as limitações fixadas na Política de Negociação (i) pelo prazo de 06 (seis) meses contados de seu afastamento; ou (ii) até a divulgação do respectivo ato ou fato relevante, o que ocorrer primeiro.

As violações ao disposto na Política de Negociação da Companhia deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia. As pessoas vinculadas à Política de Negociação responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Política de Negociação, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Política de Negociação venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Sem prejuízo do disposto acima, a infração aos termos estipulados na Política de Negociação pode configurar infração grave, para os fins previstos no §3º, artigo 11 da Lei do Mercado de Capitais. Ademais, a utilização de informação acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado pode ser tipificada como crime, sujeito à pena de reclusão de um a cinco anos e multa, nos termos do artigo 27-D da Lei do 6.385, de 07 de dezembro de 1976. A Política de Negociação dos Valores Mobiliários da Companhia pode ser consultada no endereço:

<http://ri.unicasamoveis.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas>.

20.2 - Outras informações relevantes

Em complemento ao item “Principais Características”, descrito no quadro 20.1 deste Formulário de Referência, a nossa Política de Negociação prevê que as pessoas vinculadas à Política de Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações:

(i) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente da apresentação de justificativa;

(ii) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores;

(iii) informar previamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, à corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia e de suas sociedades controladoras, controladas e coligadas;

(iv) orientar e envidar os melhores esforços para que o cônjuge ou companheiro; o descendente; e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de Imposto de Renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e

(v) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas sociedades controladas e coligadas ainda que após a divulgação de ato ou fato relevante; ou de acordo com o Plano Individual de Investimento.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e da nossa Política de Divulgação de Informação Relevante, qualquer ato ou fato relevante referente aos nossos negócios é divulgado publicamente, exceto aqueles que o(s) acionista(s) ou grupo de acionistas que exerçam o Poder de Controle ou os nossos administradores entenderem que a sua revelação pode colocar em risco nosso interesse legítimo, conforme descrito no item 21.2 abaixo.

Nossa Política de Divulgação de Informação Relevante foi aprovada por nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012 e atualizada na Reunião do Conselho de Administração Nº 21 do dia 30 de maio de 2014.

Nos termos da nossa Política de Divulgação de Informação Relevante, o(s) acionista(s) ou grupo de acionistas que exerçam o Poder de Controle da Companhia e as pessoas por eles indicadas para acessar Informações Relevantes, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, titulares e suplentes, atuando em nome próprio ou da Companhia, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, os gerentes e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, que tenham conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante, deverão proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores, por sua vez, deverá:

(i) divulgar e comunicar à CVM e a todas as bolsas de valores ou mercados organizados de negociação em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação (“Bolsas de Valores”), imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante (conforme definido abaixo), ressalvada a hipótese de interesse legítimo da Companhia; e

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas bolsas de valores, assim como ao público investidor em geral.

Para fins deste item 21 do Formulário de Referência e de acordo com a Política de Divulgação, a expressão “*Informação Relevante*” significa “qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influenciar de modo ponderável:

(i) na cotação de:

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

(a) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e

(b) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura (“Valores Mobiliários”);

(ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou

(iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. Como, por exemplo:

(a) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

(b) mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

(c) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da Companhia;

(d) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

(e) autorização para negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

(f) decisão de promover o cancelamento de registro de Companhia aberta da Companhia;

(g) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas;

(h) transformação ou dissolução da Companhia;

(i) mudança na composição do patrimônio da Companhia;

(j) mudança de critérios contábeis;

(k) renegociação de dívidas;

(l) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

(m) alteração nos direitos e vantagens dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia;

(n) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

(o) aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como alienação de ações assim adquiridas;

(p) lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

(q) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

(r) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

(s) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

(t) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia;

(u) modificação de projeções divulgadas pela Companhia; e

(v) pedido de recuperação judicial, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da Companhia.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às bolsas de valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos. A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados pela Companhia para divulgação de suas informações, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor, no mínimo, idêntico ao texto enviado à CVM e às bolsas de valores. Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será enviada simultaneamente à CVM e às bolsas de valores, e será divulgada ao público investidor em geral.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores. Caso as bolsas de valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento do mercado brasileiro. As pessoas vinculadas à Política de

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Divulgação de Informação Relevante que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certifiquem de omissão em sua divulgação, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM e às bolsas de valores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM 358, a Política de Divulgação de Informação Relevante da Companhia consiste no estabelecimento de regras sobre a divulgação de Informações Relevantes e a manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

O objetivo da Política de Divulgação de Informação Relevante da Companhia é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Informação Relevante, nos termos da Instrução CVM 358, visando especialmente:

- (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores da Companhia;
- (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Informação Relevante;
- (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor;
- (iv) zelar pelo sigilo de Informação Relevante não divulgada;
- (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e
- (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O critério de relevância da Informação Relevante é baseado na possibilidade de influenciar de modo ponderável:

- (i) a decisão dos investidores em negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados;
- (ii) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e
- (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A Companhia, a pedido dos administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Caso a CVM decida pela divulgação da Informação Relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à pessoa vinculada à Política de Divulgação, conforme o caso, que comunique a Informação Relevante ao público e às bolsas de valores, o Diretor de Relações com Investidores ou a pessoa vinculada à Política de Divulgação, conforme o caso, deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que:

(i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou

(ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, na hipótese da Informação Relevante escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às bolsas de valores e ao público.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as pessoas vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante. Quaisquer violações verificadas pelas pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou para pessoa por ele indicada e, no caso de violação pelo Diretor de Relações com Investidores, ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Caso qualquer pessoa vinculada à Política de Divulgação verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que:

(i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou

(ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, na hipótese da Informação Relevante escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou pessoa por ele indicada.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Sempre que alguma Informação Relevante for divulgada ao público, a Companhia enviará simultaneamente a informação para a CVM (via Sistema IPE), além do site de Relações com Investidores da Companhia e de 1 (um) portal de notícias com páginas na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção de acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes pode ser consultada na sua íntegra no site de Relações com Investidores da Companhia no seguinte endereço: <http://ri.unicasamoveis.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas>.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação de Informações é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com escritório na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Federal BR 470, km 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95707-540, telefone (54) 3455-4444 e no e-mail dri@unicasamoveis.com.br.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.